

MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

A CONSTITUIÇÃO DE MULHERES EM POLICIAIS:

**UM ESTUDO SOBRE POLICIAIS FEMININAS NA BRIGADA MILITAR DO
RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2003

MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

**A CONSTITUIÇÃO DE MULHERES EM POLICIAIS:
UM ESTUDO SOBRE POLICIAIS FEMININAS NA BRIGADA MILITAR DO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado em Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Instituto de Psicologia

Orientador: Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre

2003

MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

A CONSTITUIÇÃO DE MULHERES EM POLICIAIS:
UM ESTUDO SOBRE POLICIAIS FEMININAS NA BRIGADA MILITAR DO RIO
GRANDE DO SUL.

Porto Alegre, abril de 2003.

Banca Examinadora

À

Manoela,

Urano e Marina.

E a José Vicente,

luzes no caminho.

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram desta construção e contribuíram para a realização deste projeto:

Aos meus pais ,minha filha, irmãs e sobrinhos.

Aos amigos, Inara Tubelo, Vera Costa, Paula Gallichio e Jairo Sentinger.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, Aline e Umberto Sudbrack, Naldson Ramos e Antúlia.

Aos bolsistas Ana, Carina, Lúcio e Maurício.

A colega Silvia Silveira, do PPGPSI-UFRGS.

A Angeli e Michelle, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional.

A Ilga e Luciana, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao grupo Violência e Cidadania, pelo espaço possibilitado às múltiplas formações, para criarmos redes potentes para acolher a complexidade do Ofício de Polícia para o Século XXI.

A Amadeu Recasens i Brunet, Diretor da Escola de Policia de Catalunya-Barcelona- Espanha, pelas trocas a distância e bibliografia enviada.

A Juan Pegoraro, Alcira Daroqui, Silvia Guemureman, do Programa de Estudos de Controle Social (P.E.CO.S), do Instituto de Pesquisa Gino Germani, da Faculdade de Ciência Sociais da Universidade de Buenos Aires- Argentina, pela interlocução e acolhimento.

Aos professores, Benedito Tadeu César (IFCH-UFRGS), Maria da Graça Jacques (PPGPSI –UFRGS), Rosane Neves (PPGPSI - UFRGS) pela preciosa contribuição.

A Barbara Soares , do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – UCAM –RJ, pela oportunidade de continuar pesquisando este tema e pelo espaço aberto às novas perspectivas.

A psicanalista Ana Paula Terra Machado.

Em especial, a José Vicente Tavares dos Santos, por ter sido incansável em auxiliar esta construção, por participar de forma incentivadora à todos os desafios e por ser a pessoa que é , o meu carinho.

— *Compreende o processo? O rastelo começa a escrever; quando o primeiro esboço de inscrição nas costas está pronto, a camada de algodão rola, fazendo o corpo virar de lado lentamente, a fim de dar mais espaço para o rastelo. Nesse ínterim as partes feridas pela escrita entram em contato com o algodão, o qual, por ser um produto de tipo especial, estanca instantaneamente o sangramento e prepara o corpo para o novo aprofundamento da escrita. Então à medida que o corpo continua a virar, os dentes na extremidade do rastelo removem o algodão das feridas, atiram-no ao fosso e o rastelo tem trabalho outra vez. Assim ele vai escrevendo cada vez mais fundo durante as doze horas. Nas primeiras seis o condenado vive praticamente como antes, apenas sofre dores. Depois de duas horas é retirado o tampão de feltro, pois o homem já não tem mais força para gritar. Aqui nesta tigela aquecida por eletricidade, na cabeceira da cama, é colocada papa de arroz quente, da qual, se tiver vontade, o homem pode comer o que consegue alcançar com a língua. Nenhum deles perde a oportunidade. Eu pelo menos não conheço nenhum, e minha experiência é grande. Só na Sexta hora ele perde a fome o prazer de comer. Nesse momento em geral eu me ajoelho aqui e observo o fenômeno. Raramente o homem engole o último bocado, apenas o revolve na boca e o cospe no fosso. Preciso então me agachar, senão escorre no meu rosto. Mas como o condenado fica tranqüilo na Sexta hora! O entendimento ilumina até o mais estúpido. A partir daí se espalha. Uma visão que poderia seduzir alguém a se deitar junto embaixo do rastelo. Mais nada acontece, o homem simplesmente começa a decifrar a escrita, faz bico com a boca como se estivesse escutando. O senhor viu como não é fácil decifrar a escrita com os olhos; mas o nosso homem decifra com seus ferimentos.*

Franz Kafka

RESUMO

Este estudo busca dar visibilidade ao processo de inserção feminina no aparelho policial militar e como a violência presente na institucionalidade cultural desta polícia, funciona como um dispositivo estratégico constituidor de mulheres em Policiais Militares, evocando as práticas arbitrárias no ofício de polícia.

SUMÁRIO

RESUMO	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO.....	14
1 O APARELHO POLICIAL.....	27
1.1 A institucionalidade cultural policial militar e o ofício de polícia.....	29
2 MULHERES NA POLÍCIA	37
2.1 O aparelho policial no Brasil.....	40
2.2 A mulher na polícia militar do Rio Grande do Sul	44
2.3 O modo burocrático e o trabalho prescrito.....	52
3 CONSTITUIR-SE MULHER POLICIAL MILITAR.....	60
3.1 Ser mulher policial: suportar o suplício para tornar-se dona de si.....	66
3.2 A atividade extra-curricular: “JIM” Jornada de Instrução Militar: o sentido de ser policial.....	68
3.3 Estratégias fundamentais – a suspensão do pensamento e uma instituição marcada pela ausência da autoridade simbólica.....	75
3.4 A mulher polícia na rua.....	90
3.5 A aproximação masculino/feminino	94
4 AS METAMORFOSES DA SUBJETIVIDADE PELO TRABALHO POLICIAL.....	98
4.1 Subjetividade e trabalho policial.....	105
4.2 A Subjetividade como processo	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

ANEXOS 121

GLOSSÁRIO..... 127

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Efetivo Masculino/Feminino	48
FIGURA 2: Homens e Mulheres por Divisa	49
FIGURA 3: Distribuição de Mulheres por Atividade Meio e Fim: Área de Atuação.....	50
FIGURA 4: Mulheres e Homens em Cursos	51
FIGURA 5: Distribuição por Sexo/Divisa e Unidade	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Homens e Mulheres por Divisa	49
TABELA 2: Distribuição de Mulheres por Atividade Meio e Fim: Área de Atuação.....	50
TABELA 3: Número de Mulheres no Policiamento da Capital, Atuando Diretamente com a População	51
TABELA 4: Efetivo BM Total.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS

Cap- Capitão

Cb – Cabo

Cel - Coronel

Ch – Chefe

Cmt – Comandante

Fem – Feminino

FT – Força Tarefa

Masc – Masculino

POA – Porto Alegre

RM – Região Metropolitana

RS – Rio Grande do Sul

Sd – Soldado

Sgt – Sargento

Ten – Tenente

Ten Cel – Tenente-Coronel

LISTA DE SIGLAS

APM- Academia de Polícia Militar

BM – Brigada Militar

BPA – Batalhão de Policiamento Ambiental

BPFAZ – Batalhão de Policia Fazendária

BPM – Batalhão Policial Militar

CBAPM –Curso Básico Avançado de Polícia Militar

Cia PM Fem – Companhia de Polícia Militar

CTSP – Curso Técnico de Segurança Pública

EGEPOA – Esquadrão de Guarda dos Presídios de Porto Alegre

GSVG – Grupamento de Serviço de Vigilância e Guarda

IPBM – Instituto de Pesquisa da Brigada Militar

OPM – Órgão de Polícia Militar

PM – Policia Militar

PMFem – Policia Militar Feminina

POLOST – Policiamento Ostensivo

QOEM – Quadro de oficiais de Estado Maior

QPM – Qualificações Policiais Militares

QTPM – Quadro de tenentes de Polícia militar

RPMon – Regimento de Polícia Montada

INTRODUÇÃO

Este estudo busca dar visibilidade ao modo pelo qual a institucionalidade cultural policial militar funciona como um dispositivo estratégico na constituição de mulheres em policiais

A institucionalidade cultural da polícia militar marcada pela cisão civil-militar, encontra na sobredeterminação militar, a definição às práticas cotidianas do Ofício de Polícia ao longo da História do Brasil. O poder seletivo deste ofício junto às agências do sistema penal vem contribuindo às conflitualidades contemporâneas, expressando a crise social que repercute por todas as instituições e práticas sociais.

O trabalho policial, que vinha sendo visto, necessariamente, como uma ocupação masculina, apresenta uma estrutura que está sofrendo mudanças, na medida em que entram em crise valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina. Passa-se a buscar outros valores mais de acordo com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Afrontam-se novas situações em que não é tão necessária a força física, tais como reduzir situações potencialmente violentas e conflitivas, atender coletivos que exigem tratamento diferenciado. Reconhece-se nas mulheres a possibilidade de desenvolver tais habilidades; contudo são habilidades “naturais” nas mulheres. Esta visão determina o espaço das mulheres na instituição policial-militar e a constituição destas mulheres em policiais.

A presença de mulheres em outras polícias do mundo permite situar o quadro em que se movem as mulheres nas polícias, principalmente para uma análise reflexiva acerca das semelhanças dos processos de inserção. A escassez de dados e estudos sobre a mulher na polícia é fruto de uma ausência em problematizar as questões que envolvem o desenvolvimento da mulher no ofício de polícia.

As pesquisas sobre a participação das mulheres nas forças policiais, especialmente naquelas responsáveis pelo policiamento ostensivo, são ainda raras no Brasil, há poucos estudos disponíveis.¹ Estes estudos, assim como os estudos em outros países, revelam uma multiplicidade de questões decorrentes da presença feminina nas polícias. Observamos o predomínio de pesquisas com metodologia quantitativa, enquanto que autores como Delhomez (1991) e Fernández (1994) trouxeram uma contribuição mais relevante para nossos objetivos, visto que desenvolveram estudos com base em uma metodologia qualitativa.

A formação e o desenvolvimento do aparelho policial militar está determinado pelo Estado em que se desenvolve. O modo de ação burocrata, as instruções de caráter militar, presentes na cultura policial, compõem uma rede que define as práticas cotidianas do ofício de polícia.

Sendo o ofício de policial militar caracterizado pela valoração do trabalho prescrito e pelas garantias dos regimentos disciplinares, o cumprimento de tais prescrições encontra garantias através de uma série de regulações disciplinares, que objetivam punir atitudes de

¹ Em levantamento em bancos bibliográficos, localizamos algumas referências sobre mulheres policiais militares: Maia, Leila Rodrigues. *Polícia feminina - perfil e ambigüidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Administração/PUC, 1993. Meneli, Patrícia Rivoire. *A Construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social*. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Criminologia. Porto Alegre, PUCRGS, 1991. Nummer, Fernanda Valli. *A condição feminina no espaço masculino*. In: *A Experiência do curso de formação na Construção de um saber ser Soldado da Brigada Militar*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS-IFCH, 2001. E cinco trabalhos sobre o tema foram encontrados nas próprias Polícias Militares, entre as monografias de formação de Oficiais, quatro no Instituto de Pesquisa da Brigada Militar de Porto Alegre e um no Instituto de Pesquisa da Polícia Militar do Mato Grosso. Estes não aparecem nos bancos de dados de produção acadêmica, nem nos sistemas de busca pela Internet. Destacamos : Cônsul, Júlio Cezar Dal Paz. *Estilo de Comando das Oficiais da Brigada Militar da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Administração. PPGA/UFRGS, 1999; Recheden, Silvana et all. *Militares Estaduais Femininas : Rotinas de Emprego das Praças, nos Órgãos de Polícia Militar de Polícia Ostensiva da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de gestação*, 2001. Bengochea, Jorge Luiz et all. *O Desempenho da Policial Militar Feminina e a Recepção da Sociedade frente a esta Nova Realidade*, 1992, monografia desenvolvida no curso de aperfeiçoamento de Oficiais .IPBM/RS. Borneo, José Luis et all. *Vinculação Administrativa e/ou Operacional das Policiais Militares Femininas da Região Sul*, 1991, IPBM /RS. Machado , Fernanda. *Polícia Militar Feminino em Mato Grosso, da Academia De Polícia Militar Costa Verde. Várzea Grande –MT*, 2001.

não-cumprimento das atribuições previstas ou de execuções de serviços fora da competência policial. Esta dinâmica, associada às atividades extracurriculares e à permanência de valores militares na instituição, mais do que caracterizar a transmissão da identidade profissional, tem nesta combinação o corpo central do aparelho policial, como um rastelo (KAFKA, 1998)² que constitui mulheres e homens em policiais militares.

A motivação das mulheres para o ingresso na força policial militar, a sujeição à sobredeterminação militar como forma de independização, a aproximação do masculino com o feminino e as práticas cotidianas de tais mulheres, através de algumas falas, evocam uma instituição totalmente voltada para prescrições, modos burocráticos e o militarismo, dando visibilidade à uma nova tecnologia da produção social na subjetivação de mulheres.

No Brasil, a filosofia tradicional de policiamento é movida pelo espírito belicoso do Exército Nacional, por ideologias machistas, e trata a inserção das mulheres nos quadros das Polícias de uma forma muito limitada e com pouca visibilidade. Nos Estados Brasileiros encontramos os mais diversos tratamentos à inserção de mulheres, principalmente quanto a restrições legais e informais, determinando o processo de inserção de mulheres nas corporações policiais militares. No Distrito Federal, por exemplo, há uma lei de 1998 que limita em 10% a participação feminina no efetivo da PM, assim como no Mato Grosso, em um concurso de 2001, a participação feminina também foi limitada em 10%³.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul, no Governo Olívio Dutra (1999- 2002) tem considerado o modelo quantitativo como exaurido. Acredita que o aumento substancial do efetivo como forma de resolver o problema da comunidade está ultrapassado. Surgem idéias de que a polícia deve ser estruturada para ser uma polícia comunitária.

Observa-se que a medida em que surgem novas concepções de segurança pública surgem alterações nas ações de polícia (através de políticas preventivas, como o policiamento comunitário) associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, o imaginário da

² Rastelo: Instrumento formado por uma fileira de dentes de ferro por onde se passa o linho a fim de se lhe tirar a estopa; sedeiro. Instrumento constituído por uma grade com dentes de pau, com a qual se aplaina terra lavrada.

³ O concurso aberto em dezembro de 2001 pela Polícia Militar do Mato Grosso destinou a mulheres apenas 10% do total de 800 vagas oferecidas. [<http://www.clube7.com.br/body.php?cod=exibenews&ID=725>].

população e de gestores de segurança pública supõem que há um “novo” lugar para as policiais femininas. Contudo esta afirmação encontra-se com a idéia de gênero como uma categoria “dada”, essencialista, desconsiderando gênero como categoria construída, na qual efetivamente há a participação das mais diversas instituições ao longo da vida, que produzem socialmente homens e mulheres. Desprezando que a cultura da instituição Policial Militar tem um papel preponderante na constituição de mulheres em policiais.

Então, desconhecemos o contingente de mulheres nas Polícias Militares no Brasil: quem são, o que as motivou a essa carreira, quais suas histórias de vida, que dificuldades e resistências enfrentam, que novas questões a sua presença coloca, assim como pouco sabemos da participação da instituição na constituição destas mulheres em policiais.

Apesar da ausência de informações sobre a inserção feminina nas polícias militares e no imaginário da população e dos operadores de segurança pública existir a crença de que a violência presente nas forças policiais é menor entre as mulheres e que por isso elas teriam um papel saneador, esta pesquisa dá visibilidade que a violência presente na institucionalidade cultural da PM, coloca-se como um dispositivo estratégico constituidor destas mulheres, evocando as práticas arbitrárias na atividade de Policiamento Ostensivo.

No Brasil, hoje, em 19 estados da Federação há a participação de mulheres no ofício de polícia. Sabe-se que São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955, depois, Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983. A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas. Tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; com menores delinqüentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais. Com o passar do tempo, as policiais femininas começaram a ser empregadas tanto na atividade operacional, quanto na atividade administrativa da corporação.

No Estado do Rio Grande do Sul, a inserção feminina na Polícia Militar deu-se a partir de 1987 quando foi criada a Companhia Feminina do Policiamento Ostensivo voltada para atividades identificadas como atribuições do universo feminino, em escolas, aeroportos e no trânsito.

OBJETO DE PESQUISA

Busco problematizar o modo pelo qual a institucionalidade cultural da polícia militar constitui mulheres em policiais.

Este estudo foi desenvolvido com mulheres policiais na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, tratando da relação entre gênero, trabalho e subjetividade.

A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul surgiu em 1892, como organização policial militar. Originária do Corpo Policial da Província de São Pedro, em 1837, instituição mantenedora da ordem interna na luta mantida pelos farroupilhas contra as forças imperiais, nasceu como parte da força de um efetivo do exército militar (MARIANTE, 1972).

O espaço policial militar é secularmente masculino, regulado por normas e regras, com territorializações definidas através de sistemas de hierarquia, sistemas de escalas de valores e sistemas de disciplinarização, herdados de um modelo militar como meio fundamental de controle social. Sistemas estes que operam com estratégias contrárias aos modos de valorização das singularidades, à processos de singularização. Visam à formatação de um modelo hegemônico.

Através deste estudo, busco:

- a) Investigar como as policiais militares femininas lidam com a força do referencial identitário;
- b) Pesquisar como a instituição policial militar constitui mulheres em policiais.
- c) Analisar algumas das possíveis formas de subjetivação que podem estar emergindo e se reproduzindo no contexto das práticas policiais.
- d) Estabelecer um campo de investigação empírica para a reflexão sobre o processo de transformação de mulheres em policiais.

Conhecer melhor as Praças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e o espaço institucional-policia é uma necessidade, porque poderá trazer informações sem as quais não é possível explicar adequadamente o que significa a participação cada vez maior de um contingente feminino tradicionalmente excluído da policia e que poderá levar consigo reflexões substanciais acerca das concepções de segurança pública. Por outro lado, buscar a visibilidade da inserção feminina na Policia Militar do Rio Grande do Sul, através da evocação das falas de Praças Femininas, assim como trazer informações de outras organizações policiais, no que se refere ao estudo da mulher policial, é iniciar um caminho para a compreensão do processo de constituição de mulheres em policiais, como um modo de subjetivação na contemporaneidade e compreender o aparelho policial militar como uma nova tecnologia da produção social.

O aparelho policial militar enquanto uma tecnologia da produção social pode ser tomado como mais um ponto de partida, na contemporaneidade, para a construção de sujeitos e na constituição de mulheres em policiais.

A QUESTÃO DO GÊNERO

No imaginário da população “gênero” tem um entendimento de caráter essencialista que tenta explicar e naturalizar, a subordinação feminina nos mais diferentes campos (o político, o econômico e o social) em razão das diferenças biológicas entre os sexos. Porém, as significações que definem socialmente o que é ser homem ou mulher são construídas nas diferentes sociedades e culturas.

O conceito de gênero passou a ser utilizado no campo dos Estudos feministas, por estudiosas anglo-saxãs, a partir da década de setenta. Até então, o movimento feminista vinha se debatendo com a dificuldade de desvincular a discussão que fazia para entender a subordinação das mulheres aos homens e também a sua flagrante desvantagem social e econômica, de um fator biológico, a diferença anatômica e fisiológica entre os sexos (MEYER, 2001:32).

Para Meyer se o conceito de gênero marca a questão relacional e a construção de homens e mulheres, seus discursos devem incluir uma pluralidade de formas de existir, ocorrendo uma ampliação para os diferentes pertencimentos a distintos grupos. Torna-se importante a articulação de outros marcadores sociais como classe, raça, nacionalidade,

profissão, etnia, dentre outros, os quais são construídos e significados socialmente, marcando diferenças, produzindo desigualdades e formando hierarquias.

Sabemos que o movimento feminista, em seus primórdios, caracterizou-se por oposições a uma multiplicidade de formas e forças de opressão do patriarcado. Caracterizou-se como um movimento reivindicatório e denunciatório, na medida em que procurou dar visibilidade às várias formas de opressão (LOURO, 1995) sofridas pela mulher na sociedade ocidental, e tornar a mulher um sujeito com expressão política e social foi um de seus marcos.

Porém apontaram para uma mulher dominada, em contraposição ao homem dominante, numa oposição fixa masculino/feminino.

Buscar entender esse processo, sustentando sua compreensão na via da polarização fica muito difícil obter transformações dessas relações de desigualdade, porque toma como regra que a antítese de desigualdade é a igualdade e que a indiferença é a resposta para a diferença. O movimento feminista ganha sentido na medida em que se articula com o conjunto das microrrevoluções feministas que estão em jogo em todo o tecido social (GUATTARI, 1986:76).

Desta forma o conceito de gênero (MEYER, 2001) introduz modificações importantes nos estudos feministas: não se fala mais de mulher no singular, mas entendendo que muitas outras formas de diferença e desigualdade se imbricam com o gênero e que elas precisam ser problematizadas juntas. Incluindo também os homens.

Neste estudo buscaremos compreender gênero como uma categoria construída, problematizando o caráter essencialista e biologicista que tenta explicar e naturalizar. Nesta perspectiva teórica, gênero é entendido como estando fundamentalmente ligado às significações que definem o que é ser homem ou mulher nas diferentes sociedades e culturas.

A compreensão de gênero como categoria de análise rejeita a perspectiva essencialista, sendo compreendido como elemento constitutivo das relações sociais que marcam a construção social dos modos de tornar-se homem e de tornar-se mulher.

Lida-se aqui com a idéia de múltiplas dominações que se atravessam, reforçam ou fragilizam um poder mais plural, por isso menos centralizado. Mais ainda, visualiza-se o poder como sendo essencialmente relacional, como exercício entre o que permite pensar a dominação de forma complexa e não mais estabelecida de forma exclusivamente unilateral, pelo pólo dominante sobre o dominado. A par das profundas diferenças que podem (e devem) ser apontadas entre as correntes

teóricas poder-se-ia dizer que a idéia do poder como dominação e como propriedade de alguns, via de regra exercido de cima para baixo numa única direção, presente nestas teorizações feministas, mostra-se insuficiente para explicar as subordinações e desigualdades existentes nas relações de gênero. (MEYER, 1996:43).

Para Meyer,

gênero reforça a necessidade de se pensar que há muitas formas de sermos mulheres e homens, ao longo do tempo, ou no mesmo tempo histórico, nos diferentes grupos e segmentos sociais. Não se referindo mais ao estudo da mulher, é um conceito que procura enfatizar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos, desestabilizando dessa forma o determinismo biológico e econômico vigente (MEYER, 2001:32).

Os estudos atuais sobre gênero buscam desmontar a lógica binária, organizada em torno de um centro, apontando a necessidade de se desconstruir permanentemente a lógica dos sistemas tradicionais de pensamento, demonstrando que as oposições são historicamente e cotidianamente construídas.

As oposições binárias são, também, relações de poder. Pois esse conceito nos leva a procurar entender as construções de feminino, de forma articulada com o masculino, uma vez que ambos estão implicados nas mesmas relações. O que é apresentado como feminino nas sociedades ocidentais, toma o masculino como referência, a mulher é apresentada como o oposto do homem, só que esta não é uma simples oposição: como todas as oposições binárias que estruturam o pensamento moderno, é uma oposição hierarquizada, em que um dos termos da equação é socialmente menos valorizado do que o outro (MEYER, 2001:32).

Hoje a ênfase dos estudos feministas está em como as hierarquias de gênero se constroem e se legitimam, o que demonstra o deslocamento da lógica da explicação mais para os processos do que para as origens, para as causas múltiplas e não para as únicas, vinculadas ao poder e à construção das diferenças. O gênero constitui-se num primeiro modo de dar significado às relações de poder. Neste sentido Fonseca, estende o conceito de gênero a um aspecto geral de toda a organização social, e que “pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (FONSECA, 1999:65).

Desta forma o movimento feminista tem sentido na medida em que se articula com o conjunto das microrrevoluções feministas que estão em jogo em toda sociedade, não sendo só o problema dos direitos da mulher em contexto profissional ou doméstico.

O movimento feminista hoje é portador de um “dever feminino” que diz respeito não só aos homens e às crianças mas a todas as engrenagens da sociedade – de algo que está no próprio coração da produção da sociedade e da produção material. Qualifica de dever feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são justamente marcadas pela proibição desse dever. Em outras palavras não há simetria em uma sociedade masculina, masculinizada, e um dever feminino (GUATTARI, 1986:73).

As mulheres entraram em espaços até então somente preenchidos pelo trabalho masculino, seja por necessidade de complementar a renda familiar, por necessidades da organização, por aspirações pessoais, ou por tornarem-se as “provedoras” de lares. A feminização do mundo do trabalho mostra-se crescente e as mulheres também chegam às Polícias Militares.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa Qualitativa – Fundamentos

Identificamos na pesquisa social uma forma de abordagem que se tem afirmado como promissora possibilidade de investigação, a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada e não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; procura a obtenção de informações mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, elabore sua interpretação dos fenômenos.

A pesquisa qualitativa tem se caracterizado como uma alternativa bastante interessante enquanto modalidade de pesquisa numa investigação científica. É útil para firmar conceitos, especificar objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre dimensões estudadas com maior profundidade.

Os métodos qualitativos trazem relevante contribuição ao trabalho de pesquisa em pesquisa social, pois apresentam uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.

Há um conjunto de características capazes de identificar uma pesquisa qualitativa:

1. Ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental.
2. Caráter descritivo.
3. Significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador.

A pesquisa qualitativa é mais utilizada em situações em que o fenômeno deve ser observado ou em que se deseja conhecer um processo, determinado aspecto psicológico complexo, ou um problema complexo.

A pesquisa qualitativa envolve técnicas como análise de dados secundários, estudos de caso, entrevistas individuais, teste de associação de palavras, discussão em grupo e grupo focal.

Grupo Focal: Conceitos Fundamentais

A técnica de Grupo Focal nasceu na sociologia. Na ciência social, foi Robert Merton quem publicou o primeiro trabalho utilizando o Grupo Focal; Paul Lazarsfeld e outros, mais tarde, iniciaram essa técnica na área de marketing.

Uma entrevista no Grupo Focal envolve uma discussão conduzida ou moderada que introduz um tópico a um grupo de respondentes e direciona sua discussão sobre o tema, de uma maneira não-estruturada.

O foco ou o objeto de análise é a interação dentro do grupo. Os participantes influenciam uns aos outros pelas respostas às idéias durante a discussão, estimulados por comentários ou questões fornecidos pelo moderador (pesquisador ou outra pessoa).

O Grupo Focal é uma técnica utilizada em pesquisas qualitativas com muitas finalidades. Esteve muito ligado à pesquisa social, mais propriamente na Antropologia e da

Sociologia e, nos últimos 30 anos, ganhou espaço em áreas como Psicologia, Educação e Administração de Empresas.⁴

O Grupo Focal tem como características gerais:

- envolvimento de pessoas
- reuniões em série
- homogeneidade dos participantes quanto aos aspectos de interesse da pesquisa
- geração de dados
- natureza qualitativa
- discussão focada em um tópico que é determinado pelo propósito da pesquisa

O Grupo Focal é recomendado para orientar e dar referencial à investigação ou à ação em novos campos, gerar hipóteses baseadas na percepção dos informantes, avaliar diferentes situações de pesquisa ou populações de estudo, desenvolver planos de entrevistas e questionários, fornecer interpretações dos resultados dos participantes a partir de estudos iniciais, e gerar informações adicionais a um estudo em larga escala.

Para verificar a adequabilidade de seu uso consiste em perguntar quão ativa e facilmente os participantes discutiriam o tópico de interesse da pesquisa.

O Grupo Focal pode ser utilizado em quase toda situação que necessita de alguns insights preliminares, propiciando riqueza e flexibilidade na coleta de dados, normalmente não disponíveis quando se aplica um instrumento individualmente, além do ganho em espontaneidade pela interação entre os participantes. Por outro lado, exige maior preparação do local, assim como resulta em menor quantidade de dados (por pessoa) do que se fosse utilizada a entrevista individual.

⁴ As considerações teóricas em relação a metodologia utilizada são extraídas de um artigo escrito por Renata Giovinazzo para a revista da Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado/SP. <http://www.fecap.br> Revista Administração on-line vol.2 , n.º4, ano 2001.

A Utilização do Grupo Focal

A utilização deste instrumento permitiu trabalhar com uma metodologia qualitativa, dando maior visibilidade ao processo de constituir-se mulher policial militar no ofício de polícia, na medida em que a técnica de grupo focal trabalha com o imaginário dos entrevistados e possibilita a percepção das construções destas mulheres acerca dos temas: a incorporação e integração das Praças Femininas na profissão Policial-Militar; as atitudes e opiniões destas mulheres dentro de seu meio sócio-profissional, nas praticas cotidianas; como desenvolve-se o processo de constituição de mulheres em policiais. Configurou-se assim um grupo com características de “Laboratório do Cotidiano”.

Uma vez que nesta metodologia a discussão é focada em temas, os quais foram determinados pelo propósito da pesquisa, os assuntos também foram livremente abordados, flexibilizados e muitos destes foram trazidos pelo interesse das participantes, muitas vezes relacionados a fatos ocorridos no dia do encontro, pois os mesmos desenvolveram-se sempre no início da noite, no final da etapa de trabalho. Sobretudo o cotidiano destas mulheres é o propósito desta investigação. Os encontros do grupo focal tiveram a duração total aproximada de 13 horas, divididos em 5 encontros de 2 horas 30 minutos.

O “grupo focal” foi constituído por um grupo integrado por 10 policiais Praças Militares Femininas.

Para análise das falas produzidas nos encontros utilizamos o mapa “Visibilidade do Conteúdo Manifesto⁵ nos Grupos Focais”, o qual foi construído após os encontros, sobre informações fundamentais produzidas através da técnica, do grupo focal, transcrições das discussões do grupo, acrescidas das anotações e reflexões.

Utilizamos a tecnologia informacional denominada QSR NVIVO2⁶. Trata-se de uma ferramenta informacional para

... análise de informações qualitativas não-estruturadas, tais como entrevistas semi-estruturadas ou em profundidade, histórias de vida, história oral e

⁵ Para desenvolvimento deste mapa foi utilizado a mesma categorização do Inventário Fatorial de Personalidade, organizado pelo Dr. Luis Pasquali da UNB.

⁶ ® marca registrada de Qualitative Solutions and Research Pty Ltd, Austrália.

gravações de grupos focais, pelo uso de programas que permitem potencializar a análise da mensagem (análise de conteúdo, análise de discurso) mediante a codificação, a categorização, a indexação e a organização de materiais qualitativos (TAVARES DOS SANTOS, 2001:126).

Ao longo da análise sobre as práticas cotidianas do ofício de polícia e a constituição de mulheres em policiais – observou-se que a organização prescrita, o sistema disciplinar, o trabalho burocrático, a existência de um espaço de dominação masculina e de sobredeterminação militar, coloca-se como uma tecnologia da produção social que vem construindo homens e mulheres.

Em anexo, segue o roteiro com os assuntos discutidos nos encontros do grupo focal, os quais foram reorganizados ao final de todos os encontros. É importante ressaltar que o grupo tornou-se um espaço para “fala e escuta”, onde as integrantes criaram laços de confiabilidade e adesão, mostrando-se extremamente participativas e desejosas de um espaço de reflexão.

1 O APARELHO POLICIAL

A formação do aparelho policial dá-se com a constituição do Estado Moderno. Constituiu-se a organização policial, enquanto formadora do ofício de polícia em duas fontes: o modelo francês de polícia ligada à formação do Estado, fazendo com que o poder imprimisse sua marca à Polícia, centralizada e estatal, pois através de uma estrutura hierarquizada, permitia ao Governo multiplicar sua eficácia no controle dos cidadãos.

Nesta perspectiva, a polícia emergiu ligada à expansão do poder do Estado, desde o século XVIII, nos principais Estados europeus marcados pelo Absolutismo.

O ato do nascimento da polícia, assinado por Luis XIV, na França, previa assegurar a segurança da cidade, lutar contra a delinqüência e a criminalidade, proteger a saúde da população e cuidar de sua subsistência, assinalando que, após a Revolução Francesa, as finalidades da polícia foram reformuladas para se estabelecerem em relação à manutenção da ordem pública e a preservação da liberdade, da propriedade e da segurança individual. A partir de então, instituiu-se o “modelo francês de polícia”, uma polícia centralizada, estatal e vinculada à sustentação do estado Moderno (SANTOS apud AMADOR, 2002).

O modelo inglês de polícia está baseado em uma relação dos membros do aparelho policial com a sociedade local. Até hoje a organização policial depende da combinação desses dois modelos, o sistema francês, estatal e centralizado, e o sistema inglês, comunitário, aliando o exercício da coerção física legal com a busca da legitimidade de sua ação social.

Na Inglaterra com a criação da Nova Polícia de Londres, em 1829, a sobre-determinação da organização policial como instituição de controle da ordem pública dirigida contra as classes populares aparecerá mais claramente”. Assim “o elo entre a organização policial e a defesa da ordem social vigente reaparece como um dos

elementos principais da formação da sociedade capitalista (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p.159-160).

Observa-se que a organização policial constitui-se como um ofício específico que é caracterizado, segundo Tavares dos Santos, pelo duplo exercício: monopólio da violência física legítima e como agente de produção do consenso.

Amador (2002), referindo-se a Bobbio, diz que essa forma de ordenamento jurídico, surgida na Europa, implicou o deslocamento do poder político e administrativo das categorias sociais mediante a ampliação do aparelho policial. Este agrupamento configurou-se como uma instituição caracterizada por uma rígida disciplina interna e com o objetivo de disciplinar a ordem social. Com isso excluiu-se a violência física das possibilidades da ação social da população, bem como realizou-se o monopólio da força física.

(...) passava neste instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (como, por exemplo, a polícia contra os criminosos) e a números maiores apenas em tempos excepcionais de guerra ou revolução, na luta socialmente legitimada contra inimigos internos ou externos (ELIAS apud TAVARES DOS SANTOS, 1997).

A modernidade nos trouxe a burocratização, a racionalidade instrumental dando origem à “desumanização” dos objetos e a perspectiva de que estes não merecem nenhuma reivindicação a uma subjetividade. Bauman (1998) aponta estas questões referindo-se ao Holocausto e Christie (1998), afirma que os modos burocráticos ganham visibilidade na pós-modernidade através da centralidade que o Direito e as Agências do sistema penal obtêm sobre as vidas dos sujeitos, enfatizando que este fenômeno guarda muita semelhança com o fenômeno do Holocausto.

Nesta centralidade, a Polícia, em sua relação de complementaridade com as demais agências do sistema penal, tem e terá papel preponderante, enquanto poder seletivo.

Portanto, o aparelho policial, conforme demonstra Recasens (1999), situa-se como instrumento e como parte do Estado, uma das mais emblemáticas representações de poder estatal e de sua capacidade de coerção e de controle, pois o aparelho policial vinculado a uma forma-estado não só tem uma origem histórica, senão também a uma historicidade ligada ao modelo estatal em que se desenvolve. Portanto, o aparelho policial não deve ser visto como

algo monolítico, mas como um elemento em permanente transformação e adaptação aos ventos do próprio Estado.

1.1 A INSTITUCIONALIDADE CULTURAL POLICIAL MILITAR E O OFÍCIO DE POLÍCIA.

As práticas do ofício de Polícia Militar estão marcadas pela sua institucionalidade cultural, as quais trazem as marcas da conflitualidade civil/militar. Nas Polícias Militares Estaduais, a militaridade não é constitutiva, ocorre a partir da simetria com a dimensão federal, na qual esta característica é necessária.

A função policial é por natureza civil. Para compor esta simetria, o legislador teve de suturar a fenda aberta pela contradição entre polícia militar e polícia civil. Portanto, se a natureza da polícia se impusesse, as polícias seriam instituições civis. O legislador teve que compor uma equivalência estatutária entre as duas, uma verdadeira aporia, pois a relação entre militaridade e civilidade é uma relação de negação. Assim o legislador puxou para a União a competência de ditar as regras gerais de organização dessas polícias (BISOL, 2001:12).

As práticas do ofício de polícia estão marcadas por uma violência real a qual está definida pela relação de negação entre militaridade e a civilidade, no encontro da sobredeterminação militar, o que produz uma outra dimensão ao trabalho policial que é o exercício da violência física ilegítima enquanto prática social, ilustrado pelo excesso de poder.

Esta violência tem como fonte seu próprio modelo cultural no qual a

... totalidade institucional não se fecha, porque sua índole civil e obstruída desde a origem pelo trauma da suspeição de que lhe falta o mais importante para ser o que sua auto-referência diz que ela é. Isto não lhe permite o acesso ao lugar em que se encontraria consigo mesma enquanto consciência de sua identidade e possibilidade de sua nomeação simbólica desta identidade. Desta forma a totalidade institucional se escinde em duas institucionalidades opostas, a civil e a militar, incompatíveis entre si. Esta incompatibilidade abre no espaço institucional uma brecha, um vazio, que é precisamente a falta de uma síntese. Contudo a institucionalidade militar, como institucionalidade - exceção ocupa o lugar da síntese, funda a universalidade e passa a sobredeterminar a institucionalidade civil. A militaridade, pura força que é, tende a expressar-se ontologicamente como dominação e controle, implicando na possibilidade do excesso de poder (BISOL, 1997:15).

Portanto a institucionalidade policial-militar guarda em si um modelo cindido, com sobredeterminação da militaridade em suas práticas institucionais para o Ofício de Polícia, marcadas pela imposição de uma autoridade definida por uma violência real. Segundo

Calligaris (1993), a obtenção do exercício da autoridade simbólica sem o uso da violência real depende da existência da autoridade social, pois a construção da autoridade simbólica se dá a partir de condições reais, pois a autoridade é culturalmente real e não simbólica.

Quando não há a autoridade simbólica, o acesso ao objeto, à identidade, dá-se pela violação e apreensão, desta forma, podemos pensar que, a autoridade policial militar não é fundada como simbólica e está fundada no exercício de uma violência real, na exibição de um poder real e na produção de uma violência real.

As estruturas sociais são simbólicas e nos permitem assim condutas reais. Quando as estruturas sociais se tornam reais, são as condutas que se tornam simbólicas. Basta considerar que o poder que aí se exerce é ordinariamente indolor, inaparente, e que do seu caráter propriamente simbólico, é suficientemente eficaz para a maioria. Pois é esta relação com estruturas sociais simbólicas que permite que nossas condutas sejam reais, que na apreensão do objeto, nossas condutas sejam completamente reais. Quando o poder destas estruturas não vale para um sujeito senão em sua expressão encarnada, quando vale somente por sua presença real. Neste caso a conduta dos sujeitos se tornam simbólicas. Condutas simbólicas de uma falta, de uma falta essencial, a falta de acesso ao objeto que conta, que comanda (MELMAN, 2000:43).

Estas considerações de Melman esclarecem como se constrói o laço social e a importância destes, pois são estes que outorgam nosso lugar como sujeito na sociedade. Daí pensarmos que quando falta a ordem simbólica para o acesso ao objeto, o acesso dá-se pela violência. Contudo, sabemos que em nossa sociedade determinadas características comuns são causas do aprisionamento da pessoa, muito mais do que a conduta desta. Elas fazem parte do estereótipo, sem estereótipo não há intervenção do sistema penal. Desta forma, o trabalho policial, esta interseccionado nesta demanda.

A vida situa-se como limite seja pelo risco de vida a que se sentem submetidos os policiais, civis e militares, nos campos e cidades brasileiros, devido ao aumento dos conflitos sociais agrários e à criminalidade urbana violenta; seja a ameaça à vida enquanto efeito de muitas ações violentas de membros das polícias no contexto social brasileiro. Nessa perspectiva, o trabalho policial se realiza sempre na margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso (TAVARES DOS SANTOS, 1997:162).

Poderíamos dizer que, no limite, a institucionalidade policial-militar guarda uma matriz cultural quanto à forma de acesso ao objeto, à sua identidade, através da violação de direitos humanos, no limite da norma social. Porém a polícia, enquanto uma das agências do sistema penal, em suas relações de complementaridade, é quem vem a decidir quem no social é delinqüente, pois através de seu poder de seletividade (ZAFFARONI, 1990) dá o start ao

trajeto da culpabilidade pela vulnerabilidade, - Rotulação. Portanto, existem pessoas que, ao longo de suas vidas, têm maiores probabilidades de sofrerem a intervenção do sistema penal, dependendo de sua vulnerabilidade ao estereótipo. Então, o conceito de vulnerabilidade é o grau de periculosidade que para cada um de nós oferece o sistema penal, e isso depende de uma série de características, muito mais do que da conduta propriamente dita.

A violência exercida por membros das polícias civis e militares têm como origem uma cultura do ofício de policial, no processo de socialização do policial, pois no caso de várias Academias de Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto: “o currículo oculto celebra intensamente um outro tempo, fazendo anúncio e memória de uma temporalidade distante, mágica, guerreira e militar, de quando a polícia tinha poder e prestígio. Um espaço-tempo onde a polícia imaginária e mitológica possuía nas mãos o monopólio da força bruta e legítima. Por outro lado, esta cultura se forma a partir de uma discriminação e uma estigmatização do outro. Nas áreas urbanas, as representações sociais desta cultura da violência se fundam em uma imagem do “criminoso virtual”: o homem pobre, jovem, negro e favelado, em qualquer circunstância, será o suspeito, o abordado, o alvo preferencial. Reaparecem as categorias de um discurso eugenista e racista, o qual orienta práticas de discriminação, rotulação e estigmatização (TAVARES DOS SANTOS, 1997:10).

O afrouxamento dos limites de territorialidade, produzindo imensos fluxos humanos, tem produzido, sobretudo intolerância; e sob esta intolerância é que o poder discricionário da polícia incide, sobretudo nos “estranhos” produzidos pela sociedade.

Ao mesmo tempo em que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável (BAUMAN, 1998a:27).

O aumento indiscriminado da repressão penal na América Latina (ZAFFARONI, 1988) tem seus efeitos muito diferentes aos dos países centrais. As limitações orçamentárias fazem com que o número de presos exceda a capacidade de alojamento, nossos cárceres se convertem em campos de concentração, sem que isto moleste a quem detem o poder, porque afeta um setor social que não tem capacidade para motivar as classes médias minoritárias. Pela diferente estratificação social dos países centrais, isto não sucede, pois a violação carcerária de Direitos Humanos provoca a perda da clientela política, especialmente na Europa. Por outro lado, o aumento do aprisionamento em muitos países centrais recai sobre uma boa parte de “estrangeiros” ou “exilados”, considerados diferentes pelos setores dominantes, embora por razões de imagem pública não o confessem (imigrantes, negros, filhos de imigrantes marginalizados, etc.) Na América Latina recai sobre nossas próprias classes mais carentes.

Estamos diante de formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo acompanhando a crise do Estado-Providência (Pavarini e Pegoraro apud Tavares dos Santos, 1997; Bauman, 1998a).

Para Bauman, os estranhos hoje são tão instáveis como a própria identidade de alguém, e tão pobremente baseados, tão erráticos, tão voláteis, já não são apresentados pela forma pré-ordenada do mundo. Observa Zaffaroni (1990) que a vulnerabilidade mantém o perfil clássico, mas que esta abriu seu espectro e incorporou outros tipos os quais encontram-se subjogados ao poder seletivo da polícia.

A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível, pelo menos em parte, por causa do apoio popular. Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar de acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa polícia é dura (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais (CALDEIRA, 2000: 20).

O apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disfunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência, bem como a deslegitimação dos direitos civis é inerente a este padrão.

A cultura policial militar é violenta, recentemente, no intuito de atenuar a sobredeterminação militar e as práticas violentas, observamos ações do governo do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999-2002, focadas no sintoma institucional, com intervenção nos Comandos, ação esta frágil, o que possivelmente gerou somente o deslocamento deste.

Sendo assim, há que pensarmos os fenômenos sociais como efeitos de uma corrente discursiva que, na história de uma cultura, vem armando um dispositivo que, num certo momento, produz sujeitos e dispositivos estratégicos de sustentação.

Neste contexto a discricionariedade e a violência policial aparecem como uma das novas questões sociais globais (TAVARES DOS SANTOS, 2002), pensada na perspectiva da conflitualidade. Considerando a ausência da autoridade simbólica da polícia podemos pensar

que o exercício discricionário policial está comprometido com sua matriz institucional/cultural, portanto o ato de complementaridade (LOCHE, 1999) necessária entre a norma legal e a ação individual, decorrente de uma “livre escolha” ou julgamento do indivíduo em função de um determinado objeto, problema ou moral, traz a inscrição desta cultura, observável através da produção discursiva. Neste sentido, a ação discricionária, é o poder de definição da polícia.

Podemos pensar que o exercício discricionário está determinado pela passagem da razão objetiva para a razão subjetiva. A autoridade internalizada (CALLIGARIS, 1993) só vale na medida em que o indivíduo julga o que ele internalizou como sendo eventualmente justo e – por isso mesmo – por ele estabelecido. Não só acontece uma internalização da lei, mas acontece especificamente na nossa cultura que esta internalização implica em uma passagem da razão objetiva para a razão subjetiva. Quer dizer que na internalização da autoridade, que funda e permite o convívio social, é desmentida sua origem objetiva, e recusada sua origem fora de nós. E a autoridade só é mantida na medida em que ela aparece como o fato e a vontade de cada indivíduo. É o que faz com que cada um de nós, espontaneamente, coloque uma espécie de tribunal individual acima do tribunal social. Seja qual for a decisão da lei, nos sempre apelamos a um tribunal interno para decidir se algo é justo ou injusto. E o justo e o injusto não coincide com legal e ilegal, para nós; coincide com um tribunal interno do indivíduo, o que nos leva sempre a uma posição possível de desobediência civil.

A crescente manifestação da violência física na sociedade contemporânea, tem nos mostrado que os processos de violência efetivam-se em um espaço-tempo múltiplo, recluso ou aberto, instaurando-se com justificativas racionais, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, simbólica ou física (TAVARES DOS SANTOS, 1995:290).

Mesmo com a ampliação legal da cidadania (CALDEIRA, 2000), com a primeira constituição republicana, a ação violenta da polícia continuou a interligar-se de maneiras complexas com o estado de direito e com padrões de dominação. Essa violência teve apoio legal em alguns contextos e foi ilegal em outros, mas na maior parte das vezes tem sido praticada com impunidade e com significativa legitimidade. Compreendemos que a cisão institucional civil/militar da PM, encontra a sobredeterminação militar ocupando o lugar da síntese, funda a universalidade e passa a sobredeterminar a institucionalidade civil; e a torna uma instituição na qual a autoridade simbólica não esta presente. E passa a autoridade a ser

fundada no exercício de uma violência real. Sobre este prisma parece haver uma impossibilidade de mediação de conflitos no ofício de policial-militar, que não seja determinada pela violência real, devido à ausência de autoridade simbólica. Não ser que a instituição passe por reformas culturais, onde possa vir a ser mais polícia e menos militar. Portanto, a centralização em reformas estruturais resultará em deslocamentos de sintoma.

Urge a necessidade de mudanças na institucionalidade que caminhem juntas. Mas grande parte desta possibilidade está atrelada ao legislador, sendo assim, neste contexto, a possibilidade de que as instituições públicas da ordem, em discussão aqui a polícia militar, faça a mediação legítima de conflitos e contenha a violência é muito reduzida.

Tem se tratado na América Latina (TAVARES DOS SANTOS, 2002) o problema da insegurança cidadã, assim com na Europa (BILBAO, 2001) sob uma perspectiva convencional, baseada no modelo polícia-justiça-prisão, que enfatiza a adoção de políticas de controle social, fundados na exacerbação da criminalização das condutas. Exemplo presente foram as negociações na Comissão Européia, propondo uma convenção obrigatória que unifique as normas para admissão de cidadãos de países do terceiro mundo nos Estados membros da União Européia, a qual afeta os peticionários de entrada por razões de trabalho, estudos ou reunificação familiar, a chamada imigração clássica; isto indica o desejo de regular os imigrantes no mesmo nível que fizeram com os refugiados e asilados na Conferência de Dublin. Ambos os mecanismos descrevem a imigração e o asilo político como um problema de lei e de ordem, confirmando um programa sobre a imigração e asilo do tipo autoritário. Sob este enfoque percebemos que serão muitas as funções que realizará a chamada nova polícia européia.

Para Bauman (1998b) o Estado vestiu homens de uniforme, de modo que estes pudessem ser reconhecidos e instruídos para pisar, e antecipadamente absolvidos da culpa de pisar; foi o Estado que se definiu como a fonte, o defensor é a única garantia da vida ordeira: a ordem que protege o dique do caos. Foi o Estado moderno que legislou a ordem para a existência e definiu a ordem como clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras. Os estranhos tipicamente modernos foram o refúgio do zelo de organizações do Estado.

Desta forma a exacerbação da criminalização das condutas como fenômeno mundial nos leva a ver que...

toda a intervenção do sistema penal é inevitavelmente violenta, seletiva e estigmatizante; o sistema penal cria a falsa impressão de resolver conflitos, porém em geral não faz mais que ocultá-los; sua existência se deve a que não existe nenhuma estrutura de poder social com capacidade para resolver todos os conflitos; porém quantos mais conflitos se lhe derivem ao sistema penal, a concentração verticalista de poder é mais forte e as relações horizontais estão mais diluídas, ou seja, a comunidade mais desintegrada (ZAFFARONI, 1988:55).

Hardt e Negri (2001) referem que estamos vivendo os sintomas da transição para a soberania do império e que a nova noção do direito aparece neste contexto da globalização revelando-se capaz de tratar a esfera universal, planetária, como um conjunto único e sistêmico, deve-se presumir um imediato pré-requisito (agindo um Estado de exceção) e uma tecnologia adequada, plástica e constitutiva (as técnicas de polícia), ou seja, vivemos uma transformação não mediada entre poder e subjetividade.

Neste viés assistimos a contraposição entre política de segurança e política social. Segundo Baratta (2000) esta contraposição não é lógica e produz consequências graves na medida em que a política de segurança é aplicada à política criminal. Acrescentar ao substantivo segurança, a propósito da política criminal, e os adjetivos nacional, pública, urbana. Trata-se sempre de noções coletivas, não pessoais, da segurança, sobrepõe a garantia dos direitos fundamentais do cidadão em nome da segurança da nação, da comunidade, da cidade.

Cabe lembrar que da doutrina da segurança nacional (BARATTA, 1998) resta ainda a trágica lembrança dos anos setenta e oitenta na América Latina, quando a ideologia autoritária, inspirada no princípio do amigo-inimigo, serviu para sustentar um direito penal do inimigo, cujas marcas ainda estão presentes inclusive nos Estados com regime formalmente democráticos. A doutrina da segurança nacional serviu também, sobretudo a um sistema penal ilegal, paralelo ao legal, e muito mais sanguinário e efetivo que este último: um verdadeiro terrorismo de Estado, como o que foi desenvolvido nas ditaduras militares do Cone Sul. Para Baratta (2000) a doutrina da segurança pública marca fortemente a história do direito penal na Europa e representa dentro desta, o compromisso contínuo entre a tradição liberal e a de caráter autoritário, entre o Estado de direito e o Estado de Polícia, entre a política do direito penal e a política de ordem pública.

Para Bauman (1998) o processo civilizador está inconcluso, a modernidade trouxe à luz a atividade humana guiada pela razão, e é na formação do Estado Moderno que surge a tendência a subordinar pensamento e ação à praticidade da economia e eficiência. O serviço público infundiu nas outras hierarquias seu planejamento seguro e sua minúcia burocrática, facilitando as práticas dissociativas.

É o espírito de racionalidade instrumental e sua forma moderna, burocrática, de institucionalização; a capacidade da burocracia moderna de coordenar a ação de grande número de indivíduos morais na busca de quaisquer finalidades, também imorais. Desta forma, a racionalidade instrumental e a burocratização do Estado Moderno têm no aparelho policial militar através das normatizações, hierarquia e a prescrição organizacional do ofício de polícia, um dos instrumentos mais representativos da coerção estatal. E é este modo burocrático que possibilita em um dado momento a “máquina” operar sozinha, pois a disciplina da organização, mais precisamente, a exigência para obedecer ordens superiores acima de quaisquer outros estímulos a ação, para colocar a devoção ao bem – estar da organização, tal como definido nas ordens superiores e no trabalho prescrito, acima de todas as outras devoções e compromissos, marcam a supressão da capacidade de pensar, pois o ideal da disciplina aponta para a total identificação com a organização – que por sua vez, só pode significar disposição de obliterar a própria identidade separada e sacrificar os próprios interesses, que não coincidem em parte com a tarefa da organização (BAUMAN, 1998b:41).

As considerações feitas até aqui dão visibilidade à rede em que está inserido o Ofício de Polícia, permitindo-nos constatar sua grande complexidade

... pela ambigüidade que o caracteriza e que se expressa, especialmente, por dois aspectos: em primeiro lugar, porque a polícia exerce um ofício que tem suas origens assentadas na edificação do Estado Moderno, articulada às noções de governabilidade e controle social, exercendo uma prática situada numa linha divisória entre a sustentação do Estado-Nação e a proteção da população; em segundo lugar, porque a tarefa de policiamento efetiva-se na vida cotidiana, a fim de conter emoções e, principalmente, as expressões de violência por parte das populações que têm sua liberdade delimitada, entre outras instâncias, pela possibilidade da violência legal, exercida pela polícia (AMADOR, 2002: 58).

A autora afirma que a ação policial se dirige, ao mesmo tempo que para os homens e as mulheres, também sobre os homens e as mulheres. Portanto se impõe reconhecer as profundas transformações da sociedade contemporânea (TAVARES DOS SANTOS, 2002a), e a crise social que repercute por todas as instituições e práticas sociais levando-nos a refletir sobre que pilares construiremos uma noção de segurança cidadã.

2 MULHERES NA POLÍCIA

O trabalho policial tem sido visto, necessariamente, como uma ocupação masculina. Contudo, a evolução do papel do policial na sociedade e o movimento em direção à abertura de ocupações secularmente masculinas, para as mulheres, trouxe à tona a discussão da presença de mulheres no ofício de polícia.

A progressiva incorporação (ZAMAKONA, 1999) da mulher na polícia e as modernizações das organizações policiais são fenômenos que andam parelhos. A estrutura do trabalho policial esta sofrendo grandes mudanças, entram em crise velhos valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina, buscando-se uma substituição por outros mais de acordos com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação, o trabalho em equipe.

Afrontam-se novas situações em que não é tão necessária a força física, e que identifica nas mulheres potencialidades que até agora não lhes foram reconhecidas: reduzir situações potencialmente violentas e conflitivas, atender coletivos que exigem tratamentos diferenciados e a valorização de formas preventivas.

O processo de inserção da mulher na polícia no mundo, segundo Jennifer Brown (1997), do College of Police and Security Studies, da Eslovênia, guarda quatro aspectos, o contexto do recrutamento de mulheres, vinculado, na Europa, a momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou crises de credibilidade, com forte deterioração da imagem pública das polícias); existência de uma

cultura policial feminina, que estaria identificada e valorizaria as formas preventivas - portanto, menos truculentas - de policiamento; mas com restrições às tarefas femininas, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de polícia, e conseqüente, tendência a atribuir-lhes sobretudo funções burocráticas ou atividades associadas, no imaginário, a extensões do mundo doméstico; necessidade de equiparação de oportunidades (investimento em ações anti-discriminatórias e no enfrentamento dos casos de assédio sexual).

As mulheres entraram na polícia nos EUA (PRENZLER, 2000) no meio do século XIX, geralmente chamadas de senhoras policiais. Para elas foram dados poderes de prender como policiais femininas em torno de 1910. Na maior parte do século XX, as mulheres atingiram 1% do efetivo de pessoal, e foram limitadas a trabalhos parecidos com as suas atribuições na sociedade, trabalho de secretária ou com jovens e mulheres. Ainda em 1972 o percentual de mulheres chegava a 2% e em 1997, havia chegado apenas a 12% do efetivo total.

Na Austrália, uma expansão rápida ocorreu no número de policiais femininas nos anos 80. De uma forma muito semelhante aos Estados Unidos, o catalisador para estas mudanças foi a introdução da legislação antidiscriminação. Isso ocorreu na Austrália, principalmente em nível estadual, onde o policiamento é concentrado. Na Inglaterra, as barreiras discriminatórias foram derrubadas em 1989, parcialmente em antecipação à legislação introduzida em 1992. No caso do serviço de polícia no sul do País de Gales, nos início dos anos 80, uma ação tomada como ato antidiscriminação, acionada por candidatas femininas rejeitadas no serviço policial, levou ao abandono do sistema de quotas. Em 1991, 17.6% da polícia federal australiana era composto de mulheres. A maioria dos estados, agora, tem a admissão de mulheres em níveis entre 25 a 35%, e as mulheres atingem 9 a 13% nos trabalhos inferiores no baixo escalão. Os números /estimativos, para 1991/92, indicam que o crescimento para recrutamento feminino pode estar nivelado em torno de 30%. Existem poucas mulheres em níveis mais altos – alto escalão. As mulheres entraram na polícia australiana em grande número devido à proteção da legislação antidiscriminatória. Alguns estados introduziram regime de meio expediente permanente – licenças especiais para gravidez, cuidado de crianças e procedimentos para atender as reclamações de assédio sexual e discriminação. No País de Gales, a polícia introduziu um comitê de debates femininos e estão prestes a julgar um trabalho baseado em cuidados infantis.

Em 1934, as mulheres começam a participar da Polícia Francesa em uma ocupação denominada como assistente de polícia, com missões voltadas para crianças com riscos morais ou psíquicos, vigilância em via pública, mas em uma carreira limitada às atribuições policiais. Pouco a pouco elas ingressaram no corpo de inspetores da prefeitura, ainda assim, aquartelaram-se em serviços menores. A fusão da segurança nacional e da prefeitura de polícia em 1966, afirma Delhomez (1991), trouxe a esperança de que as mulheres inspetoras ocupassem outros postos, que não de atividades determinadas por qualidades maternais; isso causou rapidamente um renúnciar de suas aspirações, como brigadas em minorias passariam a ocupar postos de comando. Em 1973, o Ministério do Interior cria uma medida que auxiliou as mulheres para o recrutamento de inspetoras de polícia, promovendo o acesso por concurso ao posto de inspetor principal. Este acesso a quatro postos de direção possibilitou que elas se tornassem efetivamente reconhecidas como policiais.

Um decreto, em 1974, abriu timidamente a porta de concursos para chefias de polícias. Contudo, elas foram mal acolhidas, mas a evolução continuou a cada ano, chegando a oferecer 105 dos postos às mulheres, a concursos internos e externos. Na mesma época, a Escola de Polícia acolheu investigadoras femininas.

Estas reformas foram importantes para desconstruir o conceito de autoridade e integrar as mulheres ao ofício policial, o que causou impacto nos policiais masculinos, admitindo não ser mais um ofício exclusivamente de homens.

Delhomez (1991) diz que ainda assim um problema importante não se resolveu, ou melhor, ficou longe de ser resolvido. A última medida administrativa revelou uma hipocrisia evidente, admitiram mulheres em lugares de guardiãs da paz e nada mais foi consentido, como subir os escalões na hierarquia da instituição. Não foram autorizadas as promoções internas a grande inspetora, inspetor principal, general de divisão e comissário de polícia. O certo é que entre elas não haviam dúvidas da capacidade de assumir um comando efetivo, ou um posto de oficial. Outro obstáculo que permaneceu foi o acesso para polícia motociclista e servir nas companhias republicanas de segurança. Somente em 1982 abriu-se esta possibilidade, pois um projeto governamental garantiu condições de emprego à força feminina: o conselho superior da função pública autorizando igualdade para o recrutamento de homens e mulheres, observando uma proporção limite por antecipação, garantia que trouxe uma passagem de 10% a 20% para a participação feminina. A medida considerava que as

resistências são reais, e ignorar as diferenças gera um erro na luta pela igualdade e legalidade, apoiando-se assim na ação diretiva europeia de 1976, contra a discriminação.

A participação feminina nas polícias, por conseguinte, é cada vez mais ampla, ainda que seja um fenômeno recente. Desde a Segunda Guerra Mundial (ZAMAKONA, 1999) quando se incorporam as primeiras mulheres uniformizadas: Em 1948 na Noruega, em 1953 na Holanda, em 1957 na Suécia, em 1973 na Finlândia, em 1974 na França, em 1977 na Dinamarca e na Espanha no Estado de Ertzaintza em 1983, na Guarda Civil e no Corpo Nacional de Polícia em 1988, as mulheres ingressaram anteriormente no Corpo Superior de Polícia em 1979 e na Polícia Nacional em 1985, corpos estes que se unificaram para formar o Corpo Nacional de Polícia.

Em alguns países as porcentagens de ingresso estão se incrementando consideravelmente nos últimos tempos, no caso da Alemanha atualmente entre 40% e 50% dos novos ingressos corresponde a força feminina. Ainda assim não podemos falar de uma autêntica representatividade feminina na polícia (WALTER, 1999:357), pois países onde o nível de representação é mais elevado os percentuais chegam a 20% como é o caso da Polícia Metropolitana de Londres, Inglaterra e Gales com 14% assim como a Grécia e a Estônia com 15%.

2.1 O APARELHO POLICIAL NO BRASIL

A nossa filosofia de segurança tem como balizador os princípios jurídicos-policiais dos portugueses (TORRES, 1977); no período colonial e imperial a polícia desempenhou saliente papel na repressão de longa série de insurreições e revoltas.

Amador (2002), citando Bicudo, afirma que a Polícia brasileira foi constituída, formalmente, à época da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Coincidindo com a vinda da Família Imperial para o Brasil, teve suas funções direcionadas à organização urbana, operando com a idéia de civilidade e urbanidade, o que significou cuidar da existência de um clima agradável, livre de sujeitos “indesejados” da sociedade para, em última instância, satisfazer a Corte. Com a proclamação da República constituiu-se uma polícia profissionalizada, com caráter vigilante e centralizado na defesa das classes dominantes.

Ao longo da história, a prática da polícia brasileira transcendeu suas disposições constitucionais, com funções sustentadoras das instituições políticas, assim foi no Estado Novo, caracterizando-se como um Estado Policial que teve o direito de coagir o cidadão pela supressão do seu próprio direito, configurando um dos momentos mais violentos da história brasileira. A polícia tornou-se um instrumento de determinados grupos e classes, considerando inimigo todo aquele que se opunha ao sistema, configurando uma realidade em que a violência assumiu forma de justiça. De 1964 a 1985, novos elementos articularam-se a esse Estado Policial, edificando-se os preceitos da Ideologia da Segurança Nacional, na qual se assentou a representação social do subversivo e do inimigo interno (BICUDO, 1994). Nesse período, a Polícia Militar passou a ter uma subordinação hierárquica e operacional ao Exército, por um decreto emitido em 1969, e por este mesmo decreto estabeleceu-se que a Brigada Militar assumiria a missão de realizar, com exclusividade, o policiamento ostensivo (AMADOR 2002).

Na “Revolução de 1964”, ratificou-se o processo das Polícias Militares ficarem sob a égide do Ministério do Exército, funcionando como Exército Nacional, regionalizados, sempre com o intuito de manter a ordem.

Assim ficou legalizada, em âmbito nacional, a atuação da polícia militar. A Constituição Nacional sempre delegou às Forças Armadas, o papel de guardiães da lei e da ordem (ZAVERUCHA, 1998). E a Carta Magna estabelecia que a estrutura, o efetivo, a disciplina, o ensino e a organização das Polícias Militares ficassem totalmente subordinados ao Ministério do Exército, e para qualquer alteração na instituição, fazia-se necessário aprovação do Ministério responsável.

Desta forma, os regulamentos disciplinares e estatutos que incidiam sobre o corpo policial, eram os regulamentos elaborados pelo Exército Nacional. Em 1978 surgiram possibilidades das Polícias Militares elaborarem seus próprios regulamentos, desde que mantivessem fidedignidade ao regulamento do Exército Nacional.

Como resultado deste processo, temos operações policiais e operações militares no fazer cotidiano do policial militar. Então, além de zelar pela segurança pública, fazendo prevalecer a ordem (AMADOR, 2002) e garantir a observância às leis, atuavam, ao mesmo tempo como polícia política, em nome da manutenção da ordem referente à preservação de

uma lógica disciplinar, vinculada a um sistema de governo autoritário. O atendimento às mais simples ocorrências era instruído por táticas do Exército.

Com o processo de transição para um regime democrático, em meados da década de 80, diferentes setores da sociedade e do Estado, no decorrer do processo de debate e de votação da nova Constituição, propuseram uma série de modificações. Como resultado, a Carta Constitucional de 1988 apresentou a incorporação de propostas democráticas, em relação a direitos civis, políticos e sociais. No que se refere à área da segurança pública, observou-se, por parte das polícias militares, um movimento de pressão cujo resultado foi a manutenção do aspecto militarizado das polícias. Em primeiro lugar, definiu-se que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares”.(art. 144). Permite, ainda: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações,...” (art. 144, # 8º). Em segundo lugar, a polícia ostensiva era atribuição da polícia militar estadual, cujo caráter militar é garantido: “Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (art. nº 42). Em terceiro lugar, foi criada uma Justiça Militar Estadual, com as seguintes atribuições: “Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei (art. nº 125, #4)” (TAVARES DOS SANTOS, 2001:10).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a crise das polícias brasileiras dava visibilidade ao paradoxo de um processo de democratização que tinha dificuldades de equacionar a questão policial, que segue apresentando os mesmos sintomas: denúncias de violência policial, caráter militarizado das Polícias Militares Estaduais, corrupção, dualidades de condutas operacionais, foro privilegiado nas Justiças Militares Estaduais.

Contudo, algumas alterações advindas da Constituição de 1988 - na relação Polícia Militar e Forças Armadas - possibilitaram uma certa autonomia à PM, principalmente nas questões de ensino e formação. A partir de então, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul elaborou seu plano de carreira, sustentando-o em cursos. Entre outras questões, definiu que ao ingressar na BM um Soldado passaria por 1800hs/aula, em um curso Técnico de Segurança Pública. Para ser 2º Sargento teria que cursar 1100 hs/aula. Para chegar a 1º Sargento faz o curso básico de Administração Policial Militar. Ascender na carreira pressupõe cursos de especialização e concurso.

Concomitantemente aos cursos de formação, existem os cursos de aperfeiçoamento, que tematizam as necessidades identificadas pelo comando, variam de policiamento ambiental, trânsito, uso de arma de fogo, uso da força a direitos humanos, com carga horária de 60 a 80 horas/aula.

Recentemente, no Brasil, a Comissão Mista de Segurança Pública do Congresso aprovou (09 de abril /2002) a lei de unificação das polícias Militar e Civil. Pela proposta de emenda à Constituição, as polícias Federal e Rodoviária Federal também teriam atuação conjunta. Atendendo às pressões de policiais militares e civis, foi previsto um prazo de transição de seis anos para que as corporações sejam unificadas. A matéria segue em votação dos destaques, sendo que um deles amplia de seis anos para oito o prazo para a União e estados implantarem a nova estrutura policial.

Este projeto elaborado pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), cria departamentos estaduais de Polícia e acaba com as denominações “civil” e “militar”. Pela proposta, os departamentos contariam com um órgão policial ostensivo e outro judicial e de investigação. O comando único das polícias seria imediato, mas as academias, por exemplo, teriam prazo de dois anos para mudarem os conceitos de formação dos policiais.

Pela nova estrutura, o Corpo de Bombeiros teria caráter civil em vez de militar. A proposta acaba ainda com a Justiça Militar Estadual , órgão responsável pelo julgamento dos policiais militares. Também prevê isonomia salarial entre policiais e membros do Ministério Público e da Polícia Federal. O projeto mantém as proibições de os policiais realizarem greve, filiarem-se a partidos políticos ou acumularem outra atividade com a função policial. O processo de unificação começaria com a criação da Academia Unificada de Polícia, em dois anos, que deverá oferecer a mesma formação para o treinamento dos policiais. Não se acredita que uma mudança institucional deste porte seja aprovada imediatamente, a emenda constitucional depende de duas votações na Câmara e no Senado (COMISSÃO, 2002).

Na atualidade, a Polícia Militar, segundo Amador (2002), consiste em uma instituição pública, organizada com base na hierarquia e na disciplina, atuando como polícia ostensiva e sendo responsável pela preservação da ordem pública. Em termos constitucionais, a Polícia Militar brasileira integra o Sistema de Segurança Pública, juntamente com as polícias federal, rodoviária, ferroviária, civil e corpo de bombeiros. Sua finalidade consiste na preservação da

ordem pública e da defesa da população e do patrimônio, mediante o exercício exclusivo da atividade de policiamento ostensivo.

2.2 A MULHER NA POLICIA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

A Polícia Militar no Rio Grande do Sul foi criada em 18 de novembro de 1837, através da Lei nº 7, pelo o Presidente da Província Gen. Elseário de Miranda e Brito, chamado de CORPO POLICIAL da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Após, em 1873, extingue-se o Corpo Policial e forma-se a FORÇA POLICIAL. Desde então, a partir da Proclamação da República no Brasil, em 1889, começamos a incorporar as seguintes denominações: GUARDA CÍVICA (1889), CORPO POLICIAL (1889) BRIGADA MILITAR(1892).

Com o definitivo nome, a Brigada Militar veio a participar de inúmeras revoluções históricas no Brasil, como as de:1893 a 1895 (Revolução Federalista), 1923 (Revolução Assisista), 1924 (em São Paulo), 1926 (em Santa Catarina e Paraná) 1930 e 1932 (no Estado e em São Paulo). Após o movimento revolucionário de 1932, a Brigada Militar ainda participou, apesar de voltada para a segurança da comunidade em atuar como força do povo gaúcho, no Estado Novo de 1937, a Legalidade de 1961 e a Revolução de Março de 1964. Hoje constitui-se na Polícia Militar gaúcha, com mais de um século e meio de existência, cuja história confunde-se com a própria história do Estado do Rio Grande do Sul, ambientando-se às necessidades de segurança da população, incorporando atividades policiais diversas e de bombeiros. A Brigada Militar foi instituído como seu patrono o Coronel Affonso Emilio Massot que foi seu Comandante-Geral no período de 18.05.1917 a 21.10.1925.¹

Constituída em 1892, como Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, esta organização policial militar, surge através do Corpo Policial da Província de São Pedro, ainda em 1837.

Após o advento da República do Brasil – em 1892- passa a ser a Brigada Militar com o intuito de garantir a integridade da colônia portuguesa ; assegurar a ordem pública e defender as instituições. As lutas travadas eram em defesa da terra ameaçada por correntes colonizadoras (MARIANTE, 1972),lutavam para defender-se dos “inimigos externos”; normalmente como adversários tinham os espanhóis.

Segundo o historiador Mariante (1972) ,a Brigada Militar vivenciou três fases:

¹ <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/história>

Período Bélico – Caracterizado por combates armados , nos quais a organização participou.

Como a organização nasce “filha” do Exército Nacional , seus primeiros comandantes foram oficiais deste.

Então a grande ênfase desta instituição tem como a instrução da tropa , armamento e disciplina, muito similar ao modelo do Exército.

A Brigada Militar participou de várias batalhas, enfrentadas no conflito de 1923, motivadas por fraudes nas eleições de Borges de Medeiros e Assis Brasil. (MARIANTE, 1972:121-123). Ainda segundo o historiador Mariante, em especial no combate de Rio Negro a Brigada Militar teve seu 1º Batalhão de Infantaria , quase totalmente dizimado. Sendo assim, entendia-se a Brigada Militar , como parte da força de um efetivo militar.

Período de transição – Após a fase bélica encerra-se um ciclo revolucionário. A reorganização da força se faz necessária. E para legitimar sua existência passa a exercer, por adequação, o policiamento regionalizado.

Fase policial-militar –década de 60 – com o Policiamento Ostensivo.

Na “Revolução de 1964”, ratifica-se o processo das Polícias Militares ficarem sob a égide do Ministério do Exército, funcionando como Exército Nacional, regionalizadas. Sempre com o intuito de manter a ordem.²

A Brigada Militar constitui-se num espaço secularmente masculino, regulado por normas e sistemas de hierarquias, assim como por escalas de valores e disciplinarização, características herdadas do modelo militar. Porém, esta Instituição tem passado por algumas mudanças, tanto no seu modo de atuação (modelo de polícia) quanto em relação ao aspecto da inserção feminina em suas atividades (no ano de 1986).

² Entrevista por Oficial do Estado-Maior , em 01 de abril de 2002.

O Decreto Lei Federal Nr 667, de 02 de julho de 1969, o qual até então nada continha sobre a Polícia Feminina, recebe nova redação através do Decreto Lei Federal Nr 2.106, de 06 de fevereiro de 1984, propondo assim:

Art.8º.

§ 2º Os Estados, Territórios e Distrito Federal poderão, se convier as respectivas

Polícias Militares:

Admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças, para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização do Ministério do Exército (VARGAS, 1991).

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1985, decretou lei criando na Brigada Militar a Companhia de Polícia Militar Feminina, a qual foi sancionada e promulgada pelo então Governador Sr. Jair Soares. Para emprego exclusivamente na atividade-fim da Corporação,³ ocorreu, em oito de janeiro de 1985 (Lei 7977), a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia Fem)⁴.

Passa a admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças, para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização do Ministério do Exército (VARGAS, 1991).

O posto máximo permitido a uma mulher, nos quadros da corporação, era o de Capitão e a única possibilidade de acesso era a atividade “fim” (policimento ostensivo). O nível de escolaridade exigido para as mulheres era superior ao do que para os homens; exigia-se curso de Graduação Superior Completo, para as candidatas a Oficial; curso de 2º Grau Completo, para as candidatas a Sargento; curso de 1º Grau Completo, para as candidatas a Soldado.

Após alguns anos, houve a equiparação da exigência dos níveis de escolaridade para ambos os sexos. Este modelo de exigências foi o mesmo para todas as Polícias Militares do Brasil, que se inspiraram na Polícia Militar de São Paulo, pioneira no processo de inclusão de mulheres nos seus quadros (no ano de 1955). Além destes requisitos, exigia-se uma altura mínima, peso e idade.

³ Lei n.º 7.977- ad. Constituição Estadual - De 08 de janeiro de 1985

⁴ Dados do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (IPBM)

A primeira turma de alunas era composta por dez integrantes; este grupo passou um ano e meio na Academia de Polícia Militar, frequentando o curso de habilitação de oficiais femininas. Após a inclusão destas oficiais, ocorreu o ingresso do primeiro grupo de Sargentos e Soldados. Terminado do curso, foi instalada a 1ª Companhia de Polícia Militar Feminina do Rio Grande do Sul (1986). Nos anos seguintes foram criadas mais duas companhias femininas. Uma delas atendia a área central da capital e a outra o policiamento ostensivo no interior do Estado.

No intuito de alocar as mulheres em um espaço que seria condizente com o “papel feminino”, escalavam-nas em locais considerados de pouco risco, tais como: escolas, rodoviárias, eventos culturais e festivos (com a presença de efetivo masculino), no horário das sete da manhã às seis da tarde. Em 1986, eram 135 policiais militares femininos, no policiamento ostensivo, distribuídas da seguinte maneira: um Capitão; três Primeiros-Tenentes; seis Segundos-Tenentes; um Sub-Tenente; dois Primeiros-Sargentos; cinco Segundos-Sargentos; oito Terceiros-Sargentos; 13 Cabos e 96 Soldados.

No ano de 1997, foi extinto o quadro Especial de Polícia Militar Feminina do Rio Grande do Sul, ocorrendo a unificação dos quadros masculinos e femininos. Este fato propiciou a possibilidade das mulheres concorrerem às mesmas vagas do que os homens, inclusive o posto de Coronel e Comandante do Estado Maior (o que ainda não ocorreu). Com a unificação, pressupõe-se que as atividades passam a ser distribuídas sem distinções de gênero e sem uma tarefa especificamente feminina. As mulheres, então, tiveram a oportunidade de servirem em qualquer órgão da Corporação, inclusive no Corpo de Bombeiros (em 1997, a primeira mulher no cargo de Oficial da Brigada Militar passou a integrar o Curso de Especialização de Bombeiros, foi : A 1º Tenente Maria Jaqueline da Costa Machado). Atualmente, o contingente feminino na Brigada Militar do Rio Grande do Sul é de 1009 policiais femininos, representando 5% do efetivo total da organização (composta de, aproximadamente, 25000 homens). O posto máximo atingido pelas mulheres é o de Major (são 6 Majores; 34 Capitães; 3 Primeiro-Tenente; 69 Primeiro-Sargento; 24 Segundo-Sargento; 101 Cabos e 872 Soldados⁵).

⁵ Dados do Departamento Administrativo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

As Polícias, Francesa, Americana, Inglesa, Espanhola, Australiana e a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, guardando as devidas proporções, têm aspectos muito semelhantes quanto ao ingresso feminino no seu aparelho policial, percebendo-se um olhar “naturalizado” quanto às habilidades e qualificações femininas...“Consideram o seu ingresso (NALDSON, 2002) um ganho para as corporações na medida que a mulher tem muito mais sensibilidade do que o homem no trato e no relacionamento com o público e até em situações de confronto e negociações”, assim como tais atribuições poderiam “docilizar” as práticas policiais, bem como melhorar sua imagem com a comunidade, de uma polícia menos truculenta, menos violenta. Imagem esta confirmada quando em uma pesquisa junto à comunidade, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (BENGOCHEA et alli, 1992): 65% da população entrevistada acreditam que a inserção de mulheres na PM melhorou as práticas policiais, justificando: maior respeito, tranquilidade, e que são melhores para prestarem informações, o que atribuem a paciência feminina.

Assim, conhecer melhor a mulher policial da Brigada Militar de Porto Alegre e o espaço institucional-policial de inserção é uma informação básica sem a qual não é possível explicar adequadamente o que significa a participação cada vez maior de um coletivo tradicionalmente excluído da polícia.

Portanto, abaixo veremos como atualmente encontra-se a representatividade quantitativa de mulheres na Polícia Militar do Rio Grande do Sul:

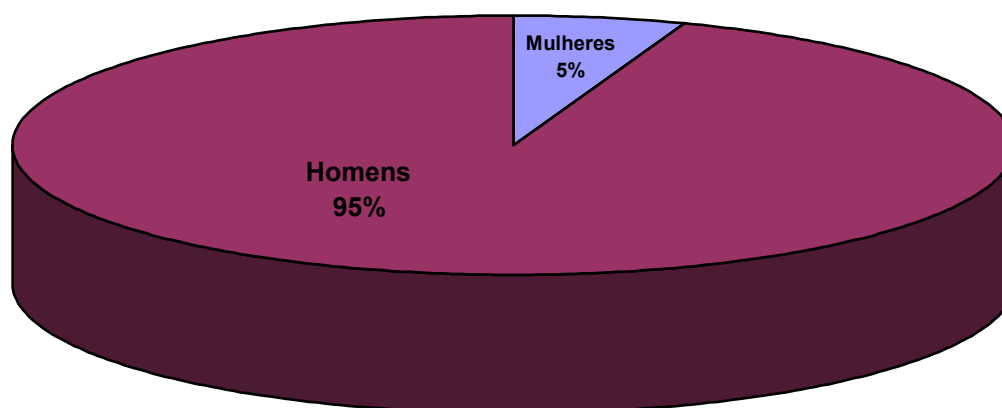


Figura 1: Efetivo Masculino/Feminino

HOMENS = 19.033; MULHERES = 1.113

Tabela 1
Homens e Mulheres por Divisa

	Mulheres	Homens	Total
Soldados	881 = 3,79 %	14321	15202
1° Sargentos	088 = 0,38 %	2112	2200
2° Sargentos	010 = 0,04 %	184	194
Cabos	091 = 0,39 %	1174	1265
1° Tenentes	005 = 0,02 %	299	304
Capitães	035 = 0,15 %	661	696
Majores	03 = 0,01 %	282	285

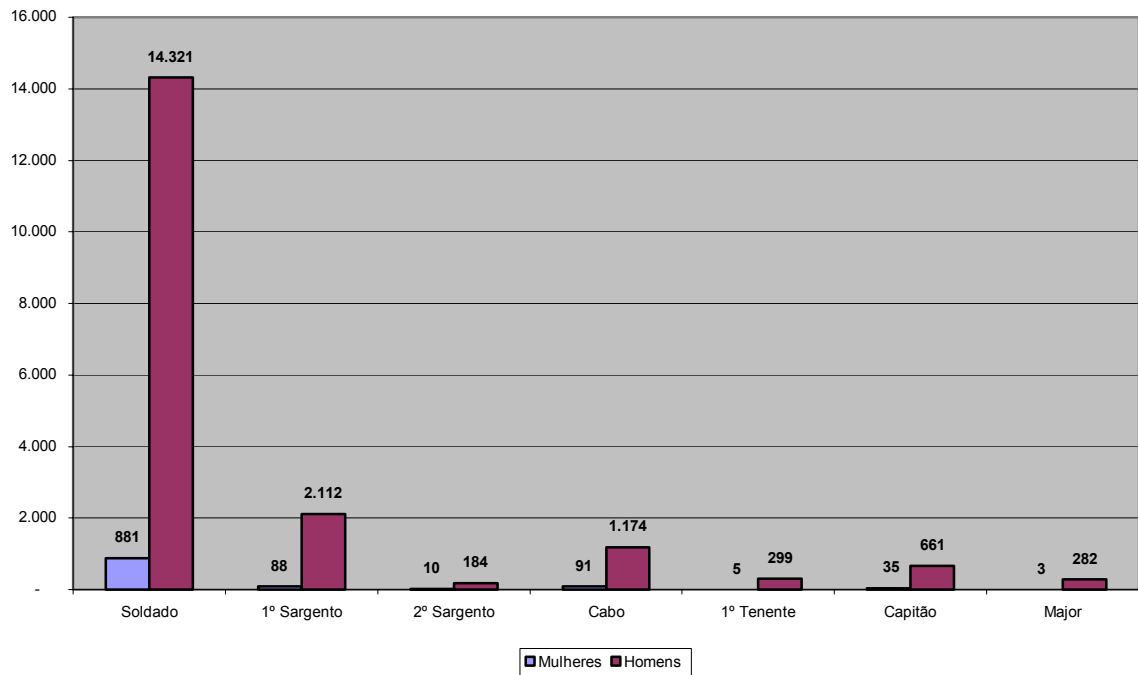


Figura 2: Homens e Mulheres por Divisa

Tabela 2

Distribuição de Mulheres por Atividade Meio e Fim: Área de Atuação

POSTO	MEIO	FIM	% MEIO	% FIM	
MAJOR	2	1	67%	33%	100%
CAPITÃO	20	15	57%	43%	100%
PRIMEIRO TENENTE	1	4	20%	80%	100%
PRIMEIRO SARGENTO	43	45	49%	51%	100%
SEGUNDO SARGENTO	6	4	60%	40%	100%
CABO	31	60	34%	66%	100%
SOLDADO	240	641	27%	73%	100%
TOTAIS	343	770			
	31%	69%			

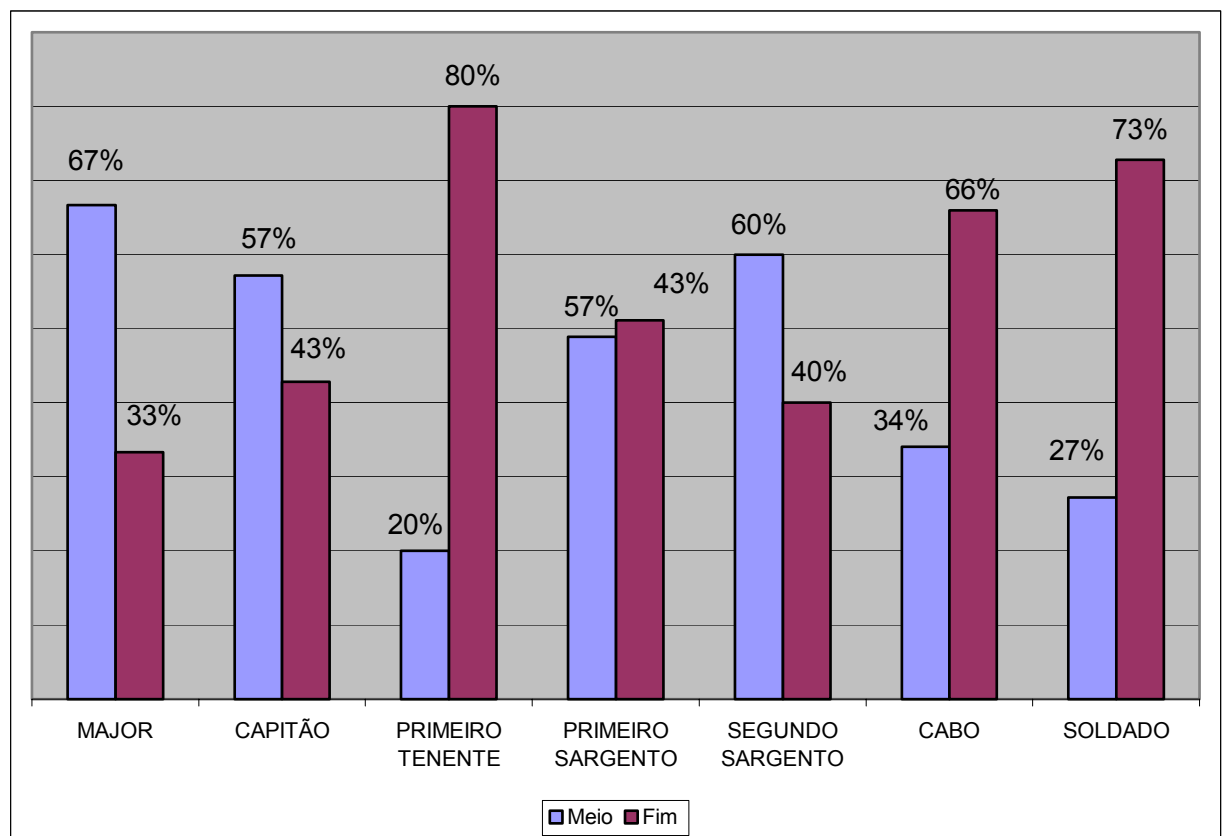


Figura 3: Distribuição de Mulheres por Atividade Meio e Fim: Área de Atuação

Tabela 3

Número de Mulheres no Policiamento da Capital, Atuando Diretamente com a População

196	Na área do comando de policiamento da capital (todas os OPM)
151	Distribuídas nos OPM de apoio, especiais e de direção

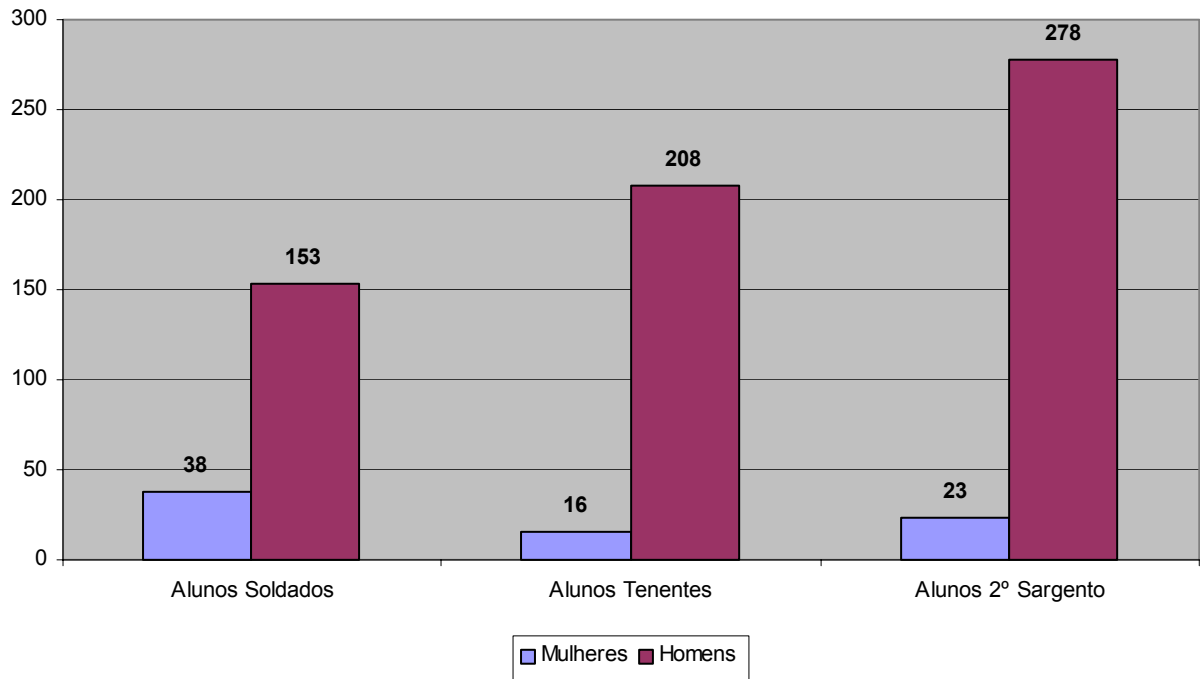


Figura 4: Mulheres e Homens em Cursos

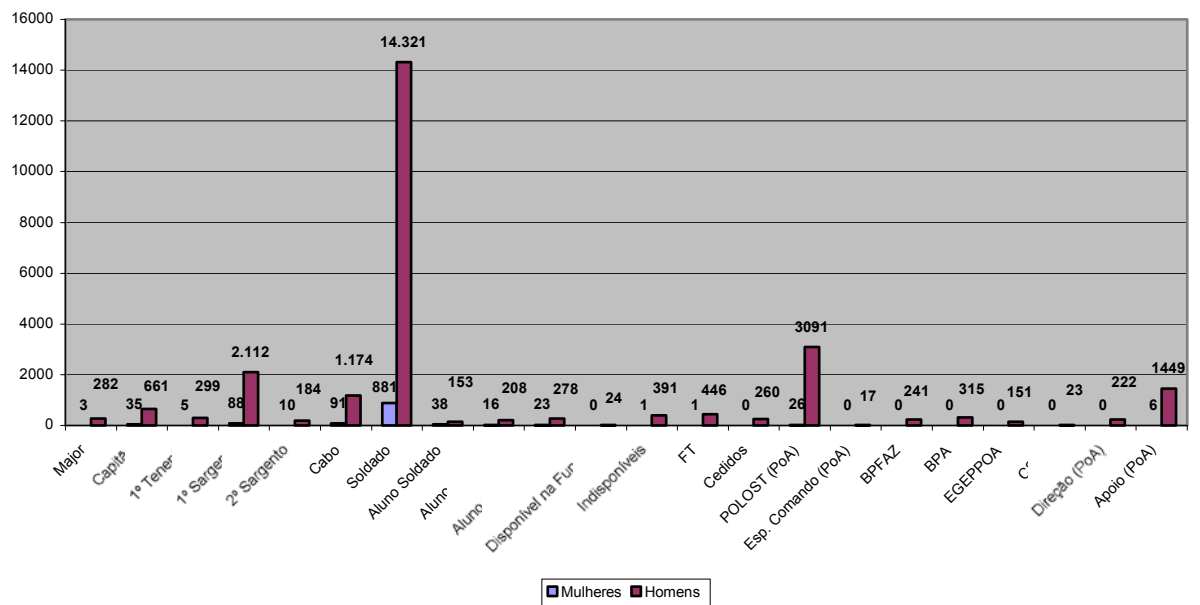


Figura 5: Distribuição por Sexo/Divisa e Unidade

Tabela 4

Efetivo BM Total

EFETIVO BM	TOTAL	% FEM	EFETIVO Q.SAÚDE	% FEM
TOTAL	23227	4,79		
CEL				
TCEL				
MAJ	285	0,01		
CAP	696	0,15	50	0,06
SUB TEN				
1° TEN	304	0,02		
1° SGT	2200	0,38		
2° SGT	194	0,04		
3° SGT				
CB	1265	0,39		
SD	15202	3,79		
AL SD	191	0,16		
CBAPM	224	0,07		
CTSP	301	0,1		
OUTROS				
DISP. FUNÇÃO	24	0		
INDISPONIVEIS	392	0,3		
FT	447	0,15		
CEDIDOS	260	0,05		
POLOST(POA)	3117	0,84		
ESP.COMDO.(P OA)	17	0,01		
BPFAZ	241	0,02		
BPA	315	0,05		
EGEPPOA	151	0,02		
GSVG	23	0,01		
DIREÇÃO(POA)	222	0,12		
APOIO(POA)	1455	0,42		

2.3 O MODO BUROCRÁTICO E O TRABALHO PRESCRITO⁶

⁶ A referência de trabalho prescrito na Organização Policial-Militar é aqui utilizada a partir do estudo de Fernanda Amador em Violência Policial: Verso e Reverso do Sofrimento. EDUNISC, 2002. Santa Cruz do Sul.

O ofício de polícia está fundamentado na organização prescrita do trabalho, com os cursos de formação, os currículos da academia, o conteúdo das tarefas e as situações de treinamento, atividades extra-curriculares através das jornadas de instrução militar. Esta formação visa a preparação para o ofício a ser desenvolvido nos dois tipos de policiamento, o Policiamento Ostensivo Geral e Operações de Polícia Ostensiva. A atividade de Policiamento Ostensivo define que o policial deve estar em locais públicos, prevenindo ocorrências fora da lei, especialmente fiscalizando e controlando o trânsito, deslocando patrulhas a locais solicitados pela ligação do usuário ao número 190 e intensificando o policiamento ostensivo motorizado em regiões periféricas, mediante o trabalho de patrulha tático-móvel.

Já as Operações de Polícia Ostensiva são definidas por atividades com a concentração do efetivo policial e de materiais com fins específicos: atuação no trânsito, na fiscalização de veículos de transporte coletivo, na formação de barreiras e no reforço do policiamento ostensivo por ocasião de datas festivas, utilizando-se de patrulhas tático-móveis, PATAMO e patrulhas especiais, PATRES, para oferecer segurança aos clientes e funcionários de estabelecimentos bancários.

A identidade sócio-profissional do policial é alicerçada na valoração do trabalho prescrito tendo em vista que, para o cumprimento de tais prescrições, existem garantias no Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar sancionadas por uma série de regulações disciplinares que objetivam punir atitudes de não-cumprimento das atribuições previstas ou de execuções de serviços fora da competência policial. Contudo, a esfera do trabalho prescrito (AMADOR, 2002), não é captável apenas mediante documentos. Há uma dimensão da organização prescrita do trabalho proveniente das situações de treinamento e até mesmo no “currículo oculto”.

Uma outra fonte que determina a identidade sócio-profissional do policial é o fato do ingresso na Brigada Militar ser determinado pelos diferentes Círculos Hierárquicos, os quais são definidos pelo território de convivência entre os servidores militares da mesma categoria. Os Círculos são constituídos de Círculos de Oficiais, contemplando os postos de Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel, e círculo de Praças, constituído pelas graduações de Soldados, Cabos e Sargentos.

As tarefas policiais são realizadas sob um comando, comando este que está vinculado ao grau hierárquico ou será definido pelo grau de Antigüidade, o policial mais antigo. São assim definidas:

Art.32- Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidade de que o servidor militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma Organização Policial Militar, sendo vinculado ao grau hierárquico é constituído prerrogativa impessoal, em cujo exercício o servidor militar se define e se caracteriza como chefe (p. 15).

Art12- A hierarquia e a disciplina militares são a base institucional da Brigada Militar, sendo que a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§1º - A hierarquia militar e a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da corporação, sendo que a ordenação se faz por postos ou graduações e, dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação, consubstanciada no espírito de acatamento a seqüência ad autoridade.

§2º A disciplina militar e a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam o seu funcionamento regular harmônico, traduzindo-se pelo cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos seus componentes (p. 15).

Os círculos determinam a divisão hierárquica do trabalho. Esse “modo burocrático” refere-se a uma operação dissociativa. Os Oficiais ficam com a tarefa de pensar e os Praças de executar, a eficiência da ação.

Toda divisão do trabalho resultante da mera hierarquia de comando cria uma distância entre a maioria dos contribuintes para o resultado final da atividade coletiva e o resultado mesmo. Antes dos últimos elos da cadeia burocrática de poder (os executores diretos) enfrentarem sua tarefa, a maioria das operações preparatórias que levaram a ela já foi executada por pessoas que não tinham experiência pessoal e às vezes nem o conhecimento da tarefa em questão. Marcando assim o tipo de especialização e treinamento profissional exigido pelo seu trabalho. Vide os caminhos distintos de recrutamento para os diferentes níveis de hierarquia (BAUMAN, 1998b:123).

Para Bauman (1998b), essa distância prática e mental do produto final significa que a maioria dos funcionários da hierarquia burocrática pode dar ordens sem pleno conhecimento dos seus efeitos. Geralmente, têm apenas uma consciência abstrata e distanciada deles, com dificuldades para visualizar seus efeitos. Policiais Militares do Rio Grande do Sul quando questionados quanto aos desvios mais graves que um policial pode cometer, e os mais comuns, referem o seguinte: o mais grave é cometer uma transgressão disciplinar, a

desobediência, porém os mais comuns são os abusos cometidos pela força física contra o cidadão.⁷

O cotidiano das Companhias e Batalhões é ilustrado por treinamentos⁸ e instruções, através da estruturação de um plano de ação de acordo com as peculiaridades da região, esta responsabilidade é do Comandante imediato, o qual também é responsável pela distribuição do efetivo na rua.

O Comandante quando coloca sua a guarnição na rua, elabora um cartão programa, um documento, no qual faz a escala de serviços e o roteiro a ser cumprido pelo policial. O policial sai para fazer o policiamento com o seu cartão, no qual tem delimitado a área que irá trabalhar, o horário, o tipo de patrulhamento e os pontos prioritários da região.

O policial, ao sair, tem que estar com o cartão que estabelece sua rotina, e para cada ocorrência há que fazer um registro no mesmo, pois quando retornar terá que prestar contas ao seu Comandante.

O cartão serve como instrumento de controle do Comandante. Nas médias e grandes cidades, há um sistema de fiscalização para verificação de cumprimento de rotinas, através dos auxiliares de serviços externos, ou um oficial que, a cada tanto de horas, vai checar os pontos e roteiros definidos. Em cidades menores, o próprio Comandante fiscaliza o cumprimento das escalas.

Na essência do sistema disciplinar policial sempre funcionou um mecanismo penal, com formas muito particulares de sanções. Desde micropenalidades para ausências, atrasos, negligências, desobediências a punições mais severas. Mecanismos articulados por códigos legitimados na punição do desvio, e a tudo que se “entendia” por inadequado à regra.

Com a Constituição de 1988, surgiu um fato preponderante, que é o direito a ampla defesa e ao contraditório. Estes passam a ser garantias do servidor policial que até então não tinha este direito assegurado, sob o regulamento do Exército Nacional.

⁷Dado apontado através de pesquisa, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) junto a Universidade Cândido Mendes e Fundação Ford – agosto de 2001 - “O Controle Externo das Polícias: O Caso Brasileiro.”

Com a questão do direito à ampla defesa e ao contraditório, praticamente dez anos depois, a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul criou o Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), o qual é utilizado para apurar infrações disciplinares apontadas na conclusão do inquérito policial-militar, inquérito técnico, sindicância, bem como em qualquer documento oficial ou comunicação disciplinar.⁹

Sem dúvida, o surgimento do direito à ampla defesa e ao contraditório, trouxe outras possibilidades, mas a submissão de praças a oficiais não mudou, parece que a relação hierárquica ainda funciona baseada na superioridade humana e profissional do oficial sobre o praça. Torna-se freqüente nos Procedimentos Administrativos Disciplinares, que a parte acusada contrate um advogado, para defendê-lo perante a instituição. Configura-se um procedimento de júri. E todo processo de punição passa a ser monitorado por uma junta recursal, para avaliar as decisões.

Dentro do Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do Rio Grande do Sul, há toda uma qualificação da natureza das possíveis faltas cometidas e o grau que esta tem perante a organização (leve, média, grave). O tipo de falta, sua natureza, o período e número de ocorrências determinam a punição que será recebida, e afetam diretamente o plano de carreira e benefícios do servidor militar.

Com a reformulação do regulamento disciplinar e com a implantação do Procedimento Administrativo Disciplinar, nasceu uma discussão na instituição quanto à “Prisão Disciplinar”, herança do modelo das Forças Armadas Nacionais. No território nacional os servidores policiais militares são as únicas pessoas que podem ser presas sem decisão da justiça.¹⁰

No Estado do Rio Grande do Sul, o Governador, em setembro de 2001, editou um decreto criando o Regulamento Disciplinar do Servidor Militar do Rio Grande do Sul, alterando as tipificações das infrações, desvinculando-as das semelhanças com o Regulamento Disciplinar do Exército Nacional e excluindo a possibilidade da prisão disciplinar,

⁸Entrevista concedida por Oficial do Estado Maior da Brigada Militar, em 01 abril de 2002.

⁹ Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar. Lei Complementar n. °10.990, de 18 de agosto de 1997.

¹⁰ Entrevista concedida por Oficial do Estado- Maior da Brigada Militar, em 01 de abril de 2002.

substituindo esta punição por suspensão e até mesmo exclusão. Passando a ser possível punição somente dentro das condutas descritas e veiculadas no regulamento: passa-se a tratar com tipificações de conduta, descrição da conduta infracional, capitulação como infração disciplinar e com a natureza da falta (leve, média ou grave).

A suspensão passa a ser vista como um instrumento de responsabilização, também rigoroso, mexendo com questões salariais, como a perda da efetividade. Todo o benefício que decorre de tempo ininterrupto, a suspensão impossibilita. Em uma ação pioneira a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul modificou seu regulamento, excluindo a prisão disciplinar.

Com todas as modificações no regimento disciplinar, trazendo maior flexibilidade a procedimentos e sanções, o espaço militar é caracterizado por regulamentos, normas de fiscalização e punição de comportamentos. As transgressões disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar da Brigada Militar totalizam um número de cento e vinte (120). Conseguimos observar que a organização do aparelho policial assenta-se em um processo de sujeição que situa seus executores sob os efeitos de uma ideologia capaz de sustentar ação de sujeição dos outros.

O aparato policial também se submeteu e submete-se, ao longo da história, às ações de sujeição, por meio de regras e punições pela própria organização policial, constituindo um segmento sancionado e disciplinado a sancionar e disciplinar, executando um ofício que opera entre a limitação da própria liberdade e da liberdade dos outros (AMADOR, 2002: 58).

No Rio Grande do Sul, as reformas na Polícia Militar, objetivando atenuar a sobredeterminação militar, envolveram outras áreas de ação governamental como secretarias de Estado e Universidades. O então governo do Estado (administração do Sr. Olívio Dutra) chamou a sociedade para discutir o papel das polícias e políticas de segurança pública, na busca de idéias de enfoques interdisciplinares e multidimensionais.

A crise das polícias brasileiras expressa, desde então, o paradoxo de um processo de democratização que não consegue equacionar, de modo coerente, a questão policial, cujos sintomas de crise são expressivos: denúncias de violência policial, caráter militarizado das Polícias Militares Estaduais, corrupção, dualidades de condutas operacionais, foro privilegiado nas Justiças Militares Estaduais.

Tavares dos Santos afirma que no século XXI, entre as novas questões sociais globais, que se manifestam de forma simultânea em várias regiões do planeta, está a crise das polícias, configurada analiticamente por uma série de insuficiências teóricas e políticas.

A configuração da questão policial como uma das novas questões sócias globais pode ser observada pelo registro de pelo menos 27 reuniões internacionais sobre o tema, em vários continentes, desde a Conferência sobre Direitos Humanos, em Viena, promovido pela ONU, em 1993, até o II Seminário sobre Polícia Democrática, promovido pela secretária de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em março de 2001. Os expositores – universitários, administradores públicos, representantes da sociedade civil e policial – de 30¹¹ países, com mais de cem países representados nas reuniões da ONU debateram temas e formularam conclusões que indicam, em geral, uma crítica de um modelo de conduta policial autoritário e violento para uma transição a outros tipos de ofício de polícia, cujos contornos estão em um campo de conflitos sobre práticas e organizações policiais no século XXI (TAVARES DOS SANTOS, 2001:14).

No Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, no Governo Olivio Dutra , privilegia as reformas policiais, dando ênfase a uma nova política de segurança pública priorizando a valorização, os direitos humanos, a capacitação do policial em termos salariais, de qualificação e de equipamento; a segurança, a partir de um planejamento estratégico, diagnósticos precisos, projetos orientados para a prevenção e avaliação permanente dos resultados.

Enquanto no Rio Grande do Sul discutia-se as reformas da polícia, surgiram no Brasil os primeiros movimentos de greves na história da Polícia Militar, a partir de 1997. Na pauta das reivindicações constavam a precariedade dos salários e as deterioradas condições de trabalho. Os aquartelamentos e greves de policiais militares que eclodiram nos mais diversos cantos do País deixaram cidades sem policiamento e, em alguns casos, o enfrentamento dos grevistas com o Exército Nacional.

Em 1999 e em 2001 repetiram-se movimentos em 12 Estados, mas o alerta de quase nada serviu. O Plano Nacional de Segurança Pública do governo federal foi parcialmente aplicado, o Congresso não aprovou leis necessárias para reformar as polícias e a maior parte

¹¹ Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Israel, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Rússia, Slovênia, Suécia, Suíça, Venezuela e Yugoslávia.

dos governos dos Estados não adotaram medidas para melhorar os níveis salariais e as condições técnicas e operacionais.

A relação do Exército Nacional com as Polícias Militares mantém-se estreita, é um processo de constante intervenção (OLIVEIRA, 2001) sob a perspectiva de que essas Polícias ainda são forças auxiliares do Exército; a intervenção ocorre às vezes de forma velada, como foi no caso da greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997, ou de forma explícita, como ocorreu após a greve dos policiais militares do estado de Tocantins. Da mesma forma, as promoções para Oficiais Superiores nas Forças Armadas têm simetria nas forças estaduais, nas quais prevalecem critérios de merecimento, ainda que tenha indicação de alternância entre antigüidade e merecimento.

3 CONSTITUIR-SE MULHER POLICIAL MILITAR

Sabemos que hoje a busca de empregos estáveis, com planos de carreiras, é a prioridade de homens e mulheres que se movem no mundo do trabalho. Porém, as mulheres ainda encontram piores condições de trabalho que os homens. Na região metropolitana de Porto Alegre, a taxa de desemprego foi de 17,9% para as mulheres (a menor do país) e de 13,1% para os homens.

A maior aproximação entre os rendimentos de homens e mulheres ocorreu também na região de Porto Alegre, onde as mulheres ganham 71,7% do valor médio que os homens recebem. A participação feminina no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre conta com 49,6%, e estas apresentam-se mais qualificadas em escolaridade que os homens, com a diferença aproximada de um percentual de 5%, tanto para nível superior como para nível médio completo. Contudo, as mulheres encontram-se em postos vulneráveis, os quais correspondem a assalariados sem carteira, camelôs, empregos domésticos, trabalhos sem remuneração em negócios da família, os quais não oferecem garantias como previdência, férias, fundo de garantia e tempo de serviço.

O aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo da trabalho part time, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 1999:105).

As mulheres chegaram à instituição policial militar do Rio Grande do Sul, no momento de mutações, precarização, globalização e processo de feminização do

trabalho. A análise desenvolvida busca dar visibilidade como a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar através da valoração do trabalho prescrito o qual encontra garantias através de uma série de regulamentações disciplinares, que objetivam punir atitudes de não-cumprimento das atribuições previstas ou de execuções de serviços fora da competência policial; treinamentos; atividades extra-curriculares; e a permanência de valores militares na instituição - caracterizam a transmissão da identidade profissional. E tal combinação engendra-se no corpo central deste aparelho, funcionando como um rastelo para a constituição de mulheres em Praças Policiais Militares, como uma trama, um sedeiro que facilita às práticas dissociativas do ofício de polícia.

Ao ingresso feminino na força policial da Brigada Militar são atribuídos diversos motivos. O conteúdo de algumas falas dá visibilidade à importância da estabilidade, a possibilidade de “fugir” da informalização do universo do trabalho, independização financeira e ao papel de “prover”, o que se sobrepunha ao conhecimento da realidade do ofício de polícia, menciona uma policial:

Em vista a estabilidade que a corporação oferecia, salário melhor do que recebia até então e o que era mais importante, plano de carreira, que permitiria galgar os degraus de uma carreira promissora e cheia de glórias. Sendo uma instituição centenária e com tão grande responsabilidade senti-me honrada por fazer parte da mesma. Claro que o investimento para o concurso foi grande devido minhas condições e falta de qualificações. Neste momento, de início de concurso, estava me separando com filho pequeno, apenas 3 anos. Então tracei metas e objetivos, tirar carteira de habilitação Tudo certo. Minha alegria não poderia ser maior.

Outra complementa:

Minha mãe resolveu separar-se definitivamente de meu pai e voltar para o Sul, recomeçar a vida aqui em Porto Alegre. Foi duro, logo que chegamos tivemos que enfrentar uma batalha de estudar e trabalhar para ajudar nossa mãe. Minha irmã e eu começamos a trabalhar em Supermercados e eu já pensava em entrar na Brigada Militar quando completasse 18 anos... tinha conseguido um serviço estável e conquistado minha independência financeira e melhor ainda fazendo uma coisa que me dava prazer.

Uma terceira reforça o aspecto da estabilidade:

Eu entrei na BM por interesse mais financeiro que qualquer outro. Eu queria uma estabilidade e eu sabia que se eu entrasse na BM e se eu

passasse e continuasse lá eu ia ter a estabilidade que eu queria. Essa coisa de trabalhava aqui, passava um no dois, ia embora do serviço porque não gostava, já não tava me agradando e daí eu entrei na BM por causa disso. Mais pela estabilidade e pelo valor financeiro também. Até porque minha família era de uma renda bem baixa né, então pra nós era difícil. Então quanto melhor o pagamento, melhor era pra mim e a BM tinha um salário bom na época.

Desconheciam as características da atividade policial, e não imaginavam as atribuições que teriam pela frente.

O momento assim que eu entrei na BM eu não tinha muito... eu não tinha assim uma projeção do que seria a BM, eu e a BM, não tinha uma relação concreta. Eu não sabia bem o que que era mas a minha intenção era me efetivar, então era um trabalho assim com uma certa estabilidade e a BM, o estado, dava isso. Hoje eu analiso assim, que eu não tinha noção assim do que que eu, porque – eu tava com dezoito quando eu fiz a primeira vez, então eu não tinha assim uma noção da amplitude do que eu tava fazendo. Naquele ano teve bastante concurso.. Aí passei, e eu tinha emprego assim nas condições de mercado até bom né, aí saí do emprego, entrei BM.

A identificação com algumas características atribuídas ao Policial pelo imaginário da população, são referidas, pois algumas características identificadas na instituição como a disciplina e organização, ganham visibilidade nestas falas:

Desde pequena né... eu tinha problema familiar em casa. Meu pai bebia muito e éramos nove irmãos. Minha mãe sofria muito com isso sabe... ele bebia todos os dias, diariamente. Então quando ele bebia né, diariamente acontecia, quebrava tudo, bagunçava tudo e eu, desde pequena eu dizia: quero ser polícia. Ah, mas pra que que tu queria ser polícia? AH, porque no dia em que eu for polícia eu vou prender meu pai. Então desde pequena eu já cresci com esta coisa né e aqui não tinha polícia. E uma prima minha, ela viajava muito disse: não mas lá em São Paulo tem. Quem sabe se quando tu cresce vai Ter polícia aqui também. E foi exatamente o que aconteceu né. Então eu já tinha aquele sonho, não sei se... eu tinha o sonho de vestir uma farda, de ser polícia, não sei levado também por esses problemas que eu tive na minha família desde a infância e quando eu ingresse pra BM era o que eu mais queria. Eu fiz o primeiro concurso, passei em todas as provas e no exame médico lá tinha muita gente. Aí eu fiquei, não fui classificada. Aí na Segunda turma eu fui novamente e aí eu fui classificada. Então eu desde que entrei eu visto a farda porque eu gosto do que eu faço e eu faço com carinho, com amor.

A dimensão disciplinar é ressaltada:

Eu não entrei pra BM por amor a camiseta, porque eu queria ser polícia. Eu entrei porque eu de certa forma me identificava com a disciplina porque eu sempre fui uma pessoa muito organizada, muito correta com as minhas coisas, meus horários, meu trabalho. Sempre fui muito responsável desde pequena, então eu me identificava um pouco com isso né: era a disciplina, era com a rotina e primeiro porque eu tava chegando aos meus

vinte e cinco anos e eu queria Ter um cargo público. E não me interessava o que que era naquela momento. Tanto é que abriu vaga na BM, e eu fiquei sabendo por acaso, e abriu a primeira turma pros azuizinhos e eu fiz os dois e passei na primeira etapa dos azuizinhos, só não atingi classificação e na BM, que eu julgava bem mais difícil, fui conseguindo galgar. Na primeira e única vez que eu fiz eu consegui passar. Quase que nem acreditei assim né, mas consegui. Mas pelo regime, pelo salário, pelo plano de carreira que eu via que tinha horizontes, não era aquela empresa que eu tava que, embora sendo uma multinacional, eu sabia que não ia passar do teto porque aqui em Porto Alegre, como é muito pequeno, eu sei que tinha outros interesses aqui pra nós, eu sabia que não ia sair muito daquilo dali e eu queria algo mais, algo que me desse um horizonte maior. Então me identifiquei muito com a BM neste sentido, só que entrei por uma questão profissional mesmo. Não visando assim que eu ia carregar uma arma na cintura, qual seria a minha atividade. A princípio até pensava: eu vou entrar na BM, vou pegar um expediente né, vou trabalhar de tarde, vou fazer minhas seis horinhas, vou estudar o resto. A princípio era isso, mas eu entrei em função do plano de carreira, em função do salário.

Além do objetivo de estabilidade no mercado de trabalho, plano de carreira e política salarial definida, o desejo de aprovação em concurso público e histórias de vida com familiares integrantes na instituição fazem-se presentes:

Não, nunca fiz outros concursos. Eu fiz todo o segundo grau e trabalhei direto como secretária porque eu tinha feito o curso de secretariado né. Aí trabalhei como secretária numa empresa de malha, aí a empresa faliu, eu saí, fiquei um tempo desempregada e resolvi fazer o concurso porque no tempo que abriu pra BM eu achei lindíssimo né, as mulheres conquistando o espaço delas. Aí resolvi fazer o concurso da BM, até porque eu tinha também bastante parentes que eram da BM, me incentivaram.

Os antecedentes familiares são de grande importância:

A minha vida, quando eu comecei na BM, tava fazendo vários concursos na época né, vários concursos pro estado, e um deles eu fiz pra BM né, e passei. Aí eu me perguntava assim: passei pra BM, ser brigadiana; eu não tinha refletido ainda sobre isso ainda. Só que no decorrer do concurso, eu fui fazendo o curso, eu me lembro que me veio cenas da minha infância em que eu brincava de ser brigadiana. Só que não existia brigadiana. O meu avô era Sargento e ele tinha todo o fardamento dele, tinha as divisas de Sargento dentro da gaveta, e o quepe. E eu brincava. Eu tinha o quê? Uns cinco seis anos, e eu me lembro assim que eu parava na frente do espelho, colocava o quepe dele e fazia continência e grudava com alfinetes assim as divisas no meu braço né. Isso aí foi vinte e poucos anos depois. Daí eu fiquei soldado sete anos e passei no concurso pra Sargento que foi a nossa inscrição né. Fui crescendo. No dia de tirar as fotos pro quadrinho lá das turmas, que nós temos que tirar as fotos, não tinha chapéu de feltro pra mim, tinha só quepe. Daí, alí, eu vi eu quando era pequena e aí, eu sou muito... eu tenho ua fé muito grande e acredito que nada é por acaso, que quando eu, lá nos meus cinco seis anos, eu já tava projetando alguma coisa na minha vida e que eu não acreditei muito mas que o meu destino foi se encaminhando pra aquilo alí, e chegou um belo dia que eu estava na frente de um fotógrafo, com a minha divisa, que era minha de fato e de direito e tirando a foto com quepe. Então foi assim... eu posso dizer que não foi uma coisa que não foi planejada,

que não foi muito quista, na época eu entrar, para a BM, mas eu me lembro que na época eu queria ser concursada. Em alguma vertente eu tinha que entrar para o estado e fui parar na BM, e não me arrependo.

Estudos recentes (FERNÁNDEZ, 1994) sobre a motivação feminina para ingressar na força policial observam que salário, vantagens materiais e a possibilidade de realizar um trabalho excitante são fatores decisivos, ou pelo menos os que mais influenciam na decisão, assim como o plano de carreira é determinante para a permanência na instituição.

Ainda que apontem decepções frente à instituição e dúvidas quanto à ascensão, observamos que há relações estreitas com a importância do trabalho, a centralidade que o trabalho ocupa na vida, o sentido “provedor”.

Bom, eu entrei na BM em 94, não tinha muito... não sabia o que eu ia encontrar pela frente. Entrei assim de ... uma amiga minha que os pais tinham se separado, a mãe tinha falecido a pouco tempo, ela trabalhava no comércio, ganhava pouco, descobriu que na BM ela ia ganhar melhor, que ela ia ter uma estabilidade de vida e nós éramos colegas de aula e nesse momento ela me convidou para fazer as provas juntos com ela, se eu tinha interesse.

O período da sociedade brasileira em que se deu o ingresso feminino na Brigada Militar, caracterizou-se por uma profunda recessão econômica e pelo desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global, aumentando o trabalho precário, em um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002:50). Em algumas falas, o ingresso na Polícia Militar significa assegurar determinadas garantias, as quais têm, através do trabalho, o sentido de “prover”.

Eu, pra mim, o trabalho é fundamental porque eu tenho dois filhos e eu acho que os tempos estão evoluindo né... e eu aprendi que a mulher tem que trabalhar. Eu devo assim... como muitas colegas, a BM e tudo. Eu acho que o trabalho é fundamental na vida do ser humano, principalmente da mulher, adquirir espaço, conquistar espaço, se valorizada no que faz se, ser reconhecida no trabalho também.

O ingresso na BM, como a importância do trabalho em suas vidas, é a possível condição de se tornar um indivíduo, “proprietário” de si mesmo.

Trabalho é muita coisa, independência. Eu sempre fui muito independente, dona de mim mesma. Nunca dependi de nada de ninguém – claro, até eu começar a trabalhar dependia de coisas da minha família, mas no

momento em que eu botei o meu pé pra trabalhar, vamos dizer assim ó, tentei resgatar tudo aquilo que eu fiquei devendo pra eles, tudo, tentei cobrir tudo da melhor maneira possível e sempre corri atrás do que era meu, sempre, sempre, sempre.

Ainda que esta “propriedade” fosse limitada, principalmente quanto à autonomia no ambiente de trabalho, e a exacerbada submissão ao autoritarismo próprio da instituição, pois ao chegarem encontraram, no interior do aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação, determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de Oficiais e Praças .A idéia de trabalho de Policial Militar como trabalho de homens, construída no imaginário social ,incrementa as crenças do ser mulher. Então, para se adequarem ao rigor do “ser policial” , estas mulheres suportam a longa e árdua aprendizagem de se tornarem policiais, em uma espécie de sacrifício físico. Onde a suportabilidade é a garantia de tornaram-se “donas de si”. A suportabilidade é a garantia de apropriarem-se de seus destinos.

Mas isso aí, tem que matar um leão por dia. Não é assim ó, ninguém tem nada fácil, agora se tu acha tipo assim, que tu sendo competente na tua repartição onde tu trabalha, tu imagina assim ó, na minha companhia... na nossa companhia é só eu e ela. A gente é assim ó, requisitada para serviços internos e externos. Eu que faço meio expediente, às vezes faço seis horas na rua e eu sei das minhas atribuições internas também, que sou eu que faço.

O desejo de tornar-se dona do destino, buscar estabilidade no mundo do trabalho, o qual mostrava-se em franca precarização, acontecem em um momento de crise da própria instituição policial. A profissão passa a buscar orientação para os cuidados, mais burocratizada e mais racional, e encontra nas mulheres papéis supostamente menos viris, menos arriscados; as policiais femininas se dedicam mais a teorizar sociologicamente a profissão, e estão focadas na função de interpretar os desvios e analisar o futuro da profissão (FERNÁNDEZ, 1994).

La Policía del futuro no se va a preocupar sólo por la infracción o la delincuencia, de prevenir la infracción, sino que vá a ocupar mucho de su tiempo en cuidar a las víctimas, a las personas, a la población de la comunidad. Ése es el gran cambio que se avicina (FERNÁNDEZ, 1994:12).

Nesta perspectiva, a profissionalização do trabalho policial está associada ao ingresso de mulheres no Aparelho Policial Militar e a um momento de crise da própria polícia, que por sua vez, reflete uma crise mais ampla do própria modo de organização

do trabalho nas sociedades contemporâneas. Esta afirmação sugere que as mulheres podem estar se beneficiando da lógica dominante, visto que ingressaram em um espaço até então de domínio masculino e poderão sustentar novas posições de poder na hierarquia da instituição. Através do uso de suas habilidades, constituídas na socialização, nos ambientes familiar e escolar, as mulheres passam a atender a um novo perfil, consonante as novas concepções de segurança pública para uma polícia menos voltada para o uso da força, voltada para a capacidade estratégica e com práticas não truculentas.

3.1 SER MULHER POLICIAL: SUPORTAR O SUPLÍCIO PARA TORNAR-SE DONA DE SI

Ainda que as mulheres fossem identificadas como portadoras de habilidades que vão ao encontro de um novo modelo de polícia, percebe-se que a instituição entrou no processo de feminização, sem ter havido um processo de construção, ou discussão. Aderindo a uma tendência no mundo do trabalho. A instituição não estava preparada para receber as mulheres. Tampouco havia um contexto de estratégias à mudança.

Ali aquela primeira revoada né, o mulherio. Ônibus bonito assim né, lá na frente do CRESO, nos esperando, nós tudo cheio de malinha, as gurias de salto, de cabelo solto, tudo cheio de nove hora, todo mundo bem arrumadinho. Aí boto a gente dentro do ônibus, o ônibus se veio pelo Partenon, fez uns desvios ali por dentro. Eu digo: onde será que esse ônibus vai? Aí, quando entrou aqui no Partenon eu digo: eu conheço essas bandas né, claro, bem pertinho de casa. Ta aí vem vindo né, encostou ali na ESFEX, o ônibus encostou lá dentro assim lá, aquele monte, todo mundo fardado, arrumadinho esperando, nós descemos, aquele mulherio cheio de mala, toctoc (saltinho). Aí ficamos ali o dia inteirinho no meio do pátio, esperando que um deles tomasse uma decisão do que eles iam fazer. Porque eles olharam aquele mulherio e não sabiam o que que iam fazer. Aí lá no final da tarde assim eles resolveram: ah, senhoras ????. Ninguém sabia como se organizar e começaram a dividir os quartos, mandaram fulana para cá, fulana pra lá. E aí a gente entrou no quarto assim – ali onde é os alojamento ali, então tinha um prédio que era só pras FEM, aí nós entramos assim as cama tudo arrumadinha, tudo dobrada. Na frente de cada tinha o seu nome, tinha o fardamento dobrado em cima da cama. Aí tinha um conjunto de toalha, tinha o abrigo, camiseta e uma sunga né. A sunga e o basquete, tu dobradinho em cima das cama. Aí todo mundo pegou o seu e.... “Amanhã as senhoras estejam aqui em tal hora”. Agora nem me lembro mais qual era o horário, mas na primeira semana que a gente chegou na ESFEX ali, nós ficamos uma semana praticamente sentadas nas beira do pátio ali, porque eles não sabia o que que iam fazer. Ao depois que tu faz um concurso sabe, que tu começa a ter perspectiva de alguma coisa, tu fica uma semana sentada no pátio, tu começa a querer saber o que que eles tão querendo de ti, começa a questionar o que que ta acontecendo. Tem alguma coisa errada. Eu sei o que que eu to

procurando depois de ta aqui. De repente tu começa a ver que eles tão te analisando porque eles não sabem o que que eles querem de ti né.

Na chegada à instituição as mulheres encontraram a sobredeterminação militar, a hierarquia dos círculos, onde produção e controle estão radicalmente separados e encontram-se diametralmente postos, o Oficialato encontra-se no papel de pensar estratégias e controle, e os Praças na produção, a execução da tarefa.

Depois que começou a se desenvolver o curso sabe, depois que começou as minhas dificuldades, eu comecei a ver que era aquilo ali que eu estava procurando. Eu conseguia ... eu via assim eles tratarem assim as gurias na época né, xingando, exigindo, sendo mais... como é que que eu vou usar o termo assim.... Rigorosos e ríspidos. Aqui ali eu achava engraçado, porque pra mim aquilo ali me satisfazia sabe – parece uma coisa assim sádica né, mas eu me sentia bem porque tava chegando no meu nível de adrenalina sabe. As pessoas vir te cobrar , te sacudir, te empurrar, xingar sabe. Com o decorrer do tempo é que tu começa a analisar e a crescer, tu começa a crescer junto com a coisa né. A gente começou a descobrir qual era a nossa função verdadeira né, o que que a gente ia fazer, começamos a discutir o que que seríamos de nós como policiais femininas dentro da BM, aí começou a participar Sargentos, as Oficiais também começaram a se reunir conosco né e a gente começou a ter outros questionamentos né. Elas começaram a trazer experiências que a gente não tinha passado ainda, a gente começou a ver que a coisa não era mais aquilo ali que a gente... não era mais toda aquela delicadeza momentânea, a coisa já tava tendendo já para outro lado, elas começaram a trazer pra nós situações de familiar, de convivência que nós não estávamos tendo né, a gente não tava sentido aquele baque com a família. E a coisa aí foi indo né, crescendo. Aí nos começamos a trabalhar na rua .

A hierarquia da polícia militar reproduz a lógica do capital, como força de trabalho que se encontra submetida aos imperativos alienantes do capital. A relação definida por círculos , define um processo (ANTUNES, 1999) de alienação “ o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero “fator material de produção”- subvertendo-se desse modo, não só a teoria, mas também a prática social mais palpável , a relação real do sujeito/objeto .

O tornar-se “dona de si”, obter independência, perspectiva de estabilidade para a família através deste ofício, Zaluar (apud NARDI 2001) afirma, que a ética do provedor subordina a ética do trabalho. E que esta leva os membros da família a aceitarem a disciplina do trabalho, como forma do trabalhador de poucas condições financeiras alcançar a “redenção moral”, e assim a dignidade pessoal.

A disciplina do trabalho e a obrigação (NARDI, 2002) moral do sustento da casa são as características fundamentais da ética do provedor.

No início passei por momentos difíceis, queria voltar para casa e deixar tudo para trás e ao mesmo tempo minha amiga me dava força e dizia que após o término do curso as coisas iriam melhorar. Ela tinha razão, minhas expectativas de um futuro melhor me davam forças para lutar contra o tempo e contra a saudade que sentia de meus familiares, afinal nunca havia ficado longe de casa, ainda mais para enfrentar uma jornada de serviço onde o militarismo estava presente a todo o momento.

3.2 A ATIVIDADE EXTRA-CURRICULAR: “JIM” JORNADA DE INSTRUÇÃO MILITAR: O SENTIDO DE SER POLICIAL

A sobredeterminação militar começa a ganhar visibilidade, no curso de formação, onde as Praças “iniciam-se” no ofício de polícia. A Academia de Polícia Militar desenvolve atividades extracurriculares onde as práticas de Jornadas de Instrução Militar são vivenciadas através de técnicas, simulações de “campos de batalhas”, onde o sujeito busca a sobrevivência. Experiência que leva o sujeito ao limite, baseada no sofrimento físico e psíquico.

Estas práticas refletem “os conflitos da polícia militar brasileira que, pressionada a diluir seu caráter militar, incorpora novas exigências democráticas, mas ao mesmo tempo resiste a perder seus vínculos profundos com o militarismo” (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001:2).

É ele dizia assim ...Ele dizia que os nossos rostinhos angelicais eram feitos pra matar. Ele dizia assim: “Esses rostinhos angelicais foram feitos pra matar, matar, matar e matar”. Ia matutando aquilo na tua cabeça que tu achava que tu era a Mulher Maravilha né, podia tudo. Tanto que eu falo que eu não brinco nem de tapa, nem de beliscão, porque eu não sei brincar. Se eu tiver que dar uma porrada eu vou dar mesmo, eu não sei brincar. Porque eu fui preparada pra isso. Eu me lembro que nós batia num saco de coisa, dá um soco em mim ele dizia, dá um soco em mim. E aí ele disse pra uma colega minha disse: “aluna é boa batendo na sua cabeça, e ela não acreditou e ele “Pum”(na cabeça dela) e ela “Pá”(caiu) e aí foi todo mundo...

- Mas ele fez isso com uma colega nossa também, mas ele fazia isso. Ele pegava o bastão e batia, aí ele dizia que se não se defendesse, não estava preparado.

Pois é, a fulana às vezes lutava Karatê e dava uns golpes na frente dele, e ele disse: “Aluna, vou bater na sua cabeça”.

Tinha um lá que pegava o cacete e batia na cabeça da aluna, ele berrava que ia bater ela se defendia até que ele acertou...

Observamos que a presença de treinamentos de Jornadas de Instrução Militares aponta a desautorização da modernização na Academia de Polícia Militar, obliterando a capacidade de uma nova formação, imprimindo a imagem do policial – rambo, militarizado. Neste tipo de treinamento a transmissão de códigos culturais se dá sob a dor física, os conteúdos do treinamento deixam as marcas de um ritual de iniciação para a identidade policial, a qual se vale de uma “memória-corpo,” onde Praças ao mesmo tempo que dizem querer esquecer o que lá vivenciaram, identificam nesta prática a verdadeira preparação para o ofício de polícia, como se houvesse uma correlação do que lá vivenciaram e as atividades que desenvolverão no policiamento:

- A falha está, na situação seguinte ó: é que eles não explicavam o porque daquilo ali, sabe, aí tu fazia aquilo e tu não entendia, aí tu achava que tu tava sendo sacrificada né. Tu tava sendo... ou pensando assim: Pra que que eu tô fazendo isso aqui. Nunca... pra que que eu tô me ralando, me rasgando, cortando a minha perna. Uma vez que eu tive aqui onde era a ESFECS¹ aqui, a gente foi num buraco assim, onde tinha um MADEZZATI antigo ali, que era uma casa de madeira ali, que faz telhas ali, eu tive que me enfiar num buraco lá, onde eu saí cheia de bicho, eu saí assim: ui, ui... cheia de bicho sabe, só que hoje, quase dez anos, a gente vê o porque. Se tiver uma situação tu vai ter que fazer...

Quando questionadas quanto à aplicabilidade dos conhecimentos desenvolvidos na JIM, questionadas se depois faziam uso da “raiva” mobilizada nesta vivência, uma policial diz:

- Acho que sim, tu sai querendo matar.

A idéia da técnica e a inteligência sobrepõem-se à valorização do uso força física, ficam rechaçadas, pois em algumas falas a identificação de afrouxamento destas práticas é visto como uma “permissividade”:

Seis horas de policiamento às vezes numa quadra, há algum tempo atrás não era permitido o Praça parar e tomar uma água, nunca! Hoje pode tomar refri, tomar uma água...aliás hoje acontecem coisas do arco da velha...

- Tu não via o chão da Academia... este tapete aqui ó.. isso aqui quantos anos que não é varrido, é que agora eles não podem pegar numa vassoura. Eu faço o seguinte ó, pra mim não é nenhuma questão de castigo, é

¹ Esfecs – Escola de Formação Especialização de Cabos e Soldados.

uma questão de ambiente. Gente eu não acredito que esta gente que viva, consiga viver na sujeira o estado que seja a sua casa. Me desculpe, o teu local de trabalho é o exemplo da tua casa. Eu falo lá... a minha mesa lá.. ela atende o telefone na minha mesa... eu antes de sair tem que organizar toda a minha mesa. Porque assim ó, eu não acredito que uma pessoa que seja desorganizada no trabalho é organizada em casa. Me desculpa, uma pessoa que não tem capricho com o seu fardamento não vai me dizer que sua roupa de civil vai ser limpa, passada... não é. É aquela coisa assim a trancos e barrancos. Não é, não adiante não é cultura. Uma pessoa que anda escabelada, não vai me dizer que anda escabelada que anda mal fardada entendeu. Eu acho que isso tudo, ou tu traz de berço ou tu aprende na marra, na boa e na dor. Eu não passava uma roupa quando entrei na BM, porque a minha vida inteira fizeram isso pra mim.

Mas eu acho que o pessoal que se forma hoje não tem disciplina.

- Houve um curso de Sargento lá em Santa Maria em 2000, e foi justamente lá porque eles tavam com sede de levar a turma pro rio, pro morro de noite e conseguiram. Só que daí aconteceu o seguinte ó, ligações dos próprios alunos pra Secretária de Segurança, solicitando que acabassem com aquilo porque os direitos humanos... e aí o que que aconteceu? Acabou.

A existência de um movimento para extinguir as ações violentas sofridas pelos Praças, sob a égide de uma “nova polícia”, ganha visibilidade no projeto de unificação de polícias, que contemplava cursos de formação unificados, da Secretaria de Justiça e Segurança, no Governo do Sr. Olivio Dutra, 1999-2002, para quadros da Brigada Militar, Polícia Civil, SUSEPE e IGP , projeto este que comportava a atenuação da sobredeterminação militar, assim como a extinção de “Jornadas de Instrução” como atividade extracurricular. Porém, através de algumas falas percebe-se que a atividade extra-curricular , fundamentada em “técnicas de sobrevivência”, de cunho militar ainda hoje é o que dá sentido na aprendizagem para a transformar-se em Policial:

- Eu vejo o seguinte: o crescimento tu só aprende na base do sofrimento e ninguém venha me dizer que tu aprende com amor...

- Tu aprende na rua.

- Também, mas tu aprende mesmo na dor. E existe muita... o pessoal que tá entrando hoje que sabe esta situação de direitos humanos porque... Eu capinar? Pra que isso, não se faz mais isso. Eu tá carregando saco de pedra nas costas pra que isso. Eu me lembro que nós saímos às oito da noite e voltamos duas e meia da manhã sendo que o pessoal que tava de serviço naquela noite teve que tomar um banho, limpar os coturnos e assumir os postos. Então assim ó, quem tava de serviço naquela noite ficou vinte e quatro horas sem dormir, porque às sete e meia da manhã tinha aula, então entrou direto. Mas eu vejo assim ó, que falta muito pra esse pessoal que tá entrando agora, essa cobrança.... cultivá o que a gente teve antes. Não tanto massacrante como as primeiras turmas.

Essas afirmações ficam sustentadas na possibilidade de situações futuras as quais precisarão se utilizar da vivência experimentada na “JIM”, capacitados para enfrentar a situação que se apresenta. Assim a construção de uma identidade “O ser Policial” constrói-se na “memória-corpo”, pois bem como relatam, tais práticas deixam marcas nos “corpos e mentes.” Assim o ser polícia começa aprender-se na JIM e continua-se na rua: “tu aprendes na rua.” “como descobrir a função verdadeira”(sic).

- Voltando ao tempo de curso, eu acho que têm coisas assim que são necessárias pra profissão da gente. Eu por exemplo, na época, eu até gostava de algumas situações assim gostava, hoje eu sinto saudade do tempo do meu curso. E têm situações assim, que eu que já trabalhei no policiamento em posto, a pé, que eu vejo que aquilo ali é uma pele pra aprendizagem porque muitas vezes precisa correr morro acima, te defendendo das balas que tão vindo lá de cima né, te rastejar. Tu tem que te virar. Então eu acho que aquilo ali é uma técnica que é necessária sim. Claro, certas maneiras, muitas vezes até, foram muito rigoroso com a gente, mas eu acho que isso deveria existir sim porque é a realidade da nossa profissão né.

As falas seguintes dão visibilidade à idéia de que a disciplina e as ações de sacrifício pelas quais o grupo passa, semelhantes a situações de guerra, fortalecem os vínculos no grupo e fazem nascer o espírito de corpo:

- Gente, é o que eu falo, uma turma que faz é a disciplina. Eu lembro que eu rastejei na minha vida descendo este morro rastejando sem saber. Existe algumas coisas que eu acho que ainda foram válida porque hoje eu saio com minhas colegas na rua eu confio nelas. Eu sei que eu vou tomar um tiro... existe uma mensagem na Internet em que o caso, vocês devem ter ouvido falar, que os dois amigos vão pra guerra e aí um deles toma um tiro e outro consegue voltar. Aí o cara diz: “Cadê o Fulano”? Fulano ficou ferido. Aí ele diz: eu vou lá buscar o fulano”. Não, não vai buscar porque ele tá morto. “Não eu vou lá buscar o fulano”, aí quando ele chega lá o cara tá vivo e diz: “Eu sabia que você era meu amigo e viria me buscar”, e morre e o cara levou só um tiro e aí quando volta o Oficial falou: “Eu não te disse que ele tava morto”. “Não, mas quando eu cheguei lá ele tava vivo e ele viu que eu ra amigo dele”. É bem isso entendeu, quando tu cria aquele espírito de corpo, que eu quando enxerguei essa a minha colega lá em Livramento eu saí correndo. Porque tu começa a lembrar de tudo aquilo que tu passou, porque na minha turma não tinha essa frescura de beleza, porque não tinha tempo, era todo mundo ali debaixo do mau tempo. Claro, podia haver alguma divergência precisasse, tu tava ali. Falta disciplina nessas últimas turmas? Claro que falta. As gurias da primeira turma, da segunda turma eu vejo aí, a turma da B, fizeram uma reunião, das quarenta apareceram cinco. Pô se a minha turma é oitenta, fiz um almoço com integração, de 88 apareceram 75. Pôxa, tem que ter alguma diferença, porque todo mundo se formou igual. Algo falhou e quando eu falo de algo falhou, não é ela que entrou e sim o seu administrador, que comandou, quem formou.

- Eu acho que a gente passou foi ao extremo. Mas eu acho que ainda precisa disso tudo. Hoje em dia eles não tem espírito de corpo, eles não têm... pra tu ver como a gente aprende na dor que dessa primeira turma só

ficou que realmente gostava, que dá pra coisa, porque quem não dá pra coisa realmente não fica, não esquenta banco. Vai embora entendeu. Então por isso que hoje, como dizia a Sargento Y ...é um absurdo mas hoje não há, então eu acho que a coisa tem que ser mais um meio termo, nem muito nem...

A atividade extra- curricular através das Jornadas de Instrução Militar...“assume proporções na transmissão da identidade profissional maiores que o conjunto de disciplinas que compõem o amplo quadro curricular (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001:3).

Em algumas falas evocam que este tipo de treinamento (JIM) está consonante com as práticas cotidianas a serem enfrentadas e que esta atividade prepara para a realidade a ser encontrada no Ofício de Polícia

hoje também, porque pode ter sido pouca coisa mas assim, a gente hoje consegue resgatar assim o que aprendeu ou que outras pessoas aprenderam e aplicar na atividade...

...Tudo se repete, porque às vezes tu pega uma formatura de duas horas, isso não é nada, às vezes tu tira serviço em algum lugar, não tem uma sombra na frente dum...aí tu lembra do que passou e segue em frente, agüenta

Em algumas falas observamos que ...a “nova” polícia, na qual se pretende a extinção deste tipo de atividade , fragiliza a coesão do grupo. O interessante é que, sobretudo, referem que esta prática tem certa mobilidade , como uma onda, por vezes adormecida, e que a mesma faz falta:

Porque aqui não dava para fazer, tinha aqui... tava fazendo um curso integrado. A única coisa que eles faziam era correr de madrugada. Foi no finalzinho de 99/2000. Nós fomos pra lá, três turmas foram lá. Essa que tá tendo agora..., teve um pouco em Montenegro né, um pouco em Santa Maria né, não, esconderam todo mundo. Porque lá quando nós chegamos eles fizeram o que eles queriam com a gente. Ali tava fechado, a gente tava no buraco né. Eu cheguei lá, eu recém tinha me formado em Pedagogia, eu tinha as minhas ideologias de educação né, como que tinha que ser, instrutor. Cheguei lá parecia que tava vendo um Coronel Massot na minha frente, uma grosseria e um Oficial dizendo assim ó: “Te posiciona militar. Um militar não se apresenta assim. Volta lá”. Eu ficava escandalizada né. Mas o que que é isso? E daqui a um tempo eu já tava achando: Tem que ser assim mesmo, tem que ser assim mesmo. A gente vai entrando numas assim que tu vê que tem necessidade disso. E quando a gente tá lá a gente fica se queixando: Mas pra que isso? Pra que? Pra que? E aí quando tu sai tu vê assim o: Tinha necessidade por causa disso. Se eu tiver que ficar horas e horas sem comer, sem tomar banho, ficar direto numa operação aí, eu vou ter a lembrança daquela época em que eu tive que ficar porque eu tava fazendo curso.

- Nós subia esse morro aqui com uma FO nas costas, mochila, e ainda colocava mais coisas e as colega que desmaiava no caminho tu tinha

que levar. Nós tínhamos que, as primeiras lá da frente tinha que voltar e carregar pra cima.

-Eu acho que isso faz falta e eu falo isso hoje... eu tava com o meu namorado hoje, a gente discuti muito isso, essa função do seguinte ó, isso faz falta.

- Agora ficou... da minha turma ficou a Sargento “A”, querendo passar pros próximos, pras próximas turmas, as mesmas situações que nós tivemos, aí ela me comentou o seguinte ó, ela disse que se sentia amarrada, que ela nem podia cobrar o fardamento engomado dos alunos. Não pode, não pode, porque é uma questão política .

Estas falas fazem lembrar Kafka em a Colônia Penal.

Aqui jaz, o antigo Comandante, seus adeptos, que agora não podem dizer o nome, cavaram-lhe o túmulo e assentaram a lápide. Existe uma profecia segundo a qual o Comandante, depois de determinado número de anos, ressuscitará e chefiará seus adeptos para a reconquista da Colônia. Acreditei e esperai (1998:69).

Na formação destas alunas Praças, incorporou-se o treinamento na selva no estilo do Exército Militar: o aprender a ser polícia está associado a treinamentos tipo Jornadas de Instrução Militar e às atividades desenvolvidas nas ruas, no Policiamento Ostensivo: O objetivo destas práticas é levar as alunas a perceber que a identidade policial-guerreiro precede a legalidade. Em uma espécie de tortura desconstrutora da identidade e da autoridade simbólica, inscrevendo no corpo da aprendiz, que ali se inicia uma lei para a qual não há apelação; é nestes treinamentos de “campo”, em atividade extracurricular “que se inicia a construção da polícia (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001:14) contra a polis e de uma polícia sem polis. E nestas práticas a “força” começa a consolidar-se numa pirâmide hierárquica”, pois bem sabemos que estas práticas são coordenadas por Oficiais.

Dentro de quartel em curso tu jamais vai aprender, jamais! - Então assim ó, quanto à experiência eu acho que a pessoa aprende mais no seu dia-a-dia, no seu órgão de serviço, ou seja, administrativos, como tem algumas colegas que trabalham, ou no policiamento, que é o meu caso e é o caso de algumas, entendeu? Mas a experiência do dia-a-dia mesmo, é depois que tu saiu daquela....,

Ou ainda em práticas de vivências como o chamado “carancho”:

Eu acho assim , como a gente tem entre nós assim o serviço de carancho né, que é acompanhar um trabalho que determinado Batalhão executa, pra depois a gente fazer parte daquela rotina de serviço. Então a gente acompanha, quem já é daquele local.” E assim se dá a aprendizagem.

Porque assim ó... tu tem que pensar que quando tu está trabalhando, se tu trabalha em dupla com alguma pessoa, essa pessoa , a vida desta pessoa está nas tuas mãos, assim como a tua vida está nas mãos dela e tu tem que confiar nela. E se tu conversar com dois salva-vidas que trabalham numa mesma guarita ele vai te responder a mesma coisa. Eu não trabalho contigo. Por que? Porque eu não confio em ti. Eu tenho que trabalhar com alguém que eu vou jogá o cabo lá no meio do mar, e eu sei que ele vai me puxar. E é literalmente isso. E o que que eu te falo assim, porque que eu te falo assim do curso? O curso ... o pessoal... nem tá .Ah, não to com vontade de assistir, mas é obrigado, vai ter chamada... nós éramos obrigadas... Hã, Ah, porque alguns não vão... porque assim ó... porque é uma coisa muito hã... aí de repente o pessoal vai dizer assim ó “Ah, porque tu é muito repressora e tal...”. Não. Mas eu acho que tem determinadas situações que tu tem que tomar o rumo. Tu tem que ter mais uma postura porque senão a coisa fica muito na gandaia assim.

A idéia é que, a relação de confiança no colega e a aprendizagem se constrói na rua,” no “campo de batalha” e quando da unificação dos cursos de formação, esta premissa fica rompida:

Agora tu faz um curso ali e tu não fica... tem até uma psicóloga... ela já era amiga do meu esposo – eles fizeram o segundo grau juntos e ela se formou nas últimas turmas... ela trabalha na SUSEPE. Então ela ia para lá ou não ia às vezes, sei lá... não tava a fim de ir pro curso ou não ia, sei lá... uma coisa assim... não tem aquela amizade que tu confia na pessoa que tu tá trabalhando é na rua..

O ser policial... “se aprende no campo de batalha”, “*se aprende na rua*”, onde fortalece o vínculo de confiança , em uma espécie de trabalho contínuo das práticas da JIM às práticas do Policiamento Ostensivo. A evocação deste conteúdo ganha visibilidade na seguinte fala:

- Não... esse amor que tu tem pelo teu colega... porque assim o, quando tu chega lá e eles tiram a tua roupa – a minha é da Renner, a tua é Cristian Dior, não interessa, a tua roupa toda tu tira e joga dentro do armário, e bota uma sunga. Então assim ó, eu de sunga tu não é melhor que a minha, a minha roupa não é melhor do que a tua. Então na realidade aquilo é uma perda de identidade o que tu passa. E aí tu passa e te dá uma outra identidade que tu fica... e eu me lembro assim ó... a minha turma é de 90 mulher, então foi a turma que maior entrou foi a minha, então nós entramos com uma turma de 90 homens do BPRV. Aí então a minha, nós tínhamos uma Oficial e eles também tinham. E aí então funcionava uma disputa que nós nos agarramos a pau num mato ali na Chácara da bananeiras, que os guris encheram o mato de casca de melancia com vela e eles faziam ã ã ã, de fantasma, e nós caía dentro dos buraco e aí levantava a fulana e chorava, e vamos embora e era aquela coisa assim ó, um desespero entendeu.

- Aí é que tá o problema. Isso faltou pra vocês.

É o relato da “mortificação do eu”, como afirma Bauman (1998a), a modernidade nos trouxe, com a burocratização, a racionalidade instrumental dando origem à “desumanização” dos objetos e a perspectiva de que estes não merecem nenhuma reivindicação a uma subjetividade, surgindo a tendência a subordinar pensamento e ação à praticidade da economia e eficiência. O serviço público infundiu nas outras hierarquias seu planejamento seguro (BAUMAN 1998b) e sua minúcia burocrática, o modo burocrático que facilita as práticas dissociativas, cultura burocrática esta que nos possibilita ver a sociedade como objeto de administração.

“Nós sentadas no meio do pátio o dia inteiro, doze horas... um mês depois eu não sabia que roupa botar pra ir numa festa. Eu não sabia me vestir, não sabia mais me vestir...”

"eu chegava em casa falava grosso, eu comecei a agir com as pessoas de fora de uma tal forma que um dia alguém disse assim: ‘dá um tempo que tu não tá na BM’, sabe”.

Podemos compreender que o processo de mortificação do eu, visa não obliterar a eficiência do aparelho policial, mas busca desenvolver a devoção ao bem-estar da instituição, também através do distanciamento aos objetos visados pela operação burocrática. Ficam reduzidas a mero número desprovidas de qualidade (BAUMAN, 1998b): os seres humanos perdem sua identidade, pois os objetos humanos da execução de tarefas burocráticas são vistos com indiferença ética e objetos desumanizados não podem ter uma causa, muito menos uma causa justa, nenhuma reivindicação à subjetividade.

3.3 ESTRATÉGIAS FUNDAMENTAIS – A SUSPENÇÃO DO PENSAMENTO E UMA INSTITUIÇÃO MARCADA PELA AUSÊNCIA DA AUTORIDADE SIMBÓLICA

Percebemos que a estrutura da instituição policial militar tem a produção e seu controle radicalmente separados e se encontram opostos uns a outro. Fundamentados nos círculos de convivências. Esta oposição dá-se como uma fratura que assume a forma de antagonismo social, assim os defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital, manifestam-se de várias formas.

Os dispositivos disciplinares e os modos burocráticos associados ao trabalho constituem-se nas estratégias fundamentais dos jogos de poder que caracterizam a forma de dominação própria na modernidade.

A filosofia dessa questão de Comando, de troca de Comando, é a seguinte ó: É melhor tu ser temido do que tu ser amado, no início né. Então o que que acontece? Há aquela expectativa já quando há troca de comando e o Comandante que vai assumir, não se sabe como é que vai ser. Provavelmente vai fazer várias trocas, que vai mexer com todo o efetivo, que vai desestabilizar um pouquinho, pra depois né, passado assim algum tempo, as coisas se normaliza. Porque este temor do efetivo dos Praças tomarem conta do Oficial é muito grande.

A fala, a seguir, é de uma Oficial, a qual entrevistei em uma outra pesquisa, contudo acho oportuna colocá-la aqui pois o conteúdo aponta a presença da “devoção ao bem-estar” da organização, identificada na obediência aos princípios da instituição.

Está, está sendo diferenciada e uma preocupação para isso é que... isso aqui tu vai colocar que eu disse isso...ai...não, não, porque uma coisa é a linha da corporação, outra coisa é o que eu penso. Tem coisas que eu penso mas não falo porque eu tenho uma disciplina...então eu vou te responder, agora, o que eu penso, mas não é o que eu faço (Entrevista com Oficial Feminina).

Um Oficial uma vez me falou quando eu estudava, ele disse bem assim pra mim – eu questionei algumas situações que eu não concordava né, e ele disse assim pra mim: “Viu? Por isso que eu sempre fui contra. Não deixem esses Praças estudar, por que olha aí ó, começam a pensar, começam a reclamar, e querem as coisas, estão embasados, e podem, e acontecem. Eu sou do seguinte princípio: não deixem os Praça estudar. Praça é para executar.

Eu nunca vi – porque eu trabalhava com o Sargento que faz as escalas do Batalhão, nunca vi Soldado ir despachar com o Comandante”. Ela me falou, ninguém me falou, e eu até então nem sabia que tinha que ser outra pessoa, eu tava fazendo aquilo e eu levava os documentos pra ele e achava que tava fazendo a coisa certa. E ela que me chamou a atenção quanto a isso mas não falando que tava... só teceu um comentário assim maldoso do que fazia, como se eu tivesse fazendo alguma coisa errada.

Estas características na organização policial são radicalmente ampliadas, para que a divisão se torne funcional, pois não é só a falta da experiência pessoal direta na efetiva execução da tarefa (BAUMAN, 1998b) para qual contribuem ordens sucessivas, mas também a falta de similaridade entre a tarefa imediata (atividade fim) e a tarefa administrativa como um todo (uma não é uma versão em miniatura ou um ícone da outra) que distancia o participante da tarefa executada pela burocracia que integra.

Eu acho que a questão que prevaleceu mais nessa situação por ela ser a situação por ela ser Soldado, por ela ser subalterna a eles. Porque se fosse um Soldado masculino, a repressão seria igual. O problema que o a seguinte, na BM, quem tá aqui ó, eles não gostam que um subalterno repassem a informação pra quem já é aqui entendeu, porque na cabecinha deles, eles tão aqui e um Soldado tá aqui, então na própria cabecinha deles eles não admitem que por eles já atingirem um grau aqui e o Soldado tá aqui e no meio do Soldado e dos Oficiais tem várias graduações, eles, por si, eles não aceitam, não admitem que o que tá lá embaixo saiba mais que esse aqui tu entendeu. Então eu acho que nesse caso, neste caso aí, prevaleceu mais a situação por ela ser Soldado. Eu acho que no meu ponto de vista não tem nada a ver com o fato de ela ser mulher. Pode até ser...mas se fosse homem também ia se dar mal.

Observa-se que internamente toda a estrutura do aparelho policial militar é marcada por estruturas reais, como se os sujeitos que lá estivessem não reconhecessem a autoridade como simbólica. Como se fossem desprovidos de se relacionarem com o mundo através da autoridade simbólica.

A autoridade usada internamente com os policiais constitui-se na ausência da autoridade simbólica. Defini-se pela violência real. E quando as estruturas são reais as condutas é que são simbólicas.

Simbólicas de uma “falta”. A falta do encontro com o que sua auto-referência diz que ela é. A partir de então se constroem as práticas arbitrárias.

A fala a seguir evoca este conteúdo:

Ser polícia, na época minha idéia polícia, era tu sair armada até os dente, porque a minha turma nós compramos... cada uma... em seguida que a gente se formou nós compramos revólver, a primeira coisa que a gente fez. E nós trabalhávamos com revólver da BM e o nosso escondido dentro da farda. Era assim que a gente trabalhava na rua. Aí eles começaram a se encarnar e descobriram que a gente tava armada até os dente, aí começaram: “Porque não, não pode, vocês tão saindo aí com dois revólver, não pode”, aquela coisa toda. Aí cortaram o naipe lá da gente sair armada daquela forma. E a gente tinha idéia de sair assim de viatura, fazer batida. Essa era a nossa vontade, a nossa decepção. A gente queria sair pegar os vagabundos. A gente queria, sabe... fazer uma limpa. Isso que nós queríamos fazer sabe. E nos podaram assim de tal forma assim que olha, não nos cortaram as unhas, cortaram os dedos assim, deixaram só os toco.

As Praças afirmam que a aprendizagem de tornar-se policial, se aprende na rua e nas atividades extra-curriculares. O ofício de policial militar está marcado pela

valoração do trabalho prescrito e pelas garantias encontradas no RDBM², pois o cumprimento de tais prescrições, é sancionado por uma série de transgressões disciplinares, que objetivam punir atitudes de não-cumprimento das atribuições previstas ou de execuções de serviços fora da competência policial, associado à permanência de valores militares na instituição. É através desta dinâmica que vai construindo-se a identidade profissional.

Instaurar o medo, inibir, cercear o outro são meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. Então é sob os círculos que se estabelece como protótipo de sistema disciplinar, objetivando os comportamentos condicionados. Percebe-se que há um compromisso com o bem-estar maior da corporação e um bem-estar menor do sujeito.

Eu terminei meu turno de serviço.. continuei trabalhando. E só por fora eu o via tentando descobrir alguma forma de me punir. Sabe quando tu tenta achar um jeito de punir uma pessoa e tu não tem como, tu não consegue descobrir como. Ele não podia me punir porque meu comportamento não deixava porque ele, meu comandante direto me punir, só alguém superior a ele. O artifício que ele usou é que eu tinha desviado, que eu não cumpri a escala de serviço. É' a única coisa que ele podia usar, não tinha outra coisa para ele usar. Aquela mesa de trabalho tem um rádio específico tá, pra tu sair de lá alguém tem que te substituir. Então ele usou a tática de que eu me levantei de lá, porque foi justamente quando eu fui bater boca com ele, daí foi à hora que eu saí do meu local de trabalho né, sem ordem superior. E aí levei uma cadeia.

Cumpri minha cadeia. Aí em compensação quando eu voltei, eu voltei transformada pra trabalhar. Aí é que a gente vê que assim, às vezes as pessoas competentes acabam jogando toda a competência dela fora né, em função de pessoas assim. Voltei pior. Daí comecei a trabalhar só de madrugada, fiquei seis meses trabalhando de madrugada e tentando achar um jeito de matar ele, porque eu não sabia como ia fazer. Sabe quando... Eu fiquei indignada porque eu nunca tinha feito nada lá dentro sabe? que não fosse me dedica sabe? Porque eu gostava do que eu fazia e eu achava que aquilo ali atendia a população sabe? Eu tinha uma concepção de que aquilo ali resolvia os problemas das pessoas até um certo limite. Eu fazia coisas que não era para eu fazer , resolver , fazer coisas que não era nosso serviço. Então para mim, como pessoa aquilo ali foi... e eu cheguei cuidar, sair e ver aonde ele ia, sai atrás dele, seguia ele. Uma vez ele me viu daí ele pegou e desviou, foi pro outro lado e eu continuei seguindo ele. Eu fui assim um bom tempo. Até que eu mesma sentei e disse: bom, tu vai fazer uma besteira. Daí eu disse assim, quer saber eu vou dar um tempo para mim mesma. Daí eu tinha problema no joelho e tinha que fazer uma cirurgia. Bom vou fazer logo essa cirurgia e vou esquecer essa praga porque eu vou arrumar uma confusão para mim e ele vai sair Coronel daqui a algum tempo, vai embora da BM e vai ficar numa boa. E foi o que eu fiz. E saí. Agora eu vou te dizer uma coisa... Foi o único jeito de eu me livrar daquilo ali. Eu nunca mais quis botar os

² Regulamento Disciplinar da Brigada Militar.

meus pés ali dentro. E não me dedico como eu me dedicava naquela época, não me dedico mais. Já foi. Eu vi que não vale a pena.

Os relatos acima ilustram que desde o ingresso destas mulheres na instituição inicia-se o trabalho para a construção de uma identidade policial militar, o qual tem inúmeros desdobramentos. Com pressupostos estabelecidos na sobredeterminação militar e na dominação masculina, pois as mulheres ao ingressarem na Brigada Militar encontraram os homens “estabelecidos”, reconhecidos como veteranos, representantes da tradição do militarismo e das atividades do Policiamento Ostensivo, a qual é identificada pelo uso da força: ao passo que as mulheres são as “outsiders” (ELIAS, 2000), novatas que tem dificuldades “naturais” em desenvolver habilidades necessárias à profissão, mais especificamente à atividade de Policiamento Ostensivo, tais como : imparcialidade, força física, imposição de respeito.

A profissão de Policia é extremamente masculina e rechaça de diversas formas a presença da mulher . O esforço que tem que realizar a mulher policia para conseguir sua integração é superior a que teria que fazer para especializar-se em qualquer outra profissão mais aceitável socialmente (FERNÁNDEZ, 1994:15).

O fato de ser uma instituição secularmente masculina faz com que os homens sejam o paradigma de emancipação e qualificação do desempenho profissional. A identidade feminina policial e a feminização da profissão policial ganham visibilidade sob a inserção em subgrupos de trabalho, ou mesmo subtrabalhos dentro da instituição , dado o domínio masculino deste ofício.

“... muitas atitudes para a gente se impor a gente precisava se masculinizar como chegar falando berrando, que não é costume de mulher nenhuma... berrava, falava demais...”

Eles já estavam acostumado com este tratamento masculino que eles chegam vão abordando, vão botando mão na parede, vão prendendo o pé na perna e a mulher já tem um jeitinho mais delicado de chegar conversar, embora a gente precisasse se masculinizar um pouco como ela falou...é grosseiro. Aquela coisa estúpida.- Até para se impor.

Era um bibelô como eu tinha falado. A idéia da mulher realmente era um bibelô. Nós ingressamos bem numa época em que a tava cheia de problemas com a comunidade, era brigadiano aprontando, era ocorrência mal atendida, a imprensa caindo em cima de tudo que é jeito. Quando apareceu a mulher foi aquela enxurrada né... Ah!!! A mulher na BM e a população olhava com outros olhos sabe, e deu outro ar. A senhora saia na rua – ai queridinha, meu amor e não sei o que, os senhores tiravam o chapéu... era uma coisa bem... era um outro mundo sabe, logo no início.

No conteúdo destas falas observamos que mesmo na inclusão evidenciada ocorre a permanência de modos de exclusão-dominância, posto que suas habilidades se colocam como “naturais”, pois são tomadas simplesmente como um modo “nato” do ser mulher. Apontando para modos homogeneizantes da cultura patriarcal (ESPOSITO, 2001), a portadora de habilidades “naturais”.

As tarefas atribuídas às mulheres eram extensão do lar, desenvolviam tarefas identificadas às habilidades naturais femininas em subgrupos de trabalhos.

No início quando ingressamos né, nós trabalhávamos somente nos postos do aeroporto – era só vitrine mesmo, escolas, rodoviária. Era só locais assim. Trabalhávamos só durante o dia também, não trabalhávamos à noite, então era mais assim nos horários... Era uma coisa assim bem diferente.

A unificação do quadro feminino e do quadro masculino, associado à escassez do efetivo sugere ser fator determinante para as mulheres se colocarem em todas as atividades de policiamento, ainda que em algumas falas a intenção de trabalhar na rua está presente, assim como a identificação da atividade policial “está na rua”:

Ninguém entrou na BM para ser bibelô, eu não entrei na BM para ser bibelô. Quando eu entrei na BM eu entrei pra ir pra rua, correr atrás de vagabundo, dar tiro na rua. Foi pra isso que eu entrei na BM. E não vou mentir pra vocês; não faz muitos anos aí eu ouvi as gurias, me berravam na rua: “como é que a gente faz pra entrar na BM?”. Olha tu tem que fazer isso, fazer isso. “E qual é o serviço de vocês?” Nosso serviço é na rua. “ Ah! Mas eu queria entrar para trabalhar lá dentro”. Aí eu disse pra guria: ah, minha filha, então vai procurar outra serviço, não vem trabalhar aqui na BM.

Uma outra Policial afirma:

Pra mim trabalhar na rua é a melhor coisa que inventaram. Aquela ali é louca, diz para mim que eu sou louca em trabalhar na rua né. Que tá na hora de conseguir um lugar no Administrativo pra mim. É assim ó, é que nem eu disse pra vocês aquele dia. Eu fiz quinze anos dia três, desses quinze anos eu não trabalhei na rua durante as duas gravidez, que a gente fica interno, e as minhas licença maternidade são quatro mês cada uma, dá oito, e as minhas férias. E alguns meses que eu tirei assim ó, dois meses de telefonista, dois meses aqui mas é coisa rara. Primeiro porque eu gosto de público, eu gosto de lidar com as pessoas, tu entendeu. É isso que me chama a atenção e, na rua, como é que eu vou te explicar, eu me sinto bem mais útil na rua do que na frente do computador, na frente do telefone. Vou te explicar por que? Porque assim ó, é uma coisa bem... não é difícil de entender. Se tu tá trabalhando no setor administrativo, tu tá lá dentro, mas essa coisa de tá muito telefone, um manda pra cá, manda pra cá, muito cacique pra pouco índio não é pra mim, entendeu. Então a tua cabeça não acaba, a tua cabeça não descansa, o teu corpo descansa mas a tua cabeça não. E onde tua cabeça não descansar o teu corpo também não descansa. E na rua não, é totalmente

ao contrário pra mim. Tem dias que é suave, tem dias que é calmo, tem dias que é pega pra correr, tem dias que é um horror, tem dias que tu te vontade de mandar todo mundo praquele lugar, tu entendeu, porque é cada ocorrência ralada que a gente vai, tu entendeu. Mas isso ai não é todo dia toda hora, tu consegue superar.

Contudo a fala a seguir revela o desgaste originário da atividade de rua:

Trabalhar na rua é desgastante, muito desgastante. Trabalhar na rua... eu prefiro trabalhar doze horas direto, ou vinte e quatro horas direto dentro do interno do que trabalhar seis na rua. Não escondo isso e toda a minha chefia sabe. Eu dou o meu sangue pra trabalhar no interno. Porque assim ó, o papel não vai te agradar, o papel não vai te agredir. A pessoa, o ser humano... tu vai lidar com o ser humano ali... vem vindo uma pessoa na tua direção tu não sabe se a pessoa vai te agredir, se ela vai te pedir uma informação né, porque são vários tipos de pessoas que tu encontra na rua. Tu tem que Ter uma... um discernimento muito grande pra entender o que se passa na rua, porque assim ó, o nosso serviço não é ficar ali ó, eu entrei no turno das seis horas e vou pra rua, o meu turno não vai ser ficar conversando com o colega e não dá nada mesmo, porque aqui é uma área que não dá nada, porque o pessoal da atividade fim tem que ta sempre preparado pro pior. Só que a gente não sai pra rua assim, preparado pro pior. O pior só acontece na hora... tu assim ó... eu to falando assim por mim. Tu não vai ir pra rua e... tendência não é essa de tu chegar e ir pra rua, te vestir, te armar ali e dizer assim: hoje eu vou prende, hoje eu vou dar tiro, tu prender, tu algemar, tu encaminhar sae. Todo dia uma surpresa sabe? E às vezes as pessoas se acostumam que não dá nada, e quando dá, não sabe o que faz. E quando dá tu não pensa no que tu vai fazer e tu faz, na maioria assim, quando eu lembro do curso de soldado, eu morria de medo de dar tiro. Bah, Deus me livre dar tiro, Se eu tiver que dar tiro acho que eu vou sair, porque que medo, que isso né. Só que é uma coisa que dentro assim é inerente do brigadiano, quando dá uma ocorrência tu te atira sem pensar, e a gente quando tá,, ã... mais ou menos assim tranqüila, a gente pensa nos filhos, no marido né. Só que quando dá a ocorrência de roubo, tu só pensa assim ó: que tu tem que cumprir o teu papel ali, que tu tem que colocar... tu tem que trazer toda aquela teoria, aquela prática que tu teve praquela hora ali. E não pode errar. Se tu errar, tu vai tá colocando em risco a tua vida, a vida do colega ou de uma pessoa, um cidadão e é delicadíssimo isso. A pessoa tem que Ter muita maturidade pra enfrentar esta situação porque depois do tiroteio, a pessoa está escalada no outro dia pra mais seis horas e não é feito um tratamento, um acompanhamento sabe, pra amenização. Eu... por exemplo, num tiroteio tu paralisa. Tu não sento o coração, tu não sente suor, tu não sente nada. Tu só... sabe... parece assim que é tudo automático. E o depois? O depois dá uma seqüela né. E não se faz nada. Não tem programa para isso”.

Observamos que existe uma certa simetria do ingresso e dos relatos femininos nas polícias militares de Porto Alegre, com o que aponta Fernández (1994) em sua pesquisa na Espanha. Principalmente quanto ao ingresso.

Sabe por que que tinha poucas gurias na rua hoje? É a mesma história do machismo hoje, eles tiram... não faz muito tempo que as gurias começaram a aparecer de novo na rua. Por que há uns dois ou três anos – não mais, uns quatro anos, eles tiraram as gurias da rua, puxaram a maioria pra dentro do quartéis para outros trabalhos, justamente por que a mulher

continuava ainda mostrando pra eles que era superior tá, e hoje tão colocando por que há um déficit de efetivo, então tu precisa mostrar serviço. Então onde tem pessoas, começou agora... essas operações aí começaram a puxar as gurias e botar tudo na rua por que não tinha efetivo e precisava tirar de algum lugar. Eles mesmo puxaram para dentro, eles mesmos começaram puxar pra fora.”

Mas difere quanto a concentração de mulheres na atividade meio. Se observarmos, na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, não há concentração de mulheres na atividade meio, atualmente a proporção é equilibrada. As Policiais Femininas afirmam que esta realidade está sustentada em duas premissas, a falta de efetivo e através do discurso “se querem igualdade, podem chegar a Coronel, então têm que desempenhar as mesmas atividades que os homens”.

Nesta colocação é importante ressaltar a evocação que os significados da diferença sexual estão postos como luta pelo poder, fundados na diferença/igualdade e propõe a igualdade como antítese da diferença.

A solução para o dilema da diferença não vem através da indiferença frente à diferença, nem da sua aceitação tal como está constituída, isto é, a aceitação da diferença categórica e normativa. A crítica às operações de diferenciação categórica deve ser feita em nome de uma igualdade apoiada nas diferenças: diferenças que confundem, perturbam e tornam ambíguo o significado de qualquer oposição binária (FONSECA, 2001:117).

Estando na rua ou na atividade meio, a condição feminina está sempre ligada a uma debilidade, se está na rua é a que não tem condições de desempenhar o ofício dado à condição de fragilidade física. Caso esteja desempenhando a atividade meio, ainda que dado por sua qualificação, fica associado a proteção.

Fernández (1994) afirma que há um desejo tanto masculino quanto feminino de migração para a atividade meio, devido ao desgaste inerente a esta atividade, afirma porém que a mulher vem se beneficiando desta possibilidade uma vez que tem chegado a instituição mais qualificada que os homens, fato este oportunizado também pelas mudanças da estrutura da organização policial frente à demanda.

Cada vez los/as policías van menos al cliente, mientras que es más el número de clientes que acuden a la Policía. El trabajo se burocratiza, y la oficina adquiere progresivamente más importancia. Lo nuevo no es tanto la vida de patrullera (de calle, de noche) sino la radio, la oficina, la

central de mando. Las mujeres – como estrato profesional más nuevo – se incorporan cada vez más a essa estructura (FERNANDEZ, 1994:9).

Desta forma as dificuldades encontradas pelas mulheres são infinitamente maiores que as encontradas pelos homens para o desempenho do ofício de polícia.

“Las dificultades que una mujer debe superar para poder ascender son mucho mayores que las de los varones en su mismas circunstancias, y su oportunidades son, portanto, menores” (FERNÁNDEZ, 1994:25).

A exacerbada discriminação, os fatores que condicionam as possibilidades de ascensão da mulher, ainda que com estruturas de poder pré-estabelecidos, com plano de carreira, as Praças apontam que elas se encontram em desvantagem devido a cultura policial-militar que não auxilia as mulheres no desenvolvimento de tarefas.

A BM realmente não valoriza e ela não dignifica a pessoa. Tu pode ter excelentes qualidades e mesmo sendo dentro, seja na rua, no burocrático eles não vão enxergar as tuas qualidades né.

As mulheres referem sentirem-se discriminadas pelas mais diversas barreiras. Procedimentos legais, como a ascensão por concurso, por vezes identificam o processo manipulado:

Quando chegou no curso de Sargento, na época eu me lembro, eu tinha tirado um serviço no COPON e veio uma lista de ... saiu uma primeira lista assim de pessoas saiu pelo telex de Santa Maria – naquela época Santa Maria mandava a lista pelo telex. Saiu aquela lista e quem tava operando o telex, deu a causalidade de ser eu né, tô operando o telex e avisei o comandante lá: não, tá saindo uma lista aqui do pessoal que foi chamado pro CFS FEM né. Olho a lista assim né, corro os olhos né, de cara assim né já corri pra vê onde é que tá né. Olha, fulana, fulana e fulana, as gurias tudo passaram tá, entreguei a lista. Não terminou o expediente saiu um... pa,pa,pa eram seis horas da tarde, outra lista. Aí eu pensei assim outra lista do CFS, e aí eu olho assim: “Só um pouquinho. Tá faltando a Beltrana, a Fulana”. Passei, olha mas chegou outra lista lá do.. de Santa Maria. Chegou outra lista lá do pessoal do curso de Sargento. “Ah, não, tá, esta daqui é uma lista oficial”. Lista Oficial? Mas que lista Oficial? “Fulana, qual é a tua função? Ah, não... tô operando o telex. “Continua operando o telex”. Eu vi, eu vi a lista., cinqüenta por cento daqueles nomes que estavam na lista não eram o nome de Fulano...

Conforme dados levantados através de matéria jornalística e abordados durante os encontros, ganha visibilidade que, algumas turmas masculinas já foram promovidas

em menor tempo que as femininas, sendo que as turmas masculinas, de 1995, foram promovidos a Major enquanto que as femininas, de 1990, ainda permanecem esperando uma decisão para o resgate da Antigüidade³.

Esta situação gerou inconformidade entre as policiais, já que cumpriam deveres e obrigações iguais aos homens desde que foram incorporadas aos novos quadros da BM. No entanto referem que permanecem sem igualdade de direitos, incluindo remuneração e funções.

Em abril de 2002, a Assembléia Legislativa aprova, o projeto de emenda constitucional que altera a lei sobre a carreira de servidores militares do Rio Grande do Sul. Com isso, um grupo de mulheres brigadianas, entre Tenentes e Capitãs, passará a ter equiparação funcional com os homens, com acesso a todos os postos em igualdade de condições, luta iniciada em 1997.

Com a aprovação da proposta, a incorporação dos oficiais de quadros extintos aos novos quadros será de acordo com as respectivas antigüidades e na ordem de procedência que detinham nos quadros de origem.

No último concurso para Majores as três primeiras classificações ficaram com mulheres, assim como os primeiros lugares em concursos internos anteriores. A primeira turma com Majores Femininas saiu no final de 2001.

Na Brigada Militar ser Praça, mulher, ainda que com suas boas performances em concursos e no desenvolvimento de atividades, sobretudo, é sofrer as mais variadas discriminações, portanto buscar a compreensão do tornar-se mulher policial militar tão somente através das relações entre os gêneros (homens e mulheres) significa desconsiderar outras fontes de dominação, como cor, graduação e postos. A evocação deste conteúdo ganha visibilidade nas falas a seguir:

Eu tenho sérios problemas porque têm Oficiais que me odeiam porque dizem que eu sou nêga, cabo, cheia, metida... dizem isso. Mas a única coisa que eles não falam que eles poderiam falar: que eu sou competente. E é

³ Matéria publicada no jornal Zero Hora em 12 de abril de 2002, sobre a aprovação da emenda constitucional que altera a lei sobre a carreira dos servidores militares do Rio grande do sul.

por isso que eu tô onde eu tô. Só que isso para eles é um problema... e não é nem um problema, se eu fosse homem eles iriam me engolir, mas o problema é que eu sou mulher e aí é mais complicado. É mais complicado, entendeu?

Eu me lembro uma época que eu vi... saiu a relação de cursos que tinha, que iriam ter durante o ano e eu queria, eu me interessei por vários ali, e não tinha chance, não tinha. Não porque eu era mulher e... não era especificado, nem pra mulher, nem pra homem, mas era pro efetivo. Então assim ó, não tinha espaço pra minha graduação em função de a gente ter a base da nossa instituição com hierarquia e disciplina, a gente é abafada de muitas maneiras né. Então eu acho, no geral, a mulher muito mal aproveitada na BM em função disso. E até eu me lembrei de uma coisa pra dizer pra vocês, em função de instrutoras femininas na BM, eu fiz três cursos na BM, faz pouco mais de um ano, eu fiz na BM, pela Polícia Civil e eu fui indicada pela Polícia Civil pra dar aula na BM, foi pra Secretaria de Segurança na época, enviou o meu nome e eles mandaram um Oficial no meu lugar. Quer dizer, eu não sei se só pelo fato de eu ser uma policial feminina ou eu é por ser Soldado, mas aconteceu isso comigo. Eu fiz três cursos, o Oficial tinha feito um curso, eu tava mais qualificada que ele e foi ele dar as aulas no meu lugar. Então eu acho assim ó, a mulher é mal aproveitada mesmo, porque a mulher tem muita capacidade né, e é muito pouco visto isso dentro da nossa corporação.

Desta forma percebemos que as diferenças se estruturam socialmente e repetem-se no contexto da instituição policial-militar, Bourdieu (1999). A sociedade produz os valores socialmente dominantes, os determinantes sociais econômicos, os determinantes sociais do poder, havendo correspondência entre estruturas sociais e estruturas mentais e isoladamente nem uma nem outra seriam capazes de explicar à sociedade.

A ordem masculina está , portanto inscrita tanto na instituição quanto nos agentes , tanto nas posições quanto nas disposições , nas coisas (e palavras), por um lado , e nos corpos, por outro lado. A masculinidade está costurada no *habitus* , em todo *habitus*, tanto do homem quanto da mulher . a visão androcêntrica do mundo , é o senso comum de nosso mundo porque é imanente ao sistema de categorias de todos os agentes , inclusive as mulheres (e as teóricas feministas) (BOURDIEU, 1998:23).

Percebemos que muitas vezes no grupo, as Praças faziam a reivindicação de uma identidade feminina associada ao sentimento de dissolução da sua própria identidade. A reivindicação e o sentimento de dissolução da sua própria identidade, tal desejo “constitui, um nível da subjetividade: o nível de territorialização subjetiva: ela é um meio de auto-identificação num determinado grupo que conjuga seus modos de subjetivação nas relações de segmentariedade social” (GUATTARI, 1986:73). Para Guattari (1986). A reivindicação de grupos de minorias não é só a do reconhecimento de sua identidade, agregando por vezes questões não setoriais, mas há processos de singularização que podem ser capturados por circunscrições, por relações de forças que lhes dão essa figura de identidade.

A reivindicação identitária das chamadas minorias coloca em evidência a compreensão binária, em uma idéia de oposição de forças entre masculino e feminino, como um instrumental para diversas lutas pelo poder, o qual é generificado.

A instituição Policial Militar, estabelece diferenças de gênero na força do trabalho e revela um modo de pensar e agir que absolutiza e essencializa as categorias masculino/feminino (FONSECA, 2000), fundando um processo de “diferenciação categórica” que se estrutura desde a oposição binária entre as mesmas.

Quem faz ou já tem uma formação superiora, no meio dos nossos próprios colegas nós somos discriminadas por ter uma educação diferente, uma faculdade, se tu faz faculdade eles te olham diferente assim.. então se tu faz um cursinho fora daquilo ali, tu é diferente. Tu tem faculdade, tá fazendo ou quer fazer, tu é vista diferente...

O Batalhão de Policia Rodoviário. É o único lugar onde não tem policial feminino porque o Comando não quer né. Então isso até é inconstitucional porque aonde diz que todos são iguais perante a lei, são iguais e, no caso de, a Y falou num dos encontros anteriores que não se coloca efetivo feminino no BPRV porque não comporta, pensa bem numa estrada sozinha tirando um turno e de madrugada, um feminino e um masculino, nas cabeças fracas, ou adiantadas né, até pode ocorrer alguma coisa mas... assim ó, duas pessoas, o que uma quer e a outra não quer, não acontece nada, que não seja legal. Como há muitas histórias neste sentido o Comando se restringe a não aceitar o efetivo lá, mas também não tem nada contra, não tem nada dizendo que não possa...

Observamos que a feminilidade designa as mulheres para determinados trabalhos, certos estilos de trabalho, em um processo de naturalização de processos econômicos e sociais que contribuem para não visibilidade das diferenças que caracterizam as histórias sócio-profissionais das mulheres.

Nós temos um problema realmente, que eu considero um problema sim. Eu acho até que é uma discriminação, sei lá. E eu trabalho com o masculino lá digamos. Se eu chegar cinco minutos atrasada, o batalhão inteiro fica sabendo que eu cheguei atrasada. Por que? Porque eu sou mulher. Então todo mundo enxerga. Agora tem gente lá, masculino, fica dois ou três dias com probleminha... que nem, pra mim nem é considerado problema porque a gente que tem filho, casa para cuidar, eu agora estou sozinha – tô separada, eu nunca chego atrasada, mas aí passou o ônibus que eu ia pegar porque fiquei ajeitando eles para ir ao colégio, cheguei cinco minutos atrasada. Aí, mas o que que é isso? Pô mas o outro trabalha comigo falta ao serviço, chega atrasado e ninguém vê. Aí eu ou ela aqui ó, qualquer uma de nós, chega atrasada por problema de saúde... Ah, a fulana aí é ...

O embasamento deles foi o seguinte ó: Ah! Tem que dar um desconto, a mulher não sabe pedir ou quando vai pedir dá uma choradinha. Eu tô engasgada com isso porque é inerente da mulher chorar. Quem de nós

já não se deparou com um problema grave, segurou e quando alguém, quando o oficial perguntou, independente de ser homem ou mulher, não caiu às lágrimas? É problema forte. Nós todos temos problemas assim como homens têm também. Então assim ó, a gente fica taxada de chorona, de assanhada, de liberada....

Assim podemos pensar que as possibilidades de resistência e criação das Praças fica restrita a uma série de ações, sanções sobre transgressões, através do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar. Em entrevistas recentes, em um projeto coordenado pelo professor Dr. José Vicente Tavares dos Santos – “Alternativas Democráticas para o Ofício de Polícia no Século XXI - algumas Oficiais falam das inúmeras formas de burlar a dominação masculina, diferentemente do relato das Praças, trazem relatos de resistências. As falas das Praças sugerem maior dificuldade para realização de “transgressões”. Observamos que este maior impedimento fica atribuído à relação hierárquica entre os círculos de convivência de Oficiais e Praças. Em algumas falas ganha visibilidade que a forma de algumas Praças “resistirem” é estabelecendo vínculos buscando auxílio de um superior a sua chefia direta:

Eu fui pedir transferência agora há pouco tempo, cheguei lá pra trabalhar com o Capitão, ele chegou e disse assim pra mim, na frente de todos os Soldados da seção, que nem era aquela, eu fui lá pra levar o ofício, ele pegou e disse : “Tu vai ficar comigo, tem diferença de segundo Sargento ali, mas tu só vai receber este mês, porque o Cabo que trabalha ali tá de férias, porque a hora que ele voltar, mesmo ele sendo mais moderno que tu, ele vai receber esta diferença”. Aí, eu disse: Porque que o senhor resolveu isso Capitão”? Porque ele vai fazer as coisas pra mim e tu só vai ficar lá seção. Eu disse: Negativo. Se é assim, eu não vou trabalhar com o senhor. O senhor não me conhece, eu sou capaz e se o senhor não quer trabalhar comigo, prefere trabalhar com ele, o senhor trabalhe com ele lá. Só que, se eu estiver junto com ele, eu sei os meus direitos, esta diferença é minha.

Aí ele disse: “Eu não vou discutir contigo porque tu é Cabo e eu sou Capitão, tu te pões no teu lugar”. Aí eu disse: Sim Senhor, se é assim que o Senhor quer, com licença, peguei e saí da sala . Aí eu saí e fui lá no Comandante. Comandante, a situação é a seguinte: me apresentei, o senhor me mandou trabalhar lá e o Capitão não quer trabalhar comigo. “Não, mas não tem essa situação. Te mandei trabalhar lá”. Aí contei toda a história ele disse: “Não, tu deixa assim então que nós vamos resolver isso aí. Mas não te preocupa, tu vai trabalhar lá”. Aí eu pensei assim: puxa, como é que vou trabalhar com o homem se o homem não foi com a minha cara né. No outro dia falei com o Coronel lá, não tinha armário. Eu tenho um armário que é meu lá no DEP. “Não Fulana , então tu manda buscar o teu armário lá no DEP e traz o teu armário pra cá. O armário é teu”? É meu. Aí mandaram os soldados lá, vai lá viatura e trouxeram o armário. O armário tá subindo a escada e esse Capitão, já sabendo que o armário é meu né, já ficou esperando na escada. Aí os preso – tem uns preso trabalhador lá né, trazendo o armário escada acima e ele na metade da escada, “Onde é que vai este armário”? Esse armário é da Cabo ali. Ta indo lá pro alojamento. “Não, desce esse armário”. Aí eu cheguei na escada e dizia: sobe o armário. Aí eu disse: O armário vai subir. E ele dizia: “Não, o armário não vai subir. Eu disse: É determinação do

Coronel e esse armário vai subir. Então o Senhor fale com o Comandante. Aí ele ficou me olhando: “Tu não acha que tu tá muito arrogante”? Não. Só to no meu direito porque eu não ia trazer um armário sem autorização de ninguém. Eu sou Cabo mas eu sei os meus direitos e o senhor me dá licença que eu vou arrumar o armário.

Ainda que com maiores dificuldades de burlar o regulamento e normas, a fala a seguir aponta uma maneira utilizada pelas Praças para burlar o sistema de fiscalização, o qual tem como rotina passar em pontos definidos onde as Praças são designadas a cumprir sua rotina de trabalho:

Quando escalada na Alberto Bins, fizemos amizade com os empregados do hotel Plaza, e para lá nos dirigíamos, a fim de lanchar, descansar, ir no banheiro, enfim, um intervalo. E quando escalada na aeroporto, ficávamos a esperar a fiscalização que vinha de viatura, lá do alto da torre de controle. O pessoal nos emprestava o binóculo super potente, onde víamos a viatura dobrar a cerca de um quilometro e meio, tempo suficiente para descermos e aguardarmos a chegada dos colegas.

No processo de legitimação de bens simbólicos estabelece-se um sistema de filtragem (BOURDIEU, 1998) o qual determina aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural. Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de “subversão”, o que implica um confronto permanente com a ortodoxia

Estas estratégias se desenvolvem sem que se contestem fundamentalmente os princípios que regem a estruturação do campo; na medida em que os atores agem em função da maximização dos lucros, o dinamismo do campo funciona necessariamente no sentido da recuperação. A estratégia herética funciona, desta forma como reforço da ordem do campo em questão; pode-se assim, compreender melhor uma afirmação do tipo: *a ortodoxia tem necessidade da heresia porque sua oposição implica o reconhecimento dos interesses que estão em jogo*. Na verdade, ortodoxia e heterodoxia, embora antagônicas, participam dos mesmos pressupostos que ordenam o funcionamento do campo. Desempenham uma função de manutenção da ordem do campo social (BOURDIEU, 1998), em que se manifestam. Dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários, cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão.

Assim autores como Bourdieu, e Rolnik ajudam-nos a pensar em resistência e subversão como modos de subjetivação, pois as estratégias de subversão (BOURDIEU, 1998) e uma contestação simbólica, são formas de resistência que marcam os modos de subjetivação de cada contexto; se o poder está em todo o lugar, a resistência também, como maneiras de recusar modos preestabelecidos (GUATTARI; ROLNIK, 1986), modos de manipulação, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular.

A possibilidade de acionarmos mecanismos de resistências, processos de desvios como escapatórias e astúcias – mobilidade tática-traçarmos linhas de fugas, espaços de resistência e criação são formas de lidarmos com a opressão e inventarmos possibilidades de vida-maneiras de fazer, estilos de ação. Assim a ordem é exercida por uma arte, ao mesmo tempo exercida e burlada (CERTEAU, 1994:20).

A reivindicação a uma identidade policial –feminina, aparece associada ao desconforto que as Praças dizem sentir a si, o qual também atribuem aos homens - “brutalização”- o que aparece conflituado principalmente nas mulheres que passam a desenvolver as mesma atividades que os homens principalmente no Policiamento Ostensivo, com o desejo destas mulheres desempenharem atividades de rua, conflitua-se o reconhecimento como mulheres.

Da mesma forma, observaremos a presença de um discurso violento para as práticas cotidianas do ofício de polícia, principalmente no relacionamento com a comunidade. Um discurso muito reativo, com a existência de uma intervenção centrada no sintoma, e de uma violência que busca atualizar-se. Levando-nos a supor que uma possível retirada da intervenção no sintoma passaremos a observar práticas extremamente violentas no relacionamento com a comunidade. Ainda assim a grande maioria das participantes da pesquisa referem que as mulheres são mais “doces”, mais habilitada à mediação de conflitos por possuírem características naturais que as habilitam para a mediação.

3.4 A MULHER POLÍCIA NA RUA

Vimos que segundo as Praças, o constituir-se mulher policial começa a tomar forma no treinamento da JIM, ao chegarem na Academia Militar de Polícia, e esta aprendizagem tem continuidade na “rua”. Assim como é na rua, que se confronta com as ações legais e ilegais, onde o trabalhar desenvolve-se no “estado de liminaridade”, servir à noite ou ao dia, ganha diferentes visibilidades, desde o controle sustentado pela hierarquia, ao controle da comunidade. É na rua, preferencialmente à noite, o momento do currículo do militarismo, o currículo “oculto”, o qual desenvolveu a supressão dos direitos individuais, a mentalidade do inimigo associados à volatilização do estranho (BAUMAN, 1998a), todos passam a ser suspeitos.

Inexoravelmente despertou como um guerreiro selvático que viu a morte pessoal e experimentou a nulidade da instituição democrática. É agora submisso à lei da selva e, portanto pode retornar a polis. Na selva, pareceria que o uso excessivo da força se faz natural, instituindo a competição extrema como núcleo das relações de poder. Nesse ritmo batismal podemos supor que cumpriu-se uma passagem, subjetivamente emergiu na obediência esperada (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001:14).

É quando os ensinamentos da Jim serão colocados em prática, é quando a aprendizagem da *selva* encontra a *polis*.

Na minha experiência policial assim foi. A noite pra mim foi onde, assim, ocorreram os desgastes físicos maiores né. Porque durante o dia ocorre mas é diferente. O trabalho da noite e do dia é diferente. Durante o dia tem mais Oficiais na rua, o serviço é mais vigiado sabe, principalmente à tarde. E de manhã também o movimento na cidade em si, das ruas, é menor do que na parte da tarde. Aí à noite, até onze horas, meia-noite, o movimento é muito grande, aí a madrugada são só aqueles crimes, fatos isolados, aqueles crimes de noite mesmo, que saem só para matar ou para roubar né. Agora, durante o dia tu não sabe. Ah, essa hora acontece muito acidente de trânsito, muito congestionamento por causa das escolas que tem em tal área, bastante assaltos a minimercado, ou agências lotéricas, até assalto a banco né. Agora, a noite os crimes já são diferentes né. Assalto, roubar veículos né, homicídios, principalmente nas áreas assim de periferia, tráfico... durante o dia também ocorre tráfico, mas à noite é mais explícito.

A matriz institucional/cultural, está presente no exercício discricionário, o ato de complementaridade necessária entre a norma legal e ação individual, decorrente de uma “livre escolha” ou julgamento do indivíduo em função de um determinado objeto, problema ou moral, neste exercício traz a inscrição da cultura, e é sem dúvidas o poder de definição da polícia.

Acho que a ocasião faz o ladrão,. Então eu na noite já apanhei, já bati. Também é uma coisa que tu te desconhece, mas no dia é diferente. Acontece também sabe, mas as formas, digamos assim, até as técnicas aplicadas, as técnicas policiais, são diferentes porque é uma outra situação, até porque durante o dia tu não pode... policial agi com violência, quem disser que não tá mentindo que, pra própria segurança da gente, se tu já não chegar na noite empurrando, gritando, dizendo o que eles querem ouvir, por que não é com educação que a gente consegue nada. Eles não entendem este linguajar que a gente usa assim no dia-a-dia. A linguagem dele é outra né, então tem que chegar assim, senão a gente se dá mal né.

Tanto na noite quanto no dia porque vagabundo pra mim, quando quer fazer na noite faz no dia também. Vagabundo pra mim é vagabundo tu entendeu.

Então assim ó, depende muita da educação, tanto de dia quanto de noite tu entendeu. E vagabundo que é vagabundo, ele é vagabundo na noite e ele é vagabundo no dia. Se ele que aprontar de dia ele vai aprontar de noite só que, claro, de noite envolve uma série de coisas.

Porque à noite, realmente, à noite, o tipo de pessoa que sai pra rua, sai com o pensamento de... normalmente que é abordado ou tá fazendo alguma coisa, são pessoas que já têm tendência a praticar qualquer tipo de delito. E ela já sai pra rua com aquela idéia assim ó, que não tem ninguém que vai me barra. E durante o dia, é porque durante o dia o tipo de população que começa a circular já é mais família.

Aí quando eu saí da viatura que eu peguei a mulher né, ela disse: “Não, eles nos seqüestraram”, e eu na minha santa inocência eu acreditei naquilo porque ela era uma mulher assim... normal assim, tava com uma roupa normal, não tinha cara de ser delinqüente. Aí depois nós chegamos na área judiciária, só a bobinha né , só tinha eu né...se vira ali, é prostituta na Borges. Então às vezes tu olha assim e tu não diz, aí tu vai fazer um estudo do histórico da pessoa a gente vê que ela tem uma carga bem negativa às vezes.

No processo de incorporação e integração das Praças Femininas no aparelho policial, marcados pela compreensão binária de igual e unitário, construída em uma noção de desigualdade que esconde o múltiplo jogo de diferenças, mantendo sua irrelevância e invisibilidade. Esta prerrogativa aparece sustentada nas afirmativas que a feminilidade além de predispor as mulheres para determinado tipo de trabalho, tem que as mulheres não são violentas nas práticas no policiamento ostensivo .

Difícilmente tu vai ver uma mulher chegar lá já direto esbofeteando, chamando de chinelão e dessas coisas todas que acontecem geralmente com o efetivo masculino. Eles já usam mais a brutalidade, a força física que eles têm né, e a gente já ia mais com aquele jeitinho, até pela nossa estrutura física.

Observamos que este processo de naturalização está além dos muros do quartel, pois na pesquisa realizada por Cônsul, investigando o posicionamento da comunidade quanto à inserção feminina na polícia militar, um dos primeiros quesitos apontado foi a “docilidade feminina” e que as mulheres são mais educadas, gentis, como se as

diferenças que caracterizam o gênero fossem definidas por atributos conferidos, por atribuições biológicas essenciais. Como aponta Fonseca supõe-se que tudo que existe dentro de cada categoria – masculino/feminino – compõe uma unidade que suprime /reprime, por conseguinte, as possíveis diferenças existentes em cada uma das categorias (FONSECA, 2001:116).

As diferenças, tornam-se justificativas à exclusão e inclusão de homens e mulheres. ‘Assim desde o pressuposto de que tudo o que existe em cada um dos lados da oposição binária é igual e unitário, constrói-se uma noção de igualdade que esconde o múltiplo jogo de diferenças, mantendo sua irrelevância e invisibilidade (FONSECA, 2000:116).

A alternativa da construção binária a da diferença sexual, buscando a igualdade como se esta fosse uma antítese da diferença. Então sob o padrão militar e a dominação masculina, as mulheres também trazem relatos de práticas violentas, contudo se tem como não violentas como se a violência fosse um padrão de comportamento de homens. A divisão de gêneros inscrita na ordem social, em oposição, que vêm inscritas nos corpos, na forma de disposições, como princípios subjetivos de visão.

São categorias cognitivas através das quais os indivíduos vêm e constroem o mundo, como realidade significativa e viva. Tais esquemas de percepção estão de acordo com a ordem objetiva das coisas e nos inclinam a tomar o mundo como dado (BOURDIEU, 1998:18).

A feminilidade é associada como característica inerente ao ser mulher, e à medida em que a mulher manifesta um comportamento agressivo e violento, surpreende, mas como manifestação no espaço policial, fica “aceito”, pois este espaço é reconhecido como espaço masculino, de uma violência possível, é o espaço do guerreiro:

E ..pá!! Usou a ... força!!! tu esqueceu que tu era mulher e saiu no pau... tu e teus colegas, tu já chegou num extremo assim? De ter que sair no pau.

- E os teus colegas não ficaram te olhando com uma cara meio assim: “Opa, eu não esperava isso dela”.

- Choca eles né. Eles não esperam que a gente... eles acham que a gente sei lá vá se esconder, qualquer coisa né. Sair correndo Na verdade dependendo do grupo eu, pelo menos no grupo que eu trabalhei assim, na rua por exemplo né, grupos menores né, não o Pelotão de Choque verdadeiro que eu nunca trabalhei, mas eles sempre disseram né: “que bom né que tu tá reagindo porque se tu não te ligar alguém vem aqui...”.

Então quando a gente toma alguma reação eles ficam.. ah, mas não precisa defender tanto elas que elas sabem se defender.

Percebemos que para as Praças o comportamento violento passa a ser reconhecido como ação possível e legítima dentro do espaço de ação policial, mais precisamente na atividade de rua. Quando suas ações violentas manifestam-se nos vínculos afetivos, principalmente nas relações mãe-filho, tal comportamento passa a ser questionado. E quase sempre é referido pelas mesmas, que este é o momento de afastar-se da atividade de rua e irem para dentro dos quartéis.

A violência como um dispositivo constituidor de mulheres em policiais militares, passa a ser confrontado quando manifesta-se em ações de violência doméstica. Contudo esta confrontação não ganha visibilidade, tampouco produz reflexão no interior do aparelho policial.

A fala a seguir evoca este conteúdo:

Depois eu passei pro turno da noite, numa patrulha só de abordagem, de caminhar. Eu deflinhei, eu sequei. Eu fiquei quatro meses assim, até eu conseguir uma permuta para vir pra Porto Alegre, aí eu trabalhei mesmo como policial, eu trabalhei na rua, trabalhei de noite, nós éramos em quatro, depois passamos pra cinco. Eu vivia na área judiciária, conheci o que que era droga, conheci tudo que era de ruim assim que a gente vê na noite eu conheci ali. Aprendi porque as pessoas com quem eu trabalhava se dispuseram a me ensinar naquele período que eu estive ali né. Inclusive a pessoa que me ensinou a trabalhar morreu há pouco tempo, trabalhava na Inteligência, também já a paisano, e morreu lá em São Leopoldo com um tiro no rosto, há pouco tempo né. Então o que acontecia: eu ia pra lá todo dia, de Terça a Sábado, trabalhava na madrugada, andava por aí só fardada, com arma na cintura né e chegou um momento em casa – eu sempre fui uma pessoa que sempre procurei ser vaidosa, feminina, e eu tava perdendo estas minhas qualidades. Um dia meu filho vinha falar comigo e eu empurrei ele e ele foi parar embaixo da cama. Eu fiz isso, fiz. Gurias, me dói dizer isso pra vocês, me dói por dentro e eu fiz. Eu tava tratando o meu filho como eu tratava o pessoal de rua. Eu tava perdendo a minha identidade sabe. A minha vida tava se tornando a BM, só BM, e eu tava perdendo a minha identidade como mulher, como mãe né, principalmente, e eu, não é por aí. Eu tava falando só em gíria brigadiana né, e eu não tava conseguindo manter um palavreado melhor. Eu sempre tive contato com pessoas de bom nível. Eu sou uma pessoas pobre mas eu sempre tive um bom relacionamento assim de uma forma geral, e eu tava perdendo aquilo ali, eu tava perdendo a minha identidade. Não tava sendo mulher mais, não tava sendo mãe. Eu tava sendo uma brigadiana, dentro e fora de casa, era só isso que eu estava sendo. E quando eu vim pra Porto Alegre, aí eu sai do policiamento e vim trabalhar na área de guarda né, onde eu tô até hoje, eu tô no Presídio Feminino trabalhando, eu procurei tentar resgatar mais essa minha identidade feminina, de mãe né, mesmo porque hoje eu desempenho outra atividade durante o dia, mais selecionado, que isso me faz muito bem sabe. Isso me filtra, na BM,

como a Simone falou, tu vê de tudo e eu trabalho – não quero desmerecer os meus colegas, eu trabalho numa unidade onde tem muito veterano, o pessoal é assim mais desligado, não que nada com nada, bebe muito, fuma, tem muito drogado, tem muitas pessoas que não sabem dar valor a profissão sabe, desvirtuam a profissão ali dentro. Então eu acho assim, isso pra mim é , eu ganhei muito na BM quando eu entrei na BM, porque a primeira vez que eu me esforcei para conseguir alguma coisa, claro, além do vestibular que eu fiz e passei, eu me esforcei muito pra entrar na BM, eu investi pra entrar na BM, e eu superei muita coisa e eu acho isso bacana. Mas me perdi muito né. Quando andava com arma na cintura aí pela rua de madrugada e chegava em casa na Lomba do Pinheiro uma ou duas da manhã com a arma na cintura e quero ver quem é que me parava, isso é ridículo né. Eu sou uma mulher. Eu sou uma PM, eu sou uma Policial Militar mas eu também tenho as minhas limitações. Eu sou frágil, não tenho força física. Posso ser dotada de uma inteligência, posso conduzir uma situação conversando, mas eu não vou pegar mais um cara à unha como eu fazia porque eu não tenho estrutura pra isso né, e reconheço esta minha fragilidade. Acho que eu consegui recuperar, se eu tiver que voltar pro policiamento hoje eu volto né, sem problema nenhum, mas vou procurar não perder a minha identidade como eu disse pra vocês que fazia antes. Mas eu posso dizer que com o afastamento um pouco do policiamento eu recuperei um pouco desta minha identidade de ser mãe, de ser mulher, coisas que tava perdendo, eu tava perdendo muitas vezes né.

Através desta fala percebemos que a socialização se dá por gêneros assim como a somatização da dominação masculina, reforçando e sistematizando a estruturação da experiência de um mundo organizado de acordo com sua divisão originária. A educação exerce uma ação psicossomática que leva à somatização da diferença sexual (BOURDIEU, 1998), da dominação masculina, com a construção corporificada das diferenças sociais entre os sexos. O trabalho de socialização tende a realizar uma somatização progressiva das relações de dominação de gênero por uma dupla operação, pela construção sócio-simbólica da visão do sexo biológico que serve ela própria de fundamento para as visões míticas do mundo. Para Bourdieu (1998) é pela mediação da divisão sexual dos usos legítimos do corpo que a ligação entre falos e logos se estabelece.

3.5 A APROXIMAÇÃO MASCULINO/FEMININO

Neste momento incorporo a leitura recente de Maria Rita Kehl (1996), a qual acredito trazer contribuições. A autora afirma que é quando a diferença é pequena e não quando é acentuada, que o outro se torna alvo de intolerância.

Assim é quando os territórios que deveriam estar bem apartados se tornam próximos demais, quando as insígnias da diferença (KEHL, 1996) começam a se

desfocar , que a intolerância é convocada a reestabelecer uma discriminação, no duplo sentido da palavra, sem a qual as identidades ficariam muito ameaçadas. No caso das pequenas diferenças entre homens e mulheres os mais afetados pela recente interpenetração de territórios - e não só porque isso implica possíveis perdas, como argumentaria um feminismo mais belicoso, e sim porque coloca a própria identidade masculina em questão.

Sabemos que a mulher sente a conquista de atributos “masculinos” como um direito seu, reapropriação (KEHL, 1996) de algo que de fato lhe pertence e há muito lhe foi tomado. Por outro lado, a uma mulher é impossível se roubar a feminilidade: se a feminilidade é a máscara sobre um vazio, todo o atributo fálico virá sempre incrementar essa função. Já para o homem toda feminização é sentida como perda – ou como antiga ameaça que afinal se cumpre.

Ao homem interessa manter a mulher a distância, tentando garantir que este a mais inscrito em seu corpo lhe confira de fato alguma imunidade.

Portanto a aproximação entre as aparências, as ações, os atributos masculinos e femininos são para o homem mais do que angustiantes. E’ de terror e de fascínio que se trata, quando um homem se vê diante da pretensão feminina de ser também homem sem deixar de ser mulher.

Logo que nós chegamos na corporação, a Fulana tinha falado na outra semana... eles não sabiam basicamente o que fazer das mulheres né. Acho que a partir daí a própria mulher começa a bolar alguma coisa tipo... chega num ambiente totalmente machista... não tem idéia do que está te esperando. E com o passar do tempo a gente começa a observar que os homens ficam com um certo receio de que aquelas mulheres que estão ali, naquele grupo que está se formando, vão começar a ocupar o espaço deles, roubar. Ao mesmo tempo... isso aí tudo é uma seqüência. Ao mesmo tempo a mulher começa a ver que todo aquele ambiente, aquele mundinho que o brigadiano criou, não é tão invulnerável, bem pelo contrário. É uma coisa tão fácil de ser manipulada que eles fazem daquilo ali uma... uma... vamos dizer assim – vou dar um exemplo bem utópico né. Eles fazem daquele mundinho deles uma bala de canhão. O cara olha assim... meu Deus, ninguém consegue perfurar aquilo ali, se introduzir lá para dentro. Aí quando a gente tá de fora começa a conhecer aquele mundo, a gente acaba descobrindo que não é tão difícil assim como eles tão querendo propor. Que a coisa é bem mais fácil de ser manipulada, mais fácil de ser trabalhada, pode ser modificada. Coisas que dá impressão assim que eles têm medo de modificar assim né.

A inserção feminina nas polícias são ilustradas pelo fato de que as mulheres, como minorias simbólicas, vem adotando estereótipos masculinos, queixam-se da perda da feminilidade e reclamam de um discurso masculino que as desvaloriza. Por vezes, referem-se à existência de duas mulheres, a “séria” de família e a “outra” que estabelece relacionamentos dentro da instituição que desvaloriza o grupo feminino como um todo. Há praticamente três categorias onde elas colocam a “identidade” feminina: a mulher séria, de família, a prostituta, ou a que se masculinizou. Assim o ingresso feminino na polícia se dá com territórios bem demarcados, em um princípio que tentou separar homens e mulheres por atividades, quando as estruturas se “integram” em praticamente todas as atividades, a percepção segue polarizada, firmada em identidades rígidas, estabelecidas em uma relação de poder que rechaça a mulher na instituição. Este conteúdo é evocado na fala a seguir:

“ aqui é assim ó, ou tu é a puta, machorra, ou a bibelô, é triste !”

Essa observação que revela o rechaço e o menosprezo, a identificação de mulher-objeto, revela sobretudo que o espaço policial, é um meio hostil que não reconhece a mulher como profissional e não dá respaldo para a realização de suas tarefas. A mulher fica colocada em um lugar “marginalizado” ...“eles trabalham sempre naquela coisa né de “fica atrás que a gente cuida. Não vai te mete, não vai na frente”, essa coisa assim. Então eles já têm a gente como bibelô né! Desta forma percebemos que o lugar reservado às mulheres é o da desqualificação, o qual também encontra expressão na designação de trabalhos mais delicados, finos, onde são tratadas como “bibelôs”. Entendemos que o ser “bibelô” aparece como uma discriminação “inversa”, mostrando assim o amplo recurso para discriminação da mulher, onde o paternalismo também torna-se um comportamento usual.

Fernández (1994) diz que estas opiniões também são características do ingresso feminino de mulheres na Polícia da Catalunha, e há presença desta questão em pelo menos 66 trabalhos sobre mulheres policiais nos EUA.

Quando as mulheres chegaram à instituição uma das maiores mobilizações foi de ordem sexual, havia um controle no intuito de impedir os envolvimento afetivos da

mais diversas formas, há relatos de cumprimentos de penas de prisão dados a supostos envolvimentos.

Quando aconteceu o primeiro casamento de Soldado com Soldado, fizeram uma festa. Eles ganharam tudo... foi ou não foi gurias?

O casamento saiu até no Fantástico. E aí, quando uma Soldado botou o convite do casamento com um Oficial, elas consumiram o convite em dois minutos. Foi pro quadro o convite. Fulano o Roberto vai casar. Fulano o Roberto vai casar, o convite ta... péimmm, o convite tinha sumido e elas tavam com o convite camuflado por que na época nós tínhamos um Capitão que comandava na Companhia e aí quando o Capitão chegou para trabalhar elas todas se trancaram na sala do homem: “nós temos um problema...” Aí ele olhou assim e disse: “Bah!! o que aconteceu?”, Nós temos um problema por que as mulheres esbaforidas né... “Qual é o problema?” Uma Soldado vai casar com um Tenente.

E agora que nós vamos fazer? “O que que vocês vão fazer? Vocês peguem a viatura, vão no centro e escolham um presente bem bonito e mandem para ela... mandem entregar em nome da Companhia Feminina.” Elas quase arrancaram os cabelo da cabeça – Ahhh!!!!. Mas que... era uma coisa óbvia, onde tem homem e mulher, até por que elas eram só cinco Oficiais, nós éramos mais, então era natural que alguém um dia ia achar alguém mais bonitinho, e coração não vê estrela, não vê divisa nem nada, palhaçada isso, só que no início era muito complicado. Nós temos colegas nossos que casaram com Oficiais que saíram da BM...e...não é nem uma, nem duas, nem três. Nós temos umas quantas... que...a convivência foi insuportável.

Hoje se identifica flexibilização nas normas para o exercício de um controle estrito sobre as possíveis relações entre os sexos, porém percebe-se que ainda quando do controle sistemático, este não foi impeditivo, para que se iniciassem vínculos estreitos entre policiais femininos e policiais masculinos.

4 AS METAMORFOSES DA SUBJETIVIDADE PELO TRABALHO POLICIAL

Através deste estudo ganha ampla visibilidade que a relação no interior do aparelho policial está fundada na relação- estabelecidos – outsiders (ELIAS, 2000), com fontes na hierarquia dos círculos de convivência, na antigüidade, gênero e cor. Existem grupos na instituição que se compõem de determinadas características que asseguram para si mesmos certas fontes de superioridade em termos de poder e status nesta relação; vêem na mulher a anomia, o estranho, as outsiders. As mulheres são vistas como uma possível ameaça ao monopólio masculino do poder, sofrendo um processo de sujeição permanente. Segundo as Praças, o rechaço à presença feminina toma a mulher como a desonra grupal. Percebemos que existem uma multiplicidade de relações construídas no vínculo estabelecidos-outsidere e que esta composição tem mobilidade. Quando a discussão no grupo é pautada pela relação com comunidade, com direitos humanos, e se a “instituição” sente-se agredida no que a mais caracteriza, no seu poder seletivo e no domínio do exercício da violência seja ele legítimo ou não, há uma nova configuração nesta relação de estabelecidos-outsidere. Talvez seja neste único momento que homens e mulheres integrem o “establishment”, é neste momento que as mulheres policiais passam a integrar o grupo dos estabelecidos/homens, agora, finalmente, fazem parte do establishment. Pertencem ao mesmo grupo quando são colocados em prática os ensinamentos da JIM, é quando

... a construção inicial da polícia contra a polis e de uma polícia- sem -polis, se efetiva: É a polícia contra a polis, a identidade do guerreiro, a mentalidade de enfrentar o inimigo. É a conclusão do ciclo no qual efetiva-se a relação com a comunidade enquanto uma missão identitária “defender-salvar-servir-protetger” enfrentando o inimigo. O sentimento que experimentaram na JIM,

onde sentiram o que não é ter quem os defenda da arbitrariedade dos seus superiores hierárquicos, será imposto à comunidade (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001:14-15).

A evocação deste conteúdo ganha visibilidade em algumas falas quando o “Caso da Soldado Carina” foi discutido pelas policiais.

Para entender o caso:

Dia 22 de dezembro de 2001 – a PM Carina Rodrigues Macedo, 28 anos, do 11º BPM, é baleada na cabeça durante assalto a ônibus na Avenida Cristiano Fischer, em Porto Alegre. Conduzida ao Hospital da PUCRS, ela morre na manhã do dia seguinte.

Dia 23 de dezembro de 2001 – Os irmãos Edson Pinheiro Gonçalves, 15 anos, e Jeferson Pinheiro da Silva, 18, são espancados e executados por quatro homens no pátio de casa, na Vila Divinéia. As mortes coincidem com uma megaoperação do 11º BPM na vila. O pai dos jovens mortos, o estivador Alberto Gonçalves, diz que um dos matadores usava roupa com o emblema da BM. Os jovens eram os principais suspeitos da morte da PM.

26 de dezembro de 2001- O Secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol, diz que PMs participaram da execução e exige que o Comandante- Geral da BM, Coronel Gerson Nunes Pereira, identifique os culpados. Dois inquéritos – um civil e um militar – são instaurados para apurar o caso.

27 de março de 2002 –O Coronel Pereira encaminha à Justiça Militar o inquérito que indicia 35 PMs, inclusive quatro Oficiais e o comandante do 11º BPM, por participação na morte dos irmãos.

13 de agosto de 2002 – A Polícia Civil indicia 69 PMs, entre eles dois Tenentes-Coronéis, três Majores, cinco Capitães e um Tenente.

Depois deste episódio, foi aberto um Inquérito Policial Militar :

Em uma sessão que durou cinco horas, 13 brigadianos foram reconhecidos – entre eles um Tenente –Coronel, um Major e dois Capitães – por oito testemunhas como participantes da operação que resultou na morte dos irmãos de 15 e 18 anos, na Vila Divinéia. O Inquérito Policial Militar (IPM) deverá ser concluído até sexta-feira e seu envio à Justiça Militar depende do parecer final, a ser dado pelo Comandante –Geral da BM. O duplo homicídio poderá ser julgado pelo Tribunal do Júri da Justiça comum, se houver entendimento de que não se trata de crime militar. A Chefia da Polícia Civil conduz outro inquérito sobre as três mortes. Os PMs suspeitos deverão ser chamados para depor na próxima semana. Ao final do trabalho de ontem o Coronel, presidente do Inquérito Policial Militar, afirmou estar convencido de que os PMs participaram da morte dos irmãos, horas depois da Soldado Carina ser baleada na nuca. As testemunhas apontaram os suspeitos com convicção. “Agora, vamos comparar as informações, com depoimentos que colhemos, esperar o resultado de algumas perícias e fazer o relatório. Há possibilidade de indiciar PMs ”- adiantou o Coronel. O Coronel aguardava

para ontem as conclusões dos testes de balística em 16 armas. Uma inspeção anterior, feita com 130 armas, apresentou resultado negativo. Ou seja, nenhuma delas foi usada para matar os adolescentes. O coronel se mostrou satisfeito como resultado da sessão de reconhecimento de ontem, pois na primeira, em 27 de dezembro, ninguém havia sido apontado pelas testemunhas. Levados em microônibus, 49 PMs de Porto Alegre – do 11º Batalhão de Polícia Militar, do Destacamento Especial Partenon e do Comando de Policiamento da capital – foram até a sede da Corregedoria-Geral para se submeter ao reconhecimento. Eles foram misturados a outros 13, totalizando 62 homens. Divididos em grupos de 10, foram colocados lado a lado numa sala e identificados por placas com números na parede, sobre a cabeça. Os reconhecimentos foram acompanhados por representantes do Ministério Público, da Polícia Civil e da Associação Antônio Mendes Filho dos Cabos e Soldados (Abamf) e por advogados. O Promotor, da Sub-Procuradoria para Assuntos Institucionais do MP, confirmou que houve reconhecimento e lembrou das dificuldades de descobrir a identidade dos justiceiros por se tratar de uma operação, classificada por ele “premeditada para encobrir os matadores”: Houve intimidação para as pessoas não saírem das casas. Tiveram de olhar pelas frestas. Foi um ação muito bem pensada para proteger quem atirou – afirmou o promotor (COSTA, 2002:42).

O Caso Soldado Carina seguiu com desdobramentos e ocupando espaço na mídia. Quando saiu o indiciamento de policiais envolvidos no caso, encontrávamo-nos na pesquisa de campo com as Praças, por estes dias tivemos um encontro com o grupo focal e o tópico da discussão acompanhou a seguinte matéria no jornal:

A Polícia Civil indiciou 69 policiais militares por envolvimento na execução de dois irmãos suspeitos de matar, no ano passado, a PM Carina Rodrigues Macedo. No inquérito consta a informação de que um Major deu a ordem a um Capitão, ambos do 11º Batalhão de Polícia Militar, para que a dupla fosse executada. O Comandante-Geral da Brigada Coronel Gerson Nunes Pereira, disse ontem que se houver provas que confirmam a ordem de execução, os responsáveis serão afastados das funções. Se a investigação da PC apontou quem foi a pessoa que deu a ordem para atirar, temos de afastar essa pessoa, até para que sirva de exemplo a todos os brigadianos. As pessoas que deram a ordem e que a executaram serão afastadas, se isso estiver comprovado. Mas preciso conhecer a investigação, ler o relatório antes de decidir – afirmou o Comandante – Geral. Os PMs, lotados em pelo menos sete unidades de Porto Alegre, foram indiciados por crimes como homicídio qualificado por motivo torpe (vingança), abuso de autoridade, formação de quadrilha, falsidade ideológica, falso testemunho e tortura. O Comandante do 11º BPM, Tenente-Coronel Edson Ferreira Alves, foi enquadrado por falsidade ideológica e o Comandante do Destacamento Especial do Partenon, Tenente-Coronel Nelson Sebaes da Rocha, por tortura. Durante sete meses, cinco agentes da Assessoria Especial da Chefia de Polícia trabalharam na investigação que reúne 2,7 mil páginas em 11 volumes que devem ser remetidos hoje à Justiça. Conforme testemunhas, a frase que determinou a execução dos irmãos de 15 e 18 anos, teria partido do Major Arlindo Filadelfo Alves de Araújo Rego: “Limpem a área para a execução. Quem quiser ficar que fique – teria dito o Major ao Capitão Rogério Araújo de Souza. Segundo a investigação, além dos dois Oficiais, outros 18 PMs permaneceram no pátio da casa dos irmãos, na Vila Divinéia, enquanto a dupla era baleada. O CIOSP não registrou movimentação nem diálogo de policiais durante a caçada. As 120 páginas do relatório final indicam que mais de cem PMs participaram da ação. Conforme um dos policiais civis que trabalharam na investigação, os PMs usavam pistolas 380 (que não é a arma

funcional da BM que nunca apareceram para serem periciadas). – Nenhum dos indiciados admitiu a execução e todos sustentaram que os irmãos foram mortos em confronto entre famílias rivais da região – diz. Para identificar os suspeitos, um grupo de 32 PMs teria agredido e torturado quatro jovens em um bar. Durante a apuração da PC, PMs não envolvidos diretamente na operação acabaram enquadrados em falsidade ideológica – por fazer desaparecer documentos – ou falso testemunho. Conforme o Chefe de polícia, José Antônio Araújo, um exemplo das dificuldades encontradas no trabalho é o que ocorreu no Centro Integrado de Operações da Segurança Pública (CIOSP). O órgão cuja uma das funções é monitorar a movimentação de viaturas e gravar telefonemas e conversas por rádio entre veículos policiais, não registrou nada durante as horas em que os irmãos eram caçados. O resultado de indiciados por homicídio qualificado, abuso de autoridade, formação de quadrilha, falsidade ideológica, falso testemunho e tortura :Tenente-coronel: 2, Major: 3 ;Capitão: 5; Tenente: 1; Sargento: 6; Cabo: 8; Soldado :44 (IRION, 2002:36).

É visível no grupo, através de algumas falas, a indignação com o indiciamento dos policiais envolvidos no caso. Observamos que a identidade policial-guerreiro precede a legalidade. A tortura da “JIM” desconstrutora da identidade e da autoridade simbólica, inscreveu no corpo da aprendiz a lei para a qual não há apelação. A identidade policial-guerreiro nasce no processo de mortificação do eu, instaurando o espírito de corpo e a apropriação do uso excessivo da força.

As falas seguintes sugerem que é neste momento que mulheres e homens ocupam o mesmo lugar na instituição. A discussão até então centrada na discriminação sofrida no interior da instituição desaparece, e o “bem-estar” da instituição fica acima das necessidades do sujeito. Agora, homens e mulheres fazem parte do establishment.

Cada uma de nós aqui, quando se envolve numa ocorrência sabe a reação que vai ter na hora que o colega for ferido ou na hora que o colega for morto. Então agente não pode agora dizer assim: eu faria, eu não faria. A hora e o momento é que vai dizer qual vai ser a reação. Aí o que que aconteceu? Volta os direitos humanos. Tudo bem eu acho que tem que ter aquele movimento político entre aspas né, pra saber, o que que foi, aquela coisa toda. Os caras tiveram a capacidade – bah gente, assim ó, eu cheguei no quartel tinha dois micros cheio de brigadiano, dez horas da manhã os guri dormindo pendurado. Eles pegaram acho que dois turnos de serviço ali, jogaram dentro do micro ali, e os caras era duas horas da tarde os caras ainda tavam dormindo dentro do micro, pra ficar...

- Esperando.

- Eles tem que achar... agora eles tem que achar um criminoso.

A policial segue comentando o caso Carina e alude ao fato, conforme publicado na matéria do dia 13/03/2002, dos PMs terem permanecido muito tempo, em um microônibus :

- Esse é o nosso pensamento tá entendendo. Agora tu olha a situação dos direitos humanos. Cadê os direitos humanos que não foi vê isso? Eles passaram sei lá quantas horas e tavam ali, certo, à disposição sei lá eu. Eu nem sei como é que esses caras foram chamados pra li.

Na morte desta policial, a instituição foi atacada, as diferenças nesta hora ficam de lado, neste momento todos asseguram para si a mesma fonte de superioridade. As mulheres que até então eram obliteradas pelo machismo, nas mais diversas formas de discriminação, passam a constituir o establishment, agora o exercício da cidadania fica obliterado, os dois irmãos executados pela BM, são os *suspeitos*, os *outsiders*, não são mais elas que se encontram nesta posição.

Ganha visibilidade em algumas falas destas mulheres o sentimento de inclusão no grupo, agora é o “outro” que está excluído das chances de poder e de status. Até então homens e mulheres se mantinham excluídos nas mais complexas questões que ficavam atribuídas, específicas a universo masculino ou feminino.

Uma Policial diz que:

- Dois crimes. Um crime que chamou pra outro...
- Os cara que mataram esses vagabundo têm que ser promovido.
- Se eu sou Comandante da BM, eu tento descobrir pra promover esses dois.

O modelo da relação estabelecidos-outsiders ganha outra visibilidade, sua fonte não é o gênero, não é a hierarquia dos círculos e sim a vivência em uma instituição na qual o monopólio estatal da violência é legítimo e demonstra o sentimento de autorização para o uso excessivo e ilegítimo da força .

A gente, por exemplo, acha que menor tem que ter alças né, pra pegar o menor, ou qualquer outra pessoa, e carregar pelas alças. Porque o que ele disser é lei, e o que se tu fala tu é desmoralizada e tu não tem... qualquer motivo pra responder tu até perde o teu emprego aí pra uma pessoa que...não vale o que come.

Um marginal aí, traficante, bandido, assassino aí, é ferido por um policial alguma coisa, sai nas manchete dos jornal, aí é os direitos humanos protegendo a família, ajudando a família né. Quando um colega é ferido em serviço, ou até hoje não tem notícia de alguma família que os direitos humanos foi lá pra procurar, pra prestar algum auxílio, alguma coisa. Então e gente sente isso aí que, pra nós, direitos humanos é pros vagabundo mesmo, pros marginal.

O sentimento de pertença ganha visibilidade: era uma mulher Soldado pertencente ao grupo. Surge idéia de que mataram uma mulher Soldado que era deles. Neste momento, é a BM quem detém o símbolo de superioridade social, a ação da execução dos suspeitos ganha justificativas e marca o território, ratificando o que mais a identifica, a define enquanto poder de polícia, o poder seletivo:

Porque queira ou não queira, embora a gente seja policial, a gente tem o nosso instinto. E a gente convive, imagina, a gente convive quase como uma família. É mais tempo com os colegas muitas vezes do que com a família da gente. A gente pega aquela amizade aquela afeição pelas pessoa e de repente tu vê uma criatura que tu nunca viu na tua vida, não sabe nem de onde saiu, sabe que é marginal, sabe que não fez nada que preste na vida pra tá ali e tira a vida do teu colega, uma pessoa que não prejudica ninguém, que não incomoda ninguém, que tá ali fazendo o serviço dele pra ajudar outras pessoas e de repente é executado daquela maneira eu acho que eu agiria mais com o coração do que com a razão...e foi o que aconteceu né.

... tem um outro lado assim gurias que eu vejo, além desse sentimental, além do que foi falado aqui, eu concordo com vocês, que tipo assim ó, o tá exposto hoje é que qualquer um chega e mata um brigada, e não acontece nada.

Em um dado momento, alguma delas buscam estabelecer uma relação de superioridade, como se tivesse faltado astúcia para eles; a fala seguinte evoca a tomada de decisões “masculina” para a execução dos dois suspeitos:

A única coisa que eu não concordo com eles e podem pensar o que quiserem, foi deles terem agido do jeito que agiram. Podia até ter reunido o pessoal que reuniram, fosse, cinqüenta, setenta, oitenta, seja lá quantos foram...mas foram primários. Foram primários porque foram fardados. Digo isso repito, tinham que ir a paisanos. Tem dentro da unidade, nós temos dentro de cada unidade – o pessoal sabe, quem trabalha na segunda seção, que é justamente, entre aspas, né não especificamente pra isso, mas que tinham ido buscar esses bandidos aí, porque considero eles bandidos, já partiram dessa pra outra, mas não deixam de ser bandido

Direitos humanos é o direito dos humanos. A questão é que hoje os direitos humanos serve pra qualquer meliante.

Se acontecer alguma coisa com qualquer servidor, se ele é da Civil, BM, SUSEPE, independente do policial, a família dele não vai ser atendida por direitos humanos. É só a gente pegar o jornal e vê aí na imprensa, não tem. Nem sabem aonde que mora a criatura. Mas se for um qualquer um aí, um menor de dezessete anos, com um metro e oitenta, Deus o livre, sai todo mundo correndo atrás, direitos humanos, e vamos colocar ele lá na instituição pra ele se recuperar, que a gente sabe que é mentira, que é lorota.

Porque se tu pegar a ficha deles... foi exposto na RBS pra todo mundo vê, os direitos humanos no dia da missa da Carina e no dia da missa deles. Pergunta se na missa de 7º dia da Carina tinha os direito humanos lá do lado do pai e da mãe da Carina, chorando pela filha que não tinha feito nada, que não tinha nem reagido que simplesmente porque eles viram uma algema

dentro da bolsa dela deduziram que ela era militar e executaram ela. Porque mandaram ela deitar no chão e atiraram na cabeça dela – foi execução, e simplesmente na missa de sétimo dia dos beleza os direitos humanos tavam lá defendendo.

As falas anteriores evocam conteúdos em que as práticas do ofício de polícia estão marcadas por uma violência real, definida pela relação de negação entre militaridade e a civilidade, havendo, assim, na sobredeterminação militar, a produção de uma outra dimensão no trabalho policial, que é o exercício da violência física ilegítima enquanto prática social, ilustrado pelo excesso de poder. Assim a autoridade policial militar se faz pelo uso da violência real. Não havendo a autoridade simbólica; o acesso ao objeto, à identidade, dá-se pela violação e apreensão.

A afirmação de uma policial ao questionamento se não houve um crime, quanto a execução dos suspeitos e diz ...“um crime puxa o outro ”. Esta fala evidencia que, no limite, a institucionalidade policial-militar guarda na sua matriz cultural, quanto à forma de acesso ao objeto, à sua identidade, à violação de direitos humanos, exercendo-se no limite da norma social.

Nestes relatos percebe-se que neste momento outras fontes passam a definir a relação estabelecidos-outsiders: sustentam-se na falta da ordem simbólica para o acesso ao objeto, ganha visibilidade que o acesso dá-se pela violência. Contudo é o poder seletivo, enquanto poder de definição da polícia, que coloca neste momento homens e mulheres como estabelecidos. Em nossa sociedade determinadas características comuns são causas do aprisionamento da pessoa, muito mais do que a conduta desta. Elas fazem parte do estereótipo, sem estereótipo não há intervenção do sistema penal. E o estereótipo define a vulnerabilidade – outsiders.

Com esta visibilidade, poderíamos dizer que, no limite, a institucionalidade policial-militar guarda uma matriz cultural semelhante a “quem destina-se o seu trabalho”, para aqueles em que as estruturas não são simbólicas e necessitam de estruturas reais. O que diferencia é que a polícia, enquanto uma das agências do sistema penal, em suas relações de complementaridade, é quem vem a decidir quem no social é delinqüente, pois através de seu poder de seletividade (ZAFFARONI, 1990) dá o start ao trajeto da culpabilidade pela vulnerabilidade. Percebemos que , neste caso da Soldado

Carina, é a vulnerabilidade e o poder seletivo da polícia, fontes da dinâmica entre estabelecidos-outsiders.

4.1 SUBJETIVIDADE E TRABALHO POLICIAL

A desestruturação que o mundo do trabalho vem sofrendo não pode ser reduzida somente às perdas econômicas, pois produz uma série de transformações na construção dos sujeitos. Acreditando que estas mutações no mundo do trabalho também trazem mudanças às formas de subjetividade, buscamos compreender o aparelho policial enquanto instrumento de coerção estatal detentor do uso legítimo da força, como um dispositivo estratégico na subjetivação de mulheres, Praças Policiais-Militares, para o desempenho do ofício de polícia.

Como um instrumento da modernidade, o aparelho policial militar é representativo e emblemático da coerção estatal, trazendo consigo a burocracia e a racionalidade instrumental características do modo de produção capitalístico, funcionando como um modelizador da subjetivação, onde a cultura do aparelho, enquanto dispositivo estratégico de um discurso dominante, ocupa-se da sujeição subjetiva das próprias pessoas que o compõem, no intuito de prepará-las para o desempenho do ofício de polícia.

A desumanização dos objetos e a perspectiva de que estes não merecem nenhuma reivindicação à subjetividade, à mortificação do eu, iniciados na *JIM*, na vivência de imersão com as alunas, no treinamento baseado em técnicas de sobrevivência, retrata de forma explícita a cisão cultural civil-militar da instituição policial, e o encontro com a sobre-determinação militar, constituindo o processo de policização.

Observa-se que este rito de militarização não funciona como uma passagem para a vida militar, uma vez que o ofício policial não está definido para ações militares. Contribui para dar visibilidade ao conflito permanente originário desta cisão cultural nas práticas cotidianas do ofício de polícia, marcados pelo militarismo e pelo aspecto civil. Portanto, não constitui um marco divisório de pertença ao espírito policial, afinal ela não é um exercício próprio da polícia (TAVARES DOS SANTOS, 1997), mas está

presente na constituição de homens e destas mulheres em policiais militares e nas suas práticas diárias.

4.2 A SUBJETIVIDADE COMO PROCESSO

Como a subjetividade é um processo de formação e dissolução de figuras, uma série de forças e vetores incidem nos meios que habitam a subjetividade, produzindo uma configuração de forças as quais provocam uma reação a um modo de existência. Este é um processo contínuo de formação e diluição, o que faz da subjetividade um sempre outro. A experiência da desestabilização é reiteradamente repetida ao longo de nossa existência. E a experiência criadora tem a ver com a forma como vamos lidar com o mal-estar provocado pela desestabilização originando em modos singulares de ser. Os dispositivos disciplinares que ilustram a relação interna do aparelho policial militar apontam um processo de formatação a um modelo hegemônico e uma impossibilidade de ruptura com este modelo.

O modo burocrático-disciplinar presente na organização do trabalho policial aponta para um espaço hegemônico, como uma tecnologia da produção social, fundamental para a compreensão da constituição destas mulheres em policiais.

Desenvolve-se uma estreita relação entre a organização do trabalho policial, de caráter militar, e a construção do gênero no processo de subjetivação, nas práticas cotidianas do ofício de polícia.

Dando visibilidade que disciplina, não deve ser compreendida somente como restrição, como interdição, mas sim como um processo no qual estas mulheres são constituídas em policiais, numa perspectiva de aumento máximo da produtividade. O objetivo da disciplina é subordinar o pensamento e a ação, a praticidade da economia e da eficiência, consistindo em técnicas de individualização do poder, de vigilância, de controle da conduta, do comportamento e das atitudes, sendo possível multiplicar as capacidades e colocar cada indivíduo no lugar onde ele será mais útil.

A reprodução da ordem não se confina simplesmente aos aparelhos coercitivos do Estado ou às ideologias oficiais, mas se inscreve em níveis mais profundos para

atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas. Ela é neste sentido, dupla e se instaura objetiva e subjetivamente, pois toda a ideologia compõe um conjunto de valores, mas também consiste numa forma de conhecimento.

A figura moderna da subjetividade tem como crença a estabilidade e sua referência identitária, a reivindicação à identidade é uma compreensão binária de uma sociedade polarizada bem/mal, homem/mulher. Os referenciais identitários constroem-se em uma relação de exclusão e inclusão na busca de uma unidade. O que há é uma fantasia de “breçar” o mal-estar provocado pela desestabilização das forças, como forma de neutralizar a tensão.

... identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. Trabalhar com conceitos de referência, de uma forma ou de outra, desemboca nos processos de identificação.(GUATTARI, 1986:68).

Hoje, acontecem nas subjetividades dois processos que correspondem a destinos opostos dessa insistência na referência identitária em meio ao terremoto que transforma irreversivelmente a paisagem subjetiva: o enrijecimento de identidades locais e a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade. Num pólo, as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais, etc. Ser viciado em identidades nessas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos desse tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; mas, no plano da subjetividade, trata-se aqui de um falso problema. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio nihilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos. Recolocado o problema nesses termos, reivindicar identidade pode ter o sentido conservador de resistência a embarcar em tais processos (ROLNIK, 1997:23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho de pesquisa observamos que no Brasil, é muito recente o debate sobre as reformas policiais, concepções de segurança pública e a inserção feminina na polícia. Este debate por muito tempo esteve a margem das discussões no mundo acadêmico, na sociedade civil e nos gestores de segurança. É na década de 90 com a crise da segurança, que estes espaços passam a dar relevância a este debate.

Fazer um breve resumo sobre a presença de mulheres em outras polícias do mundo, permitiu-nos situar o quadro em que se movem as mulheres nas polícias, principalmente para uma análise reflexiva acerca das semelhanças dos processos de inserção da mulher na polícia. Sobretudo, percebemos, a ausência em problematizar as questões que envolvem o desenvolvimento da mulher no ofício de polícia, em pesquisas com metodologia qualitativa e com análise do aparelho policial como uma tecnologia da produção social na constituição de mulheres em policiais.

A entrada das mulheres na polícia coincide com um momento de crise da própria instituição policial que, por sua vez, reflete uma crise mais ampla do próprio modo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas, onde ao invés da força física são valorizados a inteligência, a capacidade de resolver conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Uma das explicações para justificar o ingresso das mulheres nas polícias é que tais atributos aparecem associados a condição feminina.

Contudo, o processo de constituição de mulheres em policiais militares leva-nos a reconhecer que as transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo não pode ser reduzida somente às perdas econômicas, pois produz uma série de transformações na construção dos sujeitos. Assim como reconhecermos o papel da instituição policial militar na constituição de mulheres em policiais, leva-nos a perceber a crise nas concepções de segurança pública e práticas sociais, levando-nos a refletir sobre que pilares construiremos a noção de segurança cidadã.

As concepções de segurança pública e de atividade policial sugerem que as mulheres parecem estar se beneficiando da lógica institucional, uma vez que ingressam na organização através de habilidades construídas no seu processo de socialização, na família, escola e nos mais diversos grupos e instituições. Passam a atender ao novo perfil do policial. Contudo, estas “novas” concepções identificam tais habilidades como habilidades “naturais” nas mulheres. E esta visão está determinando o espaço que as mulheres têm reconhecido na instituição policial-militar.

No processo de inserção de mulheres no aparelho policial, ao assumir novos postos na hierarquia dos círculos de convivência, percebemos que o gênero dos sujeitos trabalhadores é fonte de status e poder, implicando no modo de inserção e posicionamento nos postos de trabalho, o que vai definindo o processo de exclusão-dominação no aparelho policial. Desta forma, observa-se que mesmo na inclusão é evidente a permanência de modos de exclusão-dominação, posto que suas habilidades se colocam como naturais, pois são vistas simplesmente como um modo “natural” de ser mulher.

O processo de exclusão – dominação é uma variável que atravessa os estudos qualitativos aqui apresentados, os quais apontaram que as mulheres, beneficiando-se da lógica do capital, chegaram às instituições policiais, no momento de mutações, precarização, globalização e no processo de feminização do mundo do trabalho. Encontraram no interior do aparelho policial militar, uma estrutura de mando vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação, determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de convivências, de Oficiais e Praças.

A idéia de trabalho de Policial Militar como trabalho de homens, construída no imaginário social, incrementa as crenças do ser mulher. Então, para se adequarem ao rigor do “ser policial”, estas mulheres suportaram a longa e árdua aprendizagem de constituírem-se em policiais, em uma espécie de sacrifício físico. Encontrando na suportabilidade a garantia de tornaram-se “donas de si”, de apropriarem-se de seus destinos. Ainda que esta “propriedade” fosse limitada, principalmente quanto à autonomia no ambiente de trabalho e levadas à exacerbada submissão ao autoritarismo próprio da instituição. O desejo de tornarem-se donas de seus destinos, buscando estabilidade no mundo do trabalho, o qual se encontrava em franca precarização, aconteceu em um momento de transformações no ofício de polícia, pois as “novas” concepções de segurança pública mostravam-se orientadas para os cuidados, prevenções, e mais burocratizadas, encontrando nas mulheres condições necessárias a esta implementação.

Nesta perspectiva, há uma associação entre a profissionalização do trabalho policial e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar, na idéia de uma polícia menos voltada para o uso da força, voltada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho.

Ao chegarem na Brigada Militar, as mulheres encontraram os homens “estabelecidos”, reconhecidos como veteranos, representantes da tradição do militarismo e das atividades do Policiamento Ostensivo, a qual é identificada pelo uso da força: as mulheres recém chegadas são as “outsiders”, novatas que tem dificuldades naturais em desempenhar certas virtudes necessárias à profissão, inerentes aos homens, em especial a atividade de Policiamento Ostensivo: coragem, força física e a “imposição de respeito”.

A convivência e as relações estabelecidas no interior do aparelho policial pressupõe que o poder das estruturas não vale para um sujeito senão em sua expressão encarnada, que vale somente por sua presença real, para homens e mulheres. Neste entendimento, as condutas do sujeitos se tornam simbólicas. Condutas simbólicas de uma falta, de uma falta essencial, a falta de acesso ao objeto que conta, que comanda, a falta do encontro com o que sua auto-referência diz que ela é. Este funcionamento da

institucionalidade cultural da Polícia Militar, provocado pela cisão institucional, define, e evoca as práticas arbitrárias do ofício de polícia.

Assim a violência presente na institucionalidade cultural da polícia militar, coloca-se como um dispositivo estratégico constituído de homens e mulheres em policiais .

Instaurar o medo, inibir ,cercear o outro são meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos .Então, é sob os círculos que se estabelece o protótipo de sistema disciplinar, objetivando os comportamentos condicionados, enfatizando um compromisso com o bem-estar maior da corporação e um bem-estar menor do sujeito.

A sobredeterminação militar, e o fato de ser uma instituição secularmente masculina faz com que os homens sejam o paradigma de emancipação e qualificação do desempenho profissional. A identidade feminina policial e a feminização da profissão policial ganham visibilidade na inserção em subgrupos de trabalho, ou mesmo subtrabalhos dentro da instituição, dado o domínio masculino deste ofício, rechaçando de diversas formas a presença da mulher. O esforço que a mulher policial tem que realizar para conseguir sua integração é marcado pelo desejo de tornar-se “dona de si”, prover o sustento da casa, obter independência, e na perspectiva de assegurar estabilidade para a família. Assim este ofício, encontra a ética do trabalho subordinada a ética do provedor. É a ética do provedor que leva a aceitação da disciplina do trabalho. A carreira de Praças na Polícia Militar, aparece como forma destas mulheres, de poucas condições financeiras, alcançarem a dignidade pessoal, era o que de melhor o mundo do trabalho lhes oferecia.

A reivindicação de uma identidade feminina, ou a uma “outra” identidade, associada ao sentimento de dissolução da identidade feminina, quando da unificação dos quadros masculino e feminino, constitui, um nível da subjetividade: o nível de territorialização subjetiva, como um meio de auto-identificação num grupo que conjuga seus modos de subjetivação nas relações de segmentariedade social. Percebemos que na reivindicação do reconhecimento de sua identidade, há processos de singularização que são capturados por circunscrições, por relações de forças que lhes dão essa figura de identidade. A reivindicação identitária na força do trabalho evidencia o binarismo

revelando a idéia de oposição de forças entre masculino e feminino, como um instrumental nas lutas pelo poder.

O sistema seletivo o qual determina aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural ,na instituição policial militar tem entre tantas fontes ,o gênero como instrumento de poder. Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de “subversão”, o que poderia implicar um confronto permanente com a ortodoxia. Entretanto é visível que as tentativas de estratégias subversivas destas mulheres, sobretudo Praças, na medida que aumenta o número de fontes que as colocam em uma posição de desvantagem, o burlar as normas, diminuem.

Observamos que estas ações se desenvolvem sem que se contestem fundamentalmente os princípios que regem a estruturação do campo (BOURDIEU, 1989); na medida em que agem em função da maximização dos lucros, o dinamismo do campo funciona necessariamente no sentido da recuperação. A estratégia herética funciona, como reforço da ordem do campo em questão; pode-se assim, compreender melhor uma afirmação do tipo: *a ortodoxia tem necessidade da heresia porque sua oposição implica o reconhecimento dos interesses que estão em jogo*. Na verdade, ortodoxia e heterodoxia, embora antagônicas, participam dos mesmos pressupostos que ordenam o funcionamento do campo. Desempenham uma função de manutenção da ordem do campo social em que se manifestam. Dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários, cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão.

Mas sobretudo as estratégias subversivas, o burlar as normas e regras poderiam ser modos de resistência, tentativas de não se deixarem capturar por circunscrições, ou seja, um modo de apropriar-se da subjetividade tal como as recebem, produzindo modos singulares.

Contudo o regime disciplinar , as sanções impostas aos não cumprimentos de comportamentos esperados, mostram que neste espaço de trabalho não há uma relação de criação e de um processo de singularização, pois no constituir-se mulheres policiais elas se apropriam dos componentes de subjetivação da própria instituição. Para estas

mulheres o processo de constituição em policial, é iniciado na “JIM” e tal constituição efetiva-se na “RUA”, pois é quando os ensinamentos da Jim são colocados em prática.

Evidenciando que na constituição de mulheres em policiais militares há um processo de formatação, a um modelo hegemônico e não há uma ruptura com este modelo. O que identificamos como um processo de *policização*. Assim, é na rua, quando se confrontam com as ações legais e ilegais, onde o trabalho desenvolve-se no “estado de liminaridade”; onde servir a noite ou de dia, ganha diferentes visibilidades, desde o controle sustentado pela hierarquia ao controle da comunidade, é na rua, preferencialmente a noite, que coloca-se em prática o currículo do militarismo, o currículo “oculto”, o qual desenvolveu a supressão dos direitos individuais, a mentalidade do inimigo associados à volatilização do estranho, onde todos passam a ser suspeitos e o exercício do poder de polícia é associado ao uso excessivo de poder.

Assim, neste sentido, não podemos falar de “processo de singularização” no interior do aparelho policial, da forma como Guattari e Rolnik, utilizam o conceito. O processo de constituição de mulheres em policiais, mostra o aparelho policial como uma máquina da produção da subjetividade impedindo qualquer forma de singularização. Para as singularizações existem sanções, é um espaço que busca modos hegemônicos de ser e que tem a violência como um dispositivo estratégico na constituição de mulheres em policiais militares.

Desta forma, observamos que gênero deve ser compreendido como elemento constitutivo das relações sociais: um conceito eminentemente relacional que dá visibilidade à construção social dos modos de tornar-se homem e de tornar-se mulher. Assim, nos constituímos homens e mulheres nas mais diversas instituições ao longo de nossas vidas.

Se as “novas” concepções de segurança pública sustentarem-se na visão de um modo natural de ser mulher, e que as mulheres enquanto minoria simbólica, terão papel saneador na instituição, a concepção de uma segurança cidadã mostra-se fragilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A APROVAÇÃO da emenda constitucional que altera a lei sobre a carreira dos servidores militares do Rio Grande do Sul. *Zero Hora*. Porto Alegre, 12 abr. 2002.

ALBUQUERQUE, C.F.L; MACHADO, E. Paes. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia. *Revista de las disciplinas del Control Sócia*. Capítulo Criminológico, 29(4), 5-33, 2001.

AMADOR, Spanier Fernanda. *Violência Policial: verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª ed. São Paulo: Cortez ;Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BARATTA, Alessandro. *Defesa dos Direitos Humanos e Política Criminal*.(MIMEO)2000

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *A Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BILBAO, Cezar Manzanos. *Las Redefiniciones Del concept De Seguridad en Europa Y sobre La Nueva Policia Europea. Especial Incidencia En El caso De Las Restriciones A La Extension Del Derecho A La Ciudadania*. Trabalho apresentado no Seminario Internacional La Relacion Seguridad-Inseguridad en Centros Urbanos De Europa y América Latina. Estrategias, Politicas, Actores, Perspectivas, Resultados. Oñati. España: 2001.

BISOL, José Paulo. Foraclusão Institucional. In.: MARIANO, Benedito Domingos (org.). *Polícia Desafio da Democracia Brasileira*. Porto Alegre: 2002.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias- Revista de Sociologia da UFRGS*. Porto Alegre, ano 3, n.º5, p.238-262. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. A Dominação Masculina Revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A Dominação masculina Revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.

BROWN, Jennifer. *European Police Woman: a comparative research perspective*. Department of Psychology University of Surrey UK, 1997.

_____. Criminatory Experiences of Woman Police. Acomparison of Officers Serving in England and Scotland, Wales, Morthern Ireland and The Republic of Ireland. *International Journal of Sociology of Law*. Academy Press, v.28, nº2, Jun. 2000.

_____. Delinquency and Deviant Social Behaviour. *British Journal of Criminology*. v.38, n.º2, Sprineng, 1998.

_____. *Integrating women into policing: a comparative european perspective*. Disponível em: <www.ncjrs.org/policing/int627.htm>.

BRUNET ,Amadeu Recasens. El Espacio Policial Europeo: Un Futuro En Cosntruccion. Cuadernos de la Guardia Civil. Num. 14 (1995), p.1-9.

_____. La Union Europea Y Su Espacio Policial. Cuadernos de la Guardia Civil. Num. 4 (1999), p.1-23.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed34, Edusp, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. Sociedade e Indivíduo. In: FLEIG, Mário (org.). *Psicanálise e Sintoma Social*.São Leopoldo:UNISINOS, 1993.

_____. *Hello Brasil: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. 6. ed.São Paulo: Escuta, 2000.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Dado apontado através de pesquisa, realizada junto a Universidade Cândido Mendes e Ford Foudantion – agosto de 2001. *O Controle Externo das Polícias : O Caso Brasileiro. Envolvendo cinco Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul*. Coordenação . Julita Lemgruber. Pesquisadora para Rio Grande do Sul: Márcia Esteves de Calazans.

CEPAL. *Indicadores de Gênero – para el seguimiento y la Evaluación del Programa de Acción Regional para Las Mujeres de América Latina y el Caribe ,1995-2001 y la Plataforma de Acción de Beijing*. Santiago de Chile,1999, Naciones Unidas Cepal. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>>.

CHRISTIE, Nils. *A Indústria do Controle do Crime: a caminho dos gulags em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COMISSÃO aprova unificação das polícias. *Correio de Povo*. Porto Alegre, 10 abr. 2002.

CONSUL, Julio Cezar. *Estilo de Comando das Oficiais da Brigada Militar da Região metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em...), PPGA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

COSTA, José Luís. Testemunhas Reconhecem 13 PMs suspeitos: policiais deverão ser indiciados por vingar morte. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13 mar. 2002.

COSUELO, Gonzalo Jar. La Mujer en La Guardia Civil, Una Perspectiva Sociológica. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º59, p.223-241, jul-set. 1992.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. ampl. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DELHOMEZ, Gerard. La Police Au Féminin. Thèse pour le Doctorat 3º cycle. Education et Culture. *Publications du Centre d'Etudes et Recherches Sur La Police*. Université de Reims. Faculté des Lettres et Sciences Humaines. 1991.

DIAZ, Mónica Dávila. *Una Aproximación A La Macroeconomía Com Perspectiva de Género Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional*. Março, 2001- (CEPAL, 1999). Disponível em: <<http://www.nuevasoc.org.ve>>.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John.L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPOSITO, Kathy. *Relações de Género e Reestruturação Bancária :outras pulsações?*. Porto Alegre, UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

FERNÁNDEZ, Manuel Martín. *La Profesión de Policía*. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid: Siglo XXI de España, 1990. nº 111.

FERNÁNDEZ, Manuel Martín. *Mujeres Policía*. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid. Siglo XXI de España, 1994. nº 134

FONSECA, Tânia Mara Galli. Subjetivação na Perspectiva da Diferença: heterogênesse e devir. in: educação e realidade. *Revista da Educação da UFRGS*. Porto Alegre, p.62-71, jan-jun. 1999.

_____. Modos de Trabalhar Modos de Subjetivar. Tempos de Reestruturação Produtiva: Um Estudo de Caso. In: _____ (Org) *Modos de Trabalhar Modos de Subjetivar*:. tempos de reestruturação produtiva. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.13-27.

_____. *Gênero, Subjetividade e Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. In: STREY, Marlene et al. *Construções e Perspectivas em Gênero*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p.19-32.

FUNDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO. *Perspectivas para a Ação Sindical Frente as Transformações no Mundo do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.diesse.com.br>>.

GIOVINAZZO, Renata. Focus Group: fundamentos e reflexões. *Revista da Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado/SP*. Revista Administração on-line vol.2 , n.º4, ano 2001. Disponível em: <<http://www.fecap.br>>.

GUATTARI, Félix; ROLNICK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARDT; NEGRI. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IRION, Adriana. Polícia Indicia 69 PMs por Execução: policiais militares são suspeitos de vingar a morte de uma policial ocorrida em assalto. *Zero Hora*. Porto Alegre, 14 ago. 2002.

KAFKA, Franz. *Na Colônia Penal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAUFMANN, Pierre (ed.). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Zahar, 1996. p. 213-5.

KEHL, Maria Rita. *A Mínima Diferença. Masculino e Feminino na Cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLEIN, Carin. *Cadernos Temáticos- gênero, memória e docência*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, p.35-41, 2001.

LOCHE, Adriana et al. *Sociologia Jurídica. Estudos de Sociologia: direito e sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero História e Educação: construção e desconstrução educação e realidade. Porto Alegre, UFRGS, Faculdade de Educação, v.20,n.2,p.101-132, jul-dez. 1995.

MAPA DAS QUESTÕES DE GÊNERO. Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. mar. 2001.

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MELMAN, Charles. *Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 2000.

MEYER, Dagmar Estermann. Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. *Cadernos Temáticos- gênero, memória e docência*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, p.29-29-35, 2001.

MINELLI, Patrícia Rivoire. *Construção do gênero feminino e a alteração do seu papel social*. PUCRGS, 1991. Dissertação (Mestrado em Criminologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1991.

NARDI, Caetano Henrique. *Trabalho e Ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970 - 1999)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

NEGRI, Antônio. A feminização do Trabalho. *Folha de São Paulo*. 1998. Seção Autores. Disponível em: [http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1998.nfo/query=femini!](http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1998.nfo/query=femini!http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1998.nfo/query=femini!7aa1e71e3o=trabalho/d.../hits_only)
http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1998.nfo/query=femini!7aa1e71e3o=trabalho/d.../hits_only

OLIVEIRA, Adriano. *Reformas Estruturais nas Instituições Policiais: uma necessidade para superar a crise do estado democrático de direito no Brasil*. Texto apresentado no Seminário Instituições Policiais promovido pelo Instituto Cidadania. Recife: 2001.

OLIVEIRA, Adriano. Tiros na democracia – De que lado ficou a imprensa na greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997 ?, Recife. Editor Bagaço, 2001.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PRENZLER, Tim. *Woman and policing: policing emplication from us experience . research and police paper*. n.º3, Founded With The Assistance Of the Queensland, 2000.

PROPOSTA de unificação divide policias: a polícia no mundo. *Zero Hora*. Porto Alegre, 11 abr. 2002.

RAMOS, Naldson. *Alternativas Democráticas do Ofício de Polícia para o Sec. XXI*. Relatório Parcial do Grupo Focal desenvolvido com Policiais Civis e Militares. Porto Alegre, jan. 2002.

RECHDEN, Silvana. *Militares Estaduais Femininas: Rotinas de emprego das Praças, nos Órgãos de Polícia Militar de Polícia Ostensiva da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul*. Curso Avançado de Administração Policial Militar. Jun. 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º41.067, de setembro de 2001. *Regulamento Disciplinar dos servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar n.º10.990, agosto de 1997. *Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar*. Porto Alegre: Corag, 2001.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (org.). *Cultura e Subjetividade: saberes nômades*. Campinas: 1997. p.19-24.

_____. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, Daniel (org.). *Cultura e Subjetividade: saberes nômades*. Campinas: 1997. p. 25-34.

_____. Machos & Fêmeas. In. LINS, Daniel (org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas: Papyrus, 1998. p. 69- 72.

_____. Tristes Gêneros. In. LINS, Daniel (org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas: Papyrus, 1998. p. 63- 68.

SILINGOWSCHI, Léa Elisa. *História do direito do Trabalho da Mulher*. Disponível em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/lea.htm>.

SOARES, Barbara. *Mulheres Policiais: impactos da participação feminina nos quadros das polícias militares brasileiras*. pesquisa em desenvolvimento. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Universidade Cândido Mendes e Fundação Ford. Coordenadora Regional - Rio Grande do Sul . Márcia Esteves de Calazans.

SOUZA, Nadia Geisa Silveira de. Representações de Corpo-Identidade em Historias de Vida. *Revista Educação e Realidade*. Produção do Corpo Porto Alegre, FAGED /UFRGS, jul-dez. 2000. p. 95-116.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; SAPIRO, Clary-Milnitsky. A Violência Urbana e Rural Contra a Criança no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar!. *Revista Humanas* - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Volume 16 - n2/1-135, p.91 jul-dez. 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. In: *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo, v.9, n.1, p.155-167, maio 1997.

_____. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. *Sociologias*- Revista de Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, ano 3, n.º5, p.114-146, 2001.

_____. Violências de Amanha: previsibilidade e destino. *Zero Hora*. Porto Alegre, 17 jun. 2002a. Segundo Caderno.

_____. Mapa Social da Violência. 2002.

_____. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Revista Sociedade. e Estado*. Brasília, UnB, V. 10, n. 2, p.281-298, jul.-dez. 1995.

_____. A Violência na Escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan-jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-9702>. (Também publicado in: Revista Fazendo Escola. Prefeitura de Alvorada, RGS, SMED, v. 02, 2002, p. 16-25.)

_____. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória. *Revista Humanas*. Porto Alegre, IFCH da UFRGS, v. 24, n. 1-2, p. 163-185, jan-dez. 2001.

_____. Microfísica da Violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*. Revista da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo, ano 54, nº 1, p. 22-24, jul. 2002. (Núcleo temático: Violência)

_____. Cidadania Dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n.37, p.131-46, jun.1993.

TORRES, Epitacio. *A Polícia Uma Perspectiva Histórica*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1977.

TREZZI, Humberto. As Linhas do Medo: Alguns Itinerários de Ônibus se Transformam em Alvo Preferido de Ladrões. *Zero Hora*. Porto Alegre, 9 jun. 2002.

VARGAS, Adão. *A Polícia Feminina*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUCRGS, 1991.

WALTER, B. Frauen. In: *Uniform- Order : Schwierigkeit, eine Mannerdomane zu sturmen, Die Polizei*. Dez. 1999. p. 357.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Os Limites do Aprisionamento. *Fascículos de Ciências Penais*. v. 1, 1988.

_____. *A Criminologia como Instrumento de Intervenção na Realidade*. Palestra proferida no I Fórum de Debates sobre o processo de prisionização no sistema penitenciário, promovido pela Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como atividade inaugural do II semestre do curso de especialização em criminologia. Porto Alegre, mar. 1990.

ZAMAKONA, Eguznerea Bidaurrezaga. El Personal Policial Feminino En La Ertzaintza 1999. *Revista Técnica del Ertzaintza*. HARLAX, Oñati-Espanha., n.º2, p.47-97, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. *Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerrogativas Militares (1985-1998)*. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer Hilton House Hotel, Chicago, Illinois, Set. 1998.

ANEXOS

ANEXO A

VISIBILIDADE DO CONTEÚDO MANIFESTO NOS GFs COM AS PMFEMs.

□ **Totalmente característico**

❖ **Muito característico**

✓ **Característico**

▪ **Indiferente**

◆ **Pouco caraterístico**

➤ **Nada característico**

Conteúdo	Praças PMFem
Ingresso buscando Estabilidade/Independência R\$	□
Identificação Familiar	□
Uniões na instituição	□
Sedução = Ascensão	□
Unificação trouxe a masculinização	❖
Burlar Regras	➤
Masculinização como aproximação e competência	□
Unificação como perda de identidade	✓
Unificação como possibilidade de ascensão	◆
Existência de “duas” mulheres. A família e a outra	□
Idéia essencialista de mulher	□
Práticas violentas	❖
Idéia de apadrinhamento	❖
Favorável a políticas propositivas à feminização ; cotas	➤
Cotas como impedimento à feminização	➤

Conteúdo	Praças PMFem
Conflito quanto ao modelo de polícia. (Força , Inteligência e Técnica)	<input type="checkbox"/>
Flexibilização de normas como perda de identidade de corpo.	<input type="checkbox"/>
Não há visibilidade da comunidade	<input type="checkbox"/>
Relação da Polícia com a comunidade	<input type="checkbox"/>
Foco em conflitos interno	<input type="checkbox"/>
Cumprimento de regras e sujeição	<input type="checkbox"/>
Sexualidade	<input type="checkbox"/>
Vida favorecida	➤
Raiva/ Agressividade	<input type="checkbox"/>
Policial Herói	<input type="checkbox"/>
Contrárias a Direitos Humanos	<input type="checkbox"/>
Desejo de sair da instituição	❖
Situações de violência familiar	✓
Jim na Selva	❖
Vivência de subempregos	✓
Discriminação social	◆
Plano de carreira	✓
Contrárias a exigência de Bach. Em Direito para ingresso concurso Oficiais	<input type="checkbox"/>
Adrenalina em alta	<input type="checkbox"/>
Identificação com atividade de rua	✓
Temor ao exercício da profissão	<input type="checkbox"/>
Perfil do delinqüente	<input type="checkbox"/>
Foco na atividade administrativa	❖

ANEXO B

ROTEIROS DESENVOLVIDOS NO GRUPO FOCAL COM PRAÇAS FEMININAS DA POLÍCIA MILITAR

1º Encontro

- ✓ Apresentações (posto, lotação, data de ingresso)
 - ✓ Questões acerca do sigilo da pesquisa (gravador)
 - ✓ Objetivos do grupo
 - ✓ Integração
 - ✓ Questões técnicas (disponibilidade de horário e pagamentos)
 - ✓ Opiniões sobre Universidade e Polícia
 - ✓ Definição do local para a realização do grupo focal
-

2º Encontro

- ✓ Questão da sedução como ascensão e poder.
 - ✓ Unificação dos quadros: prós e contras.
 - ✓ O trabalho em companhia mista.
 - ✓ A Companhia Feminina.
 - ✓ Regras da Instituição.
 - ✓ Policiamento Ostensivo (noções sobre o trabalho na rua).
 - ✓ Expectativas em relação ao ingresso na BM.
 - ✓ Rotina, cotidiano na Instituição.
-

3º Encontro

- ✓ O significado do trabalho em suas vidas.
- ✓ Como estava a vida no momento do ingresso na BM?
- ✓ Relações na Instituição (vínculos conjugais).
- ✓ Desejo de sair do policiamento ostensivo.
- ✓ Os critérios de seleção para ir para o setor administrativo.
- ✓ As diferenças entre a atividade meio e a atividade fim.
- ✓ Perfil do Delinqüente.
- ✓ Uso da força.

- ✓ **Atendimento de ocorrências: diferenças entre mulheres e homens.**
 - ✓ **Redução da Idade Penal Mínima.**
 - ✓ **Direitos Humanos.**
 - ✓ **Justiça com as próprias mãos (caso soldado Carine).**
-

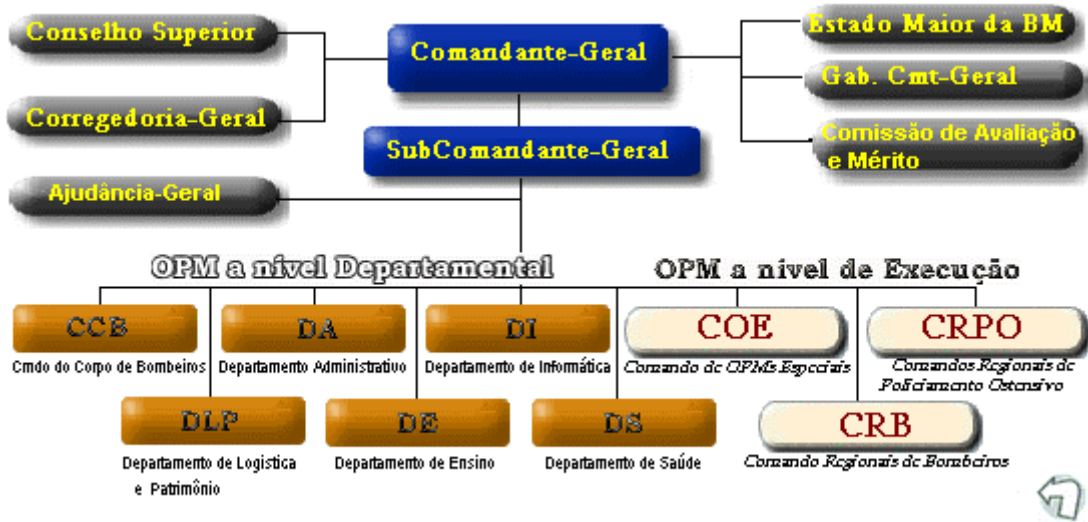
4º Encontro

- ✓ **Aproveitamento do efetivo feminino na BM , atualmente, e como ele poderá ser aproveitado futuramente?**
 - ✓ **O efetivo feminino poderia ser aproveitado de outra forma na relação com a comunidade?**
 - ✓ **A discriminação feminina.**
 - ✓ **Das relações hierárquicas.**
 - ✓ **Qualificação do efetivo.**
 - ✓ **Plano de Carreira.**
-

5º Encontro

- ✓ **Quais são os benefícios e as dificuldades de uma política voltada pra aumentar a proporção de mulheres na BM?**
 - ✓ **O que vocês pensam a respeito da feminização da profissão?**
 - ✓ **Sistema de cota (políticas propositivas).**
 - ✓ **Aspectos positivos e negativos da feminização da profissão.**
 - ✓ **Exigência do curso de Direito para realizar o Concurso de Oficiais.**
 - ✓ **Machismo na BM.**
 - ✓ **Trajetória e mudanças.**
 - ✓ **JIM das selvas (rituais que determinam o espírito de corpo).**
- A disciplina policial militar.**

ANEXO C



GLOSSÁRIO

Atividade Meio – Atividades desenvolvidas na área administrativa.

Atividade Fim – Atividades desenvolvidas no policiamento ostensivo.

Divisa – cada um dos galões indicativos das patentes militares